

Defesa Nacional



BRIL
955

NÚMERO
489

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

E

ESTUDOS BRASILEIROS

Ministério da Guerra

O DE JANEIRO

BRASIL

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XLII

BRASIL — RIO DE JANEIRO, ABRIL DE 1955

N. 489

SUMARIO

CULTURA PROFISSIONAL

	Págs.
Uma moderna Divisão de Infantaria — Ten.-Cel. Donald Kellet.....	7
Discurso do Comandante da E.C.E.M.E. na cerimônia de formatura de novos diplomados, realizada a 22-XII-1954 — Gen. Humberto de Alencar Castello Branco.....	15
Importantes e oportunos aspectos da inexorável influência do mar — Conferência do Cap. de Mar e Guerra Otacílio Cunha.....	19
Bartolomeu de Gusmão — Affonso de Taunay.....	27
As Grandes Fortificações da História — Tradução, pelo Ten.-Cel. Zair de Figueiredo Lima.....	31

CULTURA GERAL

Problemas de base do Brasil — Extrato dos anais do I.B.G.E.....	47
Fundamentos da grandeza do Estado de S. Paulo.....	51
Fabricação de aços especiais no Brasil — Gen. E. de Macedo Soares.....	61
Aspectos gerais de nossa conjuntura econômica — Ten.-Cel. João B. Peixoto Atlântico e Pacífico ligados por uma linha férrea.....	67
	73

DIVERSOS

A execução de Tiradentes — Documentos extraídos dos "Autos da devassa da Inconfidência Mineira".....	77
A figura do grande herói da Inconfidência — Osvaldo Orico.....	79
Um século bem vivido (O 1º e glorioso centenário do Batalhão Vilagrán Cabrita) — Ten.-Cel. A. Correia Lima.....	83
Marechal José Caetano de Faria — Cap. Gustavo Lisboa Braga.....	87
O Centenário de nascimento do Marechal Ilka Moreira.....	89
Modo atual de entender velhas afirmações — Maj. F. Correia Lima.....	91
Relatório da Administração da Revista, correspondente ao ano de 1954.....	95
Ata da Assembléia Geral, na qual foi eleita a nova diretoria.....	100

BRASILIANAS

Número de veículos em circulação e consumo de combustível.....	103
Extensão da rede rodoviária brasileira.....	105
Como se distribuem os gastos federais, pelo orçamento.....	106
Mais de 1 milhão de toneladas de aço dentro de três anos.....	108
A população atual do Brasil.....	108
Projetos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.....	109
A Central do Brasil — Conferência do Engenheiro Jair de Oliveira.....	111

NOTICIARIO MILITAR

A supremacia americana no campo das armas atómicas.....	115
O mais moderno equipamento de radar.....	115
Convite à aniquilação geral.....	116
Publicações recebidas.....	124



Permitiu o IV Centenário de São Paulo, com o mostruário de Ibirapuera, uma visão de conjunto do progresso brasileiro.

O nosso pujante Parque Industrial ai esteve representado na sua plenitude: na sua grandeza e no seu esplendor.

Puderam, os pessimistas e os descrentes, bem avaliar as nossas possibilidades.

Em todos os setores colheram os visitantes as maiores surpresas.

Do atual estado da nossa indústria para uma completa emancipação do mercado exterior há apenas um passo.

A mão-de-obra nacional vai aos poucos melhorando os seus padrões técnicos.

Auxiliados pelos órgãos oficiais e pela iniciativa particular vão os nossos aprendizes formando a sua mentalidade industrial de uma maneira impressionante, capaz de despertar justos orgulhos às nossas já gastas reservas otimistas.

Mas infelizmente este progresso não corresponde a um benefício generalizado para a nossa população, para o consumidor.

Os nossos processos comerciais são os mais atrasados, irregulares e escorchantes que se pode imaginar.

O nosso Código Comercial é arcaico e não corresponde mais ao processo contemporâneo. Sua modernização se arrasta mossa, há anos, na tramitação legislativa.

Os produtos das nossas Fábricas são adquiridos pelos magnatas atacadistas por um preço 3 a 5 vezes menores do que os são oferecidos no varejo. Isto no tocante a produtos manufaturados.

O mesmo artigo tem preço diverso nas várias casas de uma mesma cidade.

A oscilação de preços é questão de dias e, às vezes, de horas.

Pode-se inculpar o mal daí resultante à precariedade dos meios de transporte e à contínua e permanente inflação, ou ambos talvez.

O fato é que a flutuação dos preços acarreta um mal-estar no funcionalismo e na massa dos trabalhadores que se reflete por certo na administração pública de maneira contagiativa e nociva.

Se podemos aterir o progresso das nações por vários índices como sejam o emprêgo da energia elétrica, a alfabetização, a produção agrícola e industrial, hidráliz da população, ao sistema de transporte, etc., podemos ajuizar das excelências de um governo pela estabilidade dos preços ou uma lenta ascenção.

A nossa arrecadação é morosa e cheia de falhas. Permite uma evasão de rendas muito grande. Não há uma fiscalização rigorosa dos órgãos arrecadadores.

A sonegação de impostos se faz em vários setores e em várias profissões.

Os EE.UU. conseguiram com a criação da taxa de 2% sobre vendas mercantis um meio de controle geral do comércio interno e uma fiscalização de preços.

Podíamos aplicar este recurso entre nós em benefício do Exército e da Aeronáutica (verba material) já que o Fundo Naval permite uma valiosa fonte de meios à Marinha.

Procurou o Prefeito João Carlos Vital aplicar essa medida na Prefeitura mas o desconhecimento dos seus benefícios não conseguiu a sua aprovação pelo legislativo municipal.

Toda mercadoria vendida levaria um talão de três vias: uma para o Governo (Ministério da Fazenda) uma para o comprador e outra para a casa vendedora.

Assim o Governo teria uma avaliação perfeita do montante das vendas mercantis e dos fraudadores da tabela de preços.

Ainda não tiramos rendimento dos fartos recursos naturais que possuímos. É simplesmente ridícula a nossa exportação de

madeiras. Hoje com a aplicação dos compensados e laminados podemos reduzir o volume da madeira exportada e auferir os benefícios da sua industrialização entre nós.

Também a pesca não tem dado ao Brasil o que podia. Há um monopólio de pescadores que só serve para elevar os preços, naturalmente com a redução da quantidade.

No nosso litoral pontos piscosos como Torres, no Rio Grande do Sul, Florianópolis, em Santa Catarina e Ilha Grande e Cabo Frio, no Rio de Janeiro, não são explorados devidamente. Representam uma imensa fonte de riqueza.

A carne é outro produto alimentar que não está ao alcance do povo. É cara e é de péssima qualidade e apresentação. Nossos Bancos protegem o invernista ao invés de auxiliarem o criador que possui as vacas de cria. O invernista é um especulador. Nem sequer, na maioria das vezes, é proprietário. Saca o dinheiro, no Banco, com juros baixos e nem sempre os aplica devidamente. Não foi pequena a sangria que sofreu o nosso principal instituto de Crédito com a aventura do financiamento do Zebu. Precisamos pôr um paradeiro nessa especulação.

Trens e navios frigoríficos viriam por certo resolver o problema do abastecimento de carne aos grandes centros urbanos uma vez que na zona dos matadouros e na zona de consumo tenhamos também câmaras frigoríficas suficientes.

Chicago nos EE.UU. centraliza quase toda a matança do País e a distribuição da carne se faz diariamente, sem falhas.

Urge regulamentar a higiene e instalações dos nossos açouques. Eles são sórdidos. Precisamos exigir-lhes câmaras frigoríficas nos balcões e a carne já partida, exposta e com preço marcado.

Com o leite se dá a mesma coisa. É péssimo e é escasso.

Produto que depende muito dos derivados do trigo é o leite fundamental na alimentação infantil.

Há cidades no Brasil sobretudo no Nordeste em que a letalidade infantil, de menos de um ano de idade, atinge a taxa de 30% e isto em vista das dificuldades da obtenção de leite. É bem verdade que a desidratação do leite veio permitir a sua aplicação nas regiões onde os rebanhos são escassos ou reduzidos.

Colocados que somos em quarto lugar no mundo em número de cabeças de bovinos, situamo-nos no vigésimo lugar na produção de leite.

Este é um problema que o Ministério da Agricultura procura resolver com desvelo.

O gado leiteiro em zonas frias (Paraná para o Sul) precisa ser estabulado. O inverno reduz muito a produção de leite e definha o animal que vive ao relento. Além disto o forrageamento para as vacas leiteiras precisa ser a base dos derivados do trigo e da cevada, mormente no Sul.

A criação bovina brasileira apresenta dois campos diversos: a zebulândia e região das raças finas de origem européia.

Para um total de 94 milhões de bovinos possuem os EE.UU. 12 milhões de vacas leiteiras estabuladas. A produção é de 52 milhões de toneladas, anual.

Isto corresponde a 900 gramas de leite diárias por habitante. Na verdade o americano não consome isto porque grande parte dessa produção é desviada para a Avicultura (pintos de 1 a 30 dias) para os bacorinhos e para o leite em pó destinado à exportação. Estes dados revelam essa fabulosa riqueza dos EE.UU.

Assinala o corrente ano uma etapa gloriosa para a nossa lavoura de trigo, pois alcançamos a casa do milhão de toneladas brutas.

Com um esforço mais, poderemos, dentro de poucos anos, triplicar a nossa colheita para atendermos às necessidades normais do consumo interno.

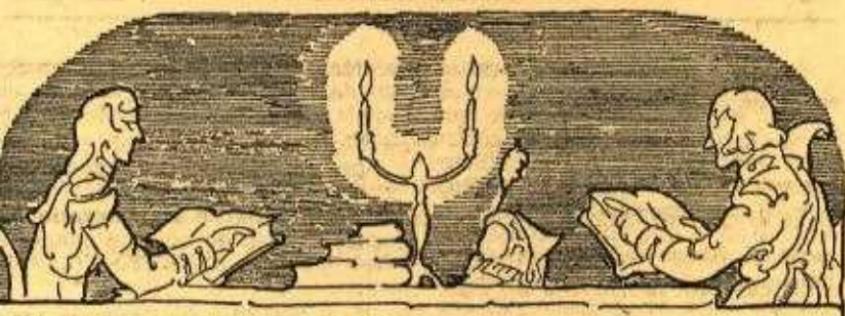
A Guerra se faz com trigo e aço.

Aí está a Guerra do Paraguai para demonstrar que precisamos resolver o problema do pão nacional. Do montante de nossa dívida aos abastecedores estrangeiros naquele conflito, cerca de 500.000 contos (hoje 15 milhões de contos) foram atribuídos ao fornecimento de trigo e carne às nossas forças.

Na Guerra moderna as condições de logística se sobreponem e dominam as questões atinentes às próprias operações táticas.

Não julguem assim os leitores prosaicas essas nossas adversidades.

Só nações economicamente fortes podem ter exércitos bem organizados e equipados.



CULTURA PROFISSIONAL

UMA MODERNA DIVISÃO DE INFANTARIA

Ten.-Cel. de Infantaria DONALD T. KELLET
Instrutor da Escola de Comando e Estado-
Maior dos Estados Unidos da América do
Norte.

Transcrição da "Military Review"

Um grande e histórico triunfo militar foi obtido por nossas forças na Coréia, antes da violenta intervenção dos comunistas chineses. Entretanto, do limitado laboratório, proporcionado pelas operações destinadas à libertação da República da Coréia (Sul), emerge importante pergunta — até agora sem resposta: "Nossa atual divisão de infantaria, organizada de acordo com o Quadro de Efetivos e Dotações (T/O & E 7N), responde especificamente às necessidades de uma guerra futura?"

Ao findar a 2ª Grande Guerra, foi dada grande importância, pela Secretaria do Exército e pelo Comando das Forças Terrestres (*Army Field Forces*), à reorganização de nossa grande unidade básica de combate: a divisão.

"Porque introduzir modificações na divisão que na 2ª Grande Guerra combateu com tanto sucesso, proporcionando-nos uma vitória espe-

tacular?" Eis uma pergunta que pode ser feita.

E em resposta, pode ser dito que essa divisão, em seu atual aspecto — composição equilibrada de elementos de combate e serviço, é uma inovação relativamente recente. É mister atentar bem para a evolução do conceito do termo "divisão", pois, embora ocorra, freqüentemente, na história militar, não tem indicado, através dos tempos, o mesmo tipo de organização militar; foi usado geralmente para designar um conjunto, com efetivos variados, de tropas combatentes — na maior parte, infantaria ou cavalaria. Tais unidades não dispunham, orgânicamente, de artilharia de campanha e nem tão pouco de órgãos técnicos de serviço. Até 1917, não existiu, no Exército Norte-Americano, a divisão, no conceito em que hoje a temos, quando, então, foi organizada a 1ª DM, nos moldes da moderna concepção.

A 1^a Grande Guerra acarretou uma evolução na estrutura de nossa GU básica. Durante esse conflito, desenvolveu-se uma tendência para empregar as brigadas de infantaria (a dois regimentos e duas por DI), alternadamente, e, como, os três ou quatro RI da divisão raramente foram empregados simultaneamente, ficou evidenciado que a organização em brigadas era desnecessária e, em consequência, foi abolida. O conceito alemão da organização ternária tornou-se popular e por nós adotado antes da última guerra, baseado em sua possibilidade potencial para proporcionar maior mobilidade.

DEFICIENCIAS DA ORGANIZAÇÃO TERNÁRIA

Entretanto, a divisão ternária não é necessariamente o supra-sumo da perfeição, no que tange à organização. O rápido progresso técnico dos meios de transmissões, por exemplo, tornou tal restrição desnecessária. Na campanha da Tunísia, no início da 2^a Grande Guerra, freqüentemente comandantes de divisão controlavam, diretamente, cinco ou mais grupamentos táticos à base de batalhão. Geralmente essa situação ocorreu, nos períodos em que o inimigo mantinha a iniciativa. Mesmo depois de terem os Aliados passado à ofensiva, tornou-se evidente que as divisões ternárias apresentaram limitações no tocante à capacidade ofensiva. Especificamente, três grupamentos eram muitas vezes insuficientes para se levar avante missões ofensivas atribuídas às DI. As ordens de batalha do TO Europeu nos revelam que comandantes de C Ex reforçavam algumas de suas divisões através do "desmantelamento", em larga escala, de outras. O grupamento de combate (*battle group*) ou força-tarefa, tornou-se parte integrante da técnica normal de organização.

Mas, afinal, porque tudo isso, sabendo-se que uma DI só podia ter seu efetivo aumentado às expensas de outras?

Uma resposta, atingindo às raízes do sacrilégio podia ser: "É que

a complexidade do combate, na Segunda Grande Guerra, tornara obsoleta, desde o início, a divisão ternária".

Em um planejamento para uma guerra futura, a confiança excessiva na experiência do passado pode ser mais perigosa do que um completo desrespeito às lições dela decorrentes.

E, a "3^a Grande Guerra", apresenta-se como algo a ser encarado para o futuro...

Considerando-se que os Estados Unidos, invariavelmente, só se engajam na guerra depois que o inimigo a tenha iniciado, determinada parte de nosso potencial militar está, destarte, neutralizada. Especificamente, fazemos aqui referência à capacidade "profilática" que possuem os consideráveis elementos estratégicos da Fôrça Aérea e da Marinha. Ainda que essas Fôrças, subsequentemente, continuem a ser fatores de grande potencialidade, a mais pesada carga recai sobre as fôrças terrestres, tão logo se empreendam as ações operacionais em seu todo. Além disso, levando-se em conta nossos enormes compromissos logísticos — tanto nossos como das nações livres do mundo — provavelmente nossos recursos humanos serão numéricamente inferiores aos do nosso mais viável inimigo. Nem é, por essa razão, recomendável, pretendermos uma paridade numérica em fuzis e baionetas para atingir o poder bélico desse inimigo.

NECESSIDADE DE PODER COMBATIVO

Uma vez que o Exército, mais cedo ou mais tarde, entrará na arena como fôrça militar decisiva, é obrigatório que nossas divisões terrestres se aproximem da perfeição, no tocante à sua eficiência. Devem elas estar em condições de obter resultados compensadores, com um mínimo de perdas em homens e material. Em resumo, uma divisão norte-americana deve possuir um potencial dinâmico igual a vários congêneres do inimigo. Nosso pro-

blema é o de alcançarmos a iniciativa através da flexibilidade.

Como abalizadamente se expressou o Cap. B.H. Liddel Hart, em um recente número da revista *The Army Quarterly* (Grã-Bretanha), "o problema consiste em aumentar a capacidade de manobra por meio de maior flexibilidade. Uma organização mais flexível pode possibilitar maior ação de choque, visto ter maior capacidade para ajustar-se às várias situações e concentrar-se no ponto decisivo".

Como resultado da experiência obtida na 2ª Grande Guerra, os responsáveis pelo planejamento, no Exército, começaram a considerar a necessidade de revisar a organização da DI. O problema provocou vários pontos de vista. Um grupo era de opinião que podia ser estabelecido um único tipo de divisão para todos os fins. Outros eram favoráveis ao estabelecimento de uma série de "tipos" de divisão, tais como, de infantaria, blindada, aero-terrestre, ligeira, de cavalaria, motorizada e de montanha.

A EXPERIÊNCIA DA COREIA

Como resultado desses longos debates, foram estabelecidos três tipos básicos de divisão — infantaria, blindada e aero-terrestre, subsequentemente organizadas e equipadas conforme constam dos atuais quadros de efetivo. Muito esforço foi dispensado na organização de tais GU, podendo-se dizer que as três são essencialmente perfeitas. De todas, sómente uma, a nova DI, foi até agora parcialmente experimentada em combate; ainda que bem sucedida nas operações da Coreia antes da intervenção dos chineses, determinados fatores, a ela pertinentes, devem ser apreciados:

1. A prova de combate, até agora, tem sido a campanha coreana, onde tem predominado a defensiva. Conquanto o inimigo fosse novo, o estilo da guerra não o foi, pois, que a Campanha da Tunísia, na 2ª Grande Guerra, ofereceu aspecto semelhante. Na verdade, a completa ca-

pacidade offensiva da DI de pós-guerra, ainda não foi posta à prova.

2. As forças adversárias, embora bem sucedidas, inicialmente, em virtude da surpresa e superioridade numérica, revelaram-se, posteriormente, inferiores no tocante à qualidade.

3. Tivemos completa supremacia aérea e naval no decorrer de nossas operações.

Novamente indagamos — "Satisfaz a atual DI às necessidades de uma guerra futura?" Não se pode pretender encontrar todas as respostas necessárias nos relatórios provenientes das ações na Coréia. Torna-se mais difícil, tirar qualquer conclusão, ao se considerar que as DI norte-americanas, inicialmente ali empregadas, não se apresentavam de acordo com o Quadro de Organizações, pois, ao contrário, mais se assemelhavam às formações da 2ª Grande Guerra. Face às experiências do campo de batalha, em uma situação nos moldes da última guerra, podemos, em um cunho não oficial, inferir das deficiências da atual DI:

1. O efetivo da infantaria ainda é desproporcionalmente baixo. Consequentemente, a DI não pode manter contínuo e eficiente rendimento.

2. A potência de fogo da artilharia orgânica da DI não é suficiente, tornando-se, desde logo, necessário, reforço por parte do C Ex, além da contribuição da força aérea tática.

3. A mobilidade e a flexibilidade não foram exploradas completamente.

4. O apoio logístico não está suficientemente coordenado com as operações.

Seriam essas deficiências igualmente aplicáveis, na mais provável forma da guerra futura?

NECESSIDADES DAS GUERRAS FUTURAS

Se considerarmos o que de mais completo haja sobre informações, é provável que a resposta seja positivamente afirmativa. Procedendo a uma comparação com o nosso

mais provável inimigo, as seguintes conclusões nos parecem razoáveis:

1. Face à sua preponderância em forças terrestres, serão de grande valia a potência de fogo, mobilidade e auto-suficiência de nossas divisões. Existirá menos oportunidade para apoio mútuo e justaposição das unidades.

2. O terreno onde se desenvolverão as campanhas será vasto e aberto e, maiores, as frentes atribuídas às divisões. Como resultado disso, flancos expostos passarão a ser regra geral. Portanto, a DI deve incluir forças capazes de realizar rápidas manobras, a par de considerável poder de choque para impedir, por parte do inimigo, ações sobre os flancos e movimentos envolventes, assim como, infiltrações e ataques pela retaguarda.

3. A potência de fogo deve ser aumentada, a fim de exceder, ou pelo menos, comparar-se à do inimigo. (A inesperada alta potência de fogo apresentada pelos norte-coreanos, ainda que muito inferior a dos soviéticos, é um índice bem expressivo do que poderemos encontrar no futuro).

4. Nosso sucesso tático dependerá de nossa capacidade para conquistar a iniciativa, mesmo sob condições defensivas, bem como, para explorar a fundo todas as vantagens que obtivermos. Aqui, novamente, a mobilidade, potência de fogo e auto-suficiência, apresentam-se como requisitos para a sobrevivência.

5. Mesmo no nível divisão, nossas necessidades logísticas tornaram-se vultosas. Devemos consagrar um maior efetivo da "fatia-divisionária" (serviços), às unidades combatentes. E isso mais um assunto de resolução e necessidade de se sacrificar certos luxos. No fim, cada soldado terá de ser, pelo menos em parte, seu próprio G 4.

UMA NOVA ORGANIZAÇÃO

Concordando que sua adoção afetará profundamente, em todos os aspectos, a mobilização de pessoal e material, essa sugestão é feita só-

mente com o propósito de frisar que sua reestruturação é inevitável, tal como o é a guerra em si, e que, não podemos combater, em um futuro conflito, com os meios e organização que apenas foram satisfatórios durante o último.

EXPANSÃO DAS ARMAS COMBATENTES

O Quadro de Efetivos e Dotações referente à DI-7 X exige um aumento em pessoal de, aproximadamente, 12%, e, algo mais, em equipamento, sendo que, quase todo él, em benefício dos quadros combatentes. Ainda que os serviços técnicos e administrativos se venham a queixar, devem êles ser suficientes, com apenas um mínimo de alteração. Se o inimigo, com menos conhecimentos técnicos e armamento do que nós, tem possibilidades de apoio logístico no interior de suas divisões, atendendo a um efetivo combatente assaz preponderante, torna-se necessário para nós, sem qualquer dúvida, pelo menos, proceder igualmente.

Uma análise do atual efetivo da DI revela que essa GU dispõe, em condições de atirar sobre o inimigo, de 10.945 homens, distribuídos entre baterias e companhias. Expressivamente, 42% da DI, ou seja 7.851 homens, destinam-se ao estado-maior e órgãos de comando, à administração e aos serviços. Isso representa uma formidável "fatia-de-apoio" (supporting slice), colocada diretamente na linha de frente, quase na proporção de 1/1 sobre os combatentes. Mesmo não sendo do escopo deste artigo, cumpre assinalar a sempre crescente "fatia-de-apoio" encontrada nas áreas de retaguarda, onde, finalmente, numa base mundial, cerca de 7 soldados apóiam cada indivíduo capaz de fazer fogo e manobrar contra o inimigo. Além disso, acredita-se que nosso mais provável adversário tenha reduzido a "fatia-de-apoio", em suas divisões de combate, de 50%, em relação às nossas congêneres.

O principal critério usado, no estabelecimento da organização da DI

proposta, foi o número de elementos combatentes disponíveis, dentro das limitações de eficiência e economia. De acordo com Clausewitz, a capacidade de controle de um comandante é superior a três. Nossa atual sistema, baseado na organização ternária, acarreta um comando dispendioso e inflexível, tal como existiu na última guerra no Mediterrâneo, onde o comando de TO e outro, de grupo de exército, atuavam apenas sobre dois exércitos de campanha.

NOVA CARACTERÍSTICA DO COMBATE

A DI da 2ª Grande Guerra consistia em três grupamentos táticos idênticos, à base de seus regimentos, representando, no total, um simples retrocesso à estrutura quaternária da 1ª Grande Guerra. Devem, entretanto, todos os grupamentos táticos possuir as mesmas características?

A inclusão de um batalhão de carros na DI, no pós-guerra, já indica algum progresso. Adicionando-se um elemento de características diferentes daquelas dos RI, o poder de choque da GU pode ser aumentado e empregado com maior facilidade e flexibilidade. Porém, o batalhão de carros, como um único elemento blindado, sem o devido apoio, não é por si só suficiente.

Entretanto, com a adição posterior de artilharia e infantaria, a capacidade de controle pode ser aumentada para quatro ou cinco unidades combatentes de características variáveis. De fato, esta última idéia é considerada por Liddel Hart como um meio para se chegar a um máximo de flexibilidade e eficiência.

Por essa razão, a DI-7 X, ora sugerida, se caracteriza por possuir sua própria força-tarefa — composta de elementos móveis e dotados de poder de choque, em consequência da inclusão de um batalhão de infantaria blindado e o equivalente a 1 1/2 grupo de artilharia autopropulsada. Com esses elementos, é possível criar-se um grupamento-

tático-blindado — GT Bld ou, então, duas formações táticas equilibradas, obviamente de menor potência.

Com efeito, a DI-7 X possui, orgânica e imediatamente disponível para o aproveitamento do êxito. Ainda assim, não se sacrificou a principal atribuição da DI: conquistar e manter o terreno. Ao contrário, esse acréscimo em unidades combatentes dá, à DI, maiores possibilidades para atingir o fim a que se destina.

Contra essa solução, podem ser levantadas críticas, posto que, é prática comum, organiza-se *fôrças-tarefas* segundo a situação, lançando-se mão das unidades orgânicas da nossa atual DI. Entretanto, será isso certo?

Normalmente, o comandante da DI dispõe de três RI, apoiados pela AD e o BCC divisionário. Quando o cumprimento de sua missão exige ações que estão além das possibilidades inerentes às suas unidades — numéricamente falando — é então formada uma *fôrça-tarefa*, ou mais exatamente — um grupamento de *fôrças ad hoc*. Normalmente, os componentes desse grupamento se reunem, “como parasitas”, ao maior comando existente. Um estatado-maior pode ou não ser organizado.

Entrementes, que fim dar ao restante da divisão?

A *fôrça-tarefa* “parasita” corrói as maiores unidades orgânicas da DI, prejudicando sua eficiência e retardando sua possibilidade de recuperação. Por exemplo, um batalhão de infantaria, que deveria estar descansando, transforma-se em elemento da *fôrça-tarefa*. Um grupo de artilharia é, normalmente, outro candidato, enfraquecendo, assim, a já “apenas suficiente” artilharia divisionária.

Esse modo de proceder é errôneo, embora seus intérpretes estejam habituados a descrevê-lo, eufêmica mente, como síntese da “flexibilidade”.

Uma última observação, antes de iniciarmos um exame pormenorizado da DI-7 X. A GU proposta, ex-

plora a flexibilidade obtida por meio da mobilidade. Concomitantemente, quanto maior a flexibilidade maior o potencial no que tange à dispersão. E, por seu turno, quanto maior a dispersão, menores as consequências de um ataque atômico ou de armas de natureza equivalente, empregadas no âmbito tático.

OS NOVOS ELEMENTOS

Dos novos elementos que incluimos na DI-7 X, o batalhão de infantaria blindado é o principal. É ele sugerido, visto ser mais lógico do que a proposta companhia de rangers ("comandos" norte-americanos) — elemento dispendioso e inoperante e que, pois, pouco contribuirá para aumentar as possibilidades táticas da divisão em situações e terrenos normais. O mesmo, já se não dá com o batalhão de infantaria blindado — força coesa de choque — dotado de considerável potência de fogo e capacidade de manobra; sua inclusão à DI traria, a essa GU, ponderáveis vantagens. Além das missões normais que lhe são afetas, as unidades de infantaria blindada podem, quando necessário, executar as missões específicas de rangers, e constituir uma substancial reserva de infantaria, evitando, desse modo, depender a divisão exclusivamente dos batalhões dos seus três RI. Estes, como os únicos elementos disponíveis para a formação da reserva divisionária, têm, até agora, cumprido essa missão, apesar de ter sua capacidade de combate diminuída pelas limitações orgânicas e, reduzida sua eficiência, em virtude de emprégos continuos.

A fim de completar o poder de choque, as seguintes unidades foram incluídas na DI-7 X: um GO 105 autoprop, uma Bia O 155 autoprop e uma Bia Can Au.

Em consequência, a AD é acrescida de 18 obuses 105mm, 6 obuses 155mm, 16 canhões 40mm e 32 metralhadoras .50. Desse modo, a potência de fogo da artilharia aumentou de quase 30%, o que é considerado bem razoável para as necessi-

dades de apoio de uma guerra futura.

Quando se tornar necessário o emprégo do GT Bld, é então organizado um comando, atribuído ao subcomandante da divisão, e compreendendo elementos oriundos da Cia Cmdo do QG e das unidades do Regimento de Serviço (R Sv), bem como, oficiais do estado-maior divisionário.

O GRUPAMENTO DE SERVIÇOS

A fim de proporcionar maior eficiência, economia e segurança, criou-se um regimento de serviços (bem distinto das experimentais "tropas especiais" da 2ª Grande Guerra), para comandar os respectivos elementos da DI. Eis, com efeito, um "Comando Logístico" em miniatura. De modo semelhante ao que acontece na tática, onde a combinação das Armas é tida como essencial para a conduta eficiente do combate, na logística, os serviços são coordenados a fim de se obter sua combinação — fator essencial ao seu perfeito funcionamento. Elementos não combatentes são integrados temporariamente na organização regimental, do mesmo modo que, um grupo de artilharia de C Ex, atribuído em reforço à DL torna-se parte integrante de sua AD.

O Cmt do R Sv torna-se o executante perante o G 4. Tal como o chefe de uma grande empresa civil de construções, não pretende ele dizer aos engenheiros como construir as pontes. Antes, toma providências que assegurem a realização da obra em tempo e da maneira mais satisfatória. Em termos, o cmt do R Sv garante que o esforço combativo seja eficientemente apoiado. O R Sv torna-se o órgão encarregado dos afazeres domésticos da divisão, opera o QGR e controla e administra as áreas de retaguarda. É também responsável pela segurança das instalações localizadas entre o limite anterior do C Ex e o posterior da zona de combate, incluindo atividades de contra-informação e combate aos guerrilheiros; para isso, contari-

com seus próprios recursos, reforçado, na medida das necessidades, com unidades dos elementos combatentes.

Uma vez que é encarado como possível, em uma guerra futura, o estabelecimento de uma "ponte logística", por meio da qual, uma alta

percentagem de suprimentos pode ser entregue diretamente às divisões, sem passar pela Zona de Administração, o R Sv pode ampliar suas atribuições no sentido de incluir algumas funções normalmente desempenhadas por tais unidades de um exército de campanha.

DEFINIÇÕES DE ESTRATÉGIA

GUILBERT — "Estratégia é a ciência dos generais e abrange toda a arte da guerra".

ARQUIDUQUE CARLOS — "Estratégia é a ciência da guerra; esboça os planos, abrange e determina a marcha dos acontecimentos militares; é, a bem dizer, a ciência dos generais-em-chefe".

MOLTKE — "Estratégia é a arte de agir sob a pressão das circunstâncias mais difíceis".

FAVÉ — "Estratégia é a arte de preparar um plano de operações, de dirigir um exército sobre pontos decisivos ou estratégicos e de reconhecer as regiões sobre as quais é necessário, nas batalhas, lançar as maiores massas para assegurar o sucesso".

JOMINI — "Estratégia é a arte de fazer a guerra na carta e de abraçar todo o teatro da guerra".

CLAUSEWITZ — "Há duas atividades bem distintas, a tática e a estratégia; a primeira ordena e dirige a ação nos combates, ao passo que a segunda estabelece a ligação dos combates entre si, para chegar aos fins da guerra".

FRONTEIRAS FLUTUANTES

Gen. Antônio de Souza Junior

Livro que estuda a história e a geografia de MATO GROSSO e analisa os aspectos militares da extensa fronteira oeste do Brasil, além de dedicar capítulos especiais às fontes de riqueza daquele Estado, suas atividades agro-pecuárias, segundo dados estatísticos atualizados, e seu sistema de transportes, fluviais, rodoviários, ferroviários e aéreos, em pleno desenvolvimento. Apresenta ainda vasta bibliografia com 311 (trezentos e onze) publicações sobre Mato Grosso, num total de 209 (duzentos e nove) autores catalogados.

Numa 2ª Parte, coteja estudos sobre as mais importantes operações da Segunda Grande Guerra Mundial com os depoimentos e memórias dos mais destacados Chefes militares e "leaders" políticos dos beligerantes.

A venda nesta Redação, na Biblioteca do Exército e na Secção de Vendas de Livros do Ministério da Guerra.

419 páginas

Preço : Cr\$ 60,00

DISCURSO

Pronunciado pelo Gen. HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO, Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, na cerimônia realizada a 22 de dezembro último, por ocasião da entrega de diplomas aos oficiais que concluíram o Curso naquele instituto superior de ensino das Fôrças Terrestres.

Esta solenidade já é uma tradição no Exército e constitui um ato de sempre renovada atualidade da Escola de Estado-Maior.

Diploma-se hoje a quadragésima quinta Turma deste instituto, numa constante fidelidade a um passado de quase meio século e numa permanente correspondência às necessidades das Fôrças Terrestres.

Se esta casa já tem a quarta dimensão — o tempo —, não é de menor importância a sua projeção no Exército, por lançar em seus quadros, periodicamente, novos auxiliares do Comando e futuros Chefes.

A presença de Vossa Excelênciia, Senhor Presidente da República, além de conferir a este ato de tamanha significação profissional a honra do seu aprêço, traz à Escola de Estado-Maior e aos oficiais que agora são diplomados o estímulo do Comandante-em-Chefe das Fôrças Armadas do Brasil. Consideração, neste momento, outorgam-lhes também o Exmo. Sr. Ministro da Guerra e o Exmo. Sr. Chefe do Estado-Maior do Exército, em consonância, sem dúvida, com o apoio oportuno que deram recentemente a esta Turma de diplomados e que permitiu o acabamento normal de seus trabalhos numa manobra de envergadura no Rio Grande do Sul.

O prestígio que VV. Excelências assim lhes trazem, bem como o das

demais autoridades aqui presentes, atinge ainda aquêles que os instruiram. O Exmo. Sr. Gen. Antônio José Coelho dos Reis, Comandante até há bem pouco tempo dos que hoje são diplomados e que os comandou durante quase todo o Curso, deixou em cada um o elevado traço da sua cultura e de seu superior espírito de orientação. Os oficiais instrutores, por outro lado, proporcionaram à sua formação de oficiais de estado-maior conhecimentos inestimáveis, pela amplitude e pela atualização. A frente desse labor, como Diretor do Ensino, esteve, com autoridade e continuidade, o Cel. Orlando Geisel, que agora também deixa a Escola, depois de lhe ter sido um elemento devotado à sua eficiência.

Meus camaradas diplomandos.

Um triénio de esforços e de convivência tem hoje o seu término.

Aqui deixais assinalada a passagem da quadragésima quinta Turma e daqui levais muitos elementos de doutrina para a nova etapa de vossa vida militar.

O valor de vossos estudos nesta Escola não está no muito que fizestes como aluno, e sim no muito que ides realizar. O diploma que recebereis dentro de poucos instantes só tem valia se valimento houver no desempenho que deveis dar

às funções que este documento vos confere.

Aqui destes, durante três anos, o exemplo de que o primado da profissão pode e deve dominar na mentalidade e na ação do oficial. Teréis, com redobrado vigor, que conservar esse ânimo e esse cometimento. O vosso espírito militar e o vosso trabalho poderão até mesmo constituir a contenção do desfalecimento de alguns e da deserção de outros, que, conservando-se na profissão, nela esmorecem e de la virtualmente se distanciam.

Isso não é tudo, no entanto. Deveis desempenhar imediatamente cargos de auxiliares do Comando. Dizem, e com razão, que tal missão exige muito tato. Mas não acrediteis que sómente necessidade haja de tino bem adequado para viver e trabalhar em torno de Chefs.

A literatura militar sobre esse assunto é vasta e multiforme. Apenas me valho agora de observações mais recentes, as do General Marshall contadas pelo General Eisenhower e que trazem a marca do saber e da experiência de um Chefe moderno. São a sua opinião firmada sobre os tipos de oficiais aptos e inaptos ao serviço de Estado-Maior. Primeiramente, julgava inaceitáveis aqueles que procuram lançar-se para obter graciosamente promoções. Desprezava não só os que sentem a necessidade de entregar ao estudo do superior todos os assuntos, como também o auxiliar que quer sózinho tudo fazer. Não apreciava o oficial que toma como força de caráter um procedimento de má educação. Evitava os intrometidos e se irritava com aqueles que têm frequentes questiúnculas com seus colegas. Não suportava o pessimista, aquele que se esmera em pintar o quadro negro das dificuldades e se mostra cheio de desconfianças quanto aos meios de que se dispõe para vencê-las.

Além dessas judiciosas observações, tendes, entre vós, o tirocinio ganho por muitos, com feliz êxito e, às vezes, com tropeços, provando que, em vez da exclusividade do

tato, melhor será exigir também devotamento ao primado da profissão, conhecimentos militares e caráter.

O domínio dos deveres da profissão garante, em grande escala, o fortalecimento do Comando e, no caso contrário, os Chefes terão em torno de si a aridez profissional.

Os conhecimentos militares vos darão a credencial da honestidade e da objetividade, uma base para que sejais úteis e eficientes. Esforçai-vos, então, por não serdes um pesado fardo nos quartéis-generais, nos estados-maiores e nos gabinetes, em que se transformam os incapazes ou desavisados de que o oficial deve cuidar de seu preparo e aperfeiçoamento.

Por sua vez, o caráter não dispensa os outros atributos, mas a esses se associa para estruturar a personalidade militar. Esta qualidade robustece os auxiliares do Comando para que possam bem obedecer e melhor cooperar. Com ele, trabalhando para o serviço e para o Chefe, e não pelo Chefe, sereis um autêntico auxiliar; um colaborador do Comandante, e não um distorcido mandante ou um jogueté; um indispensável elemento de ligação, e não um biombo entre o superior e seus subordinados. Possuidores de caráter, ainda estareis inadaptados ao conformismo, bem longe dessa indistinção entre o dever e a renúncia ao dever. E se considerardes a necessidade do exército democrático, não para se malbaratar a hierarquia e nivelar valores diferentes, mas para se praticar uma concepção de vida militar na qual o problema humano, entre outras de relevância, é também superiormente um problema de Chefia, o vosso caráter será a base, se lôr o caso, para a eliminação do personalismo, que cria injustiças e injunções, e de privilégios, que viciam e desmoralizam o Comando.

Não ficam sómente nesses fundamentos a personalidade dos auxiliares do Comando. Lembrai-vos, ainda do inelutável vigor que devés possuir para o incessante aperfei-

coamento profissional, para a evolução dos conhecimentos sobre organização, tática e estratégia. O oficial de estado-maior é, por outro lado, um renovador e um criador. Lutai contra o conservantismo, tornando-vos permeáveis às idéias novas a fim de que possais escapar à cristalização, ao formalismo e à rotina. Já um manual militar diz que o oficial não deve ter medo de nada, nem mesmo de uma nova idéia. É que de modo contrário a sua própria mentalidade se torna vazia de todo, contendo apenas um fundamento tradicionalista e nada positivo. Será mesmo um espírito militar de evasão e de demissão. Não vacileis, então, e lançai-vos sempre para o futuro, pelas abertas de vosso tempo. Dest'arte, estareis colocados na vossa época e às vésperas de uma nova época.

Se fordes auxiliares do Comando com êsses atributos, podeis estar convencidos de que tereis garantido

também as qualidades essenciais de Chefes, a que vos destinais futuramente.

Meus camaradas.

Eu vos lembrei essas qualidades e deveres dos auxiliares do Comando na certeza de que posso aumentar o vosso interesse pela missão que se avizinha de cada um de vós.

Não pretendi dar-vos uma lição. A derradeira que a Escola vos ministrou foi em Uruguaiana. Lá, os vossos instrutores remataram o vosso Curso com os acentos do dever militar na paz e na guerra. Aqui, eu falando por mim e em nome dêles, vos trago, apenas, a compreensão que temos da personalidade militar dos membros do Comando.

Meus camaradas: que não vos falte coragem nem determinação, é o que, para bem do Exército, vos deseja a Escola de Estado-Maior.

O VALOR DA FÓRCA MORAL

"Considero o moral a maior fôrça da guerra. Um moral elevado assenta na disciplina, no respeito espontâneo e na confiança do soldado em seus chefes, em suas armas e em si mesmo. Sem um alto moral nenhum bom êxito é possível por melhor que seja um plano estratégico ou tático, e todo o resto. Um moral elevado é pérola de muito grande valor."

(Normandy to the Baltic — Field Marshal The Viscount Montgomery of Alamein.)

SERVIÇO DE REEMBÓLSO POSTAL

A DEFESA NACIONAL, visando facilitar aos seus sócios e assinantes a aquisição de livros — militares ou não — à venda nas livrarias do Rio de Janeiro, introduziu, na sua Secção de Publicações, o serviço de ENTREGAS DE ENCOMENDAS CONTRA REEMBÓLSO.

Os livros solicitados serão remetidos mediante o simples pedido, e o pagamento feito na agência postal da localidade onde se encontra o destinatário, na ocasião da encomenda.

As despesas relativas ao SERVIÇO POSTAL DE ENCOMENDAS CONTRA REEMBÓLSO, serão incluídas no valor do pedido.

A tôda encomenda acompanhará a fatura respectiva.

A SOLIDARIEDADE

"Um por todos, todos por um". Tudo na natureza é exemplo de união. No corpo os órgãos trabalham juntos e, se um enfraquece, o corpo todo se abala.

Um parafuso frouxo é muitas vezes a causa do desastre de uma máquina.

Um operário incapaz pode prejudicar a construção e a segurança de uma obra.

A vida dos homens, numa família ou num quartel, exige que cada um se dedique ao bem de todos.

E é na hora do perigo que essa dedicação é mais do que nunca necessária. Cada um é levado, pelo egoísmo a ver só o seu pequenino interesse particular, desertando da luta, abandonando a coletividade.

A solidariedade é essa afeição que deve unir os homens.

Numa família unida o que interessa é o bem de todos.

E a desgraça que atinge a um comove a todos, e todos se esforçam para consolar aquele que sofre.

É a solidariedade que vem, através dos tempos, realizando as conquistas que enobrecem o homem — abolindo a escravidão, matando a fome aos miseráveis, e dando a cada um o lugar ao sol, que é de todos". (Ext. do livro "Cartilha da Mocidade").

Eis por que a "Casa Neno" se solidariza com todos a fim de servir a sua numerosa freguesia com artigos de ótima qualidade e por preços ao alcance de qualquer bolsa.

Rua Sete de Setembro, 145 — Tel. 43-2215 e 43-9134 (Matriz)

Rua Buenos Aires, 151 — Sobrado — Tel. 43-7778

Avenida Passos esquina Presidente Vargas — "Esquina da Casa Neno" — Tel. 43-6905

Rua República do Líbano, 7 — Tel. 22-4590

Em Madureira: Rua Maria Freitas, 110 (loja própria)

Em Niterói: Rua da Conceição, 47

Na Penha: Largo da Penha, 59-C.

Rádios, Geladeiras, Televisão, Pianos, Liquidificadores, Ferros de engomar, Toca-discos, Enceradeiras, Ventiladores, Relógios, Bicicletas, Máquinas de lavar, Aspiradores e demais artigos elétricos, Máquinas de costura, Máquinas fotográficas,

Motocicletas, Máquinas de escrever

Um mundo de coisas ao seu dispor

IMPORTANTES E OPORTUNOS ASPECTOS DA INEXORÁVEL INFLUENCIA DO MAR SOBRE A VIDA DOS POVOS

Conferência pronunciada recentemente pelo Cap. de Mar e Guerra OTACILIO CUNHA, no Clube Naval, e que "A Defesa Nacional" tem a honra de publicar, entre outras razões, pelo fato de conter brilhantes conceitos de grande valor para os militares em geral, não só da Marinha, como também do Exército e da Aeronáutica.

— "Numa hora de intensa vibração patriótica para a gente marinheira, unimos na mesma comemoração o aniversário deste Clube, a exaltação da Marinha e o culto de seus heróis.

"E a esta tribuna, onde todos os anos há uma voz ecoando os anseios e as esperanças da Armada, subo com o coração nos lábios e a alma prosternada, humílimo intérprete da grandeza deste instante.

"Marca a ronda do tempo mais uma volta completa no gigantesco mostrador da eclética, quase nada na escala vertiginosa da eternidade.

"Mas na alma dos homens, onde palpita a centelha divina, um imensurável de emoção pode caber no ritmo fugido dos segundos.

"Com fundo sentir voltamos hoje a nos reunir para a festa tradicional da Marinha. Mas não somos os mesmos de ontem; há os que chegam agora, de passos nervosos, tangidos pela mocidade impetuosa e crente; há os que aqui renovam, nesta comunhão magnífica com o espírito sempiterno no Mar, a fé se renova na fatalidade oceânica da Pátria e se abeiram da chama votiva mais velhos, mais provados, mais prudentes; e há os que já faltam a nosso apelo, os que se foram para o reino das sombras, e que deixaram a marca da sua passagem no destino dessa Marinha, que amaram e que serviram.

"São todos os componentes de um cortejo interminável, feito de vultos que a fama ilumina e põe em relevo ao lado dos obscuros obreiros dessa glória que também lhes pertence no esplêndido anonimato dos que servem sempre.

"Desfile partido dos primórdios da Nacionalidade quando, na incerteza da luta pela Independência, o primeiro navio brasileiro atirou-se à conquista do mar; multidão que cada vez mais se alonga pela alvorada dos tempos novos, e que através das realizações do presente guarda para a energia moça do futuro as conquistas gloriosas do passado.

"Ela está tóda aqui, imensa que é, cabendo no âmbito exiguo desta sala pelo milagre de nossa evocação.

"E nessa hora dedicada à exaltação do sentido oceânico de nosso povo, sentimos mais viva do que nunca a augusta presença dos genios tutelares da Marinha, esses grandes marujos que a construiram e enobreceram, que a serviram e veneraram e que a fizeram digna, gloriosa e respeitada.

"Em espírito estão êles conosco, nos assistem e nos guiam; são o exemplo, que não se esquece a tradição, que não morre, a honra que se conserva.

"Os gregos da idade de ouro, descobridores da beleza imortal, punham suas cidades sob a prote-

ção das almas humanas divinizadas pela morte. Tantos séculos após, não será o mesmo sentido de prolongar no tempo a ação dos grandes vultos, que escreve na popa dos navios o nome dos heróis? que põe ainda à frente dos marujos de hoje os grandes condutores dos marinheiros de hontem? que passa ao presente o facho olímpico do passado, mantendo vivo o fogo sagrado da nacionalidade?

"Não estaremos porventura seguindo hoje o conselho de salvação nacional que a pitonisa deu a Solon interpretando a palavra obscura dos oráculos: "honrar o culto dos chefes do país, os mortos que habitam sob a terra"?

"E que melhor maneira haverá de honrar êsses grandes construtores da Pátria do que, contemplando em nossas mãos o tesouro de tradições e de virtudes, que recebemos de um passado glorioso, sentir que por nossa disposição ao sacrifício, nosso preparo para a luta, nossa confiança no destino, podemos encarar tranquilamente o futuro com a certeza de conservar intacto o legado precioso de nossos maiores?

"Por isso a festa de hoje transcende da simples comemoração de uma vitória, vai muito além da lembrança de uma batalha, cujos efeitos de há muito cessaram como o éco dos canhões rolando pelas barrancas do rio.

"Na apoteose dos heróis, glorificamos o povo de que êles proaman; na exaltação de seus feitos, desvendamos as virtudes básicas de nossa gente; na admiração da energia dos chefes e da abnegação dos comandados haurinos a confiança nos destinos de nossa Pátria.

"Vemos que nunca faltaram ao Brasil os marinheiros de que êle precisou e afloram aos nossos lábios nomes de heróis, cuja estirpe se entrelaça com a dos semi-deuses e perpetua como éco dos rapsódos gregos a beleza imortal que desce do Olimpo.

"Tamandaré que numa existência inteira dedicada ao Mar, domina como um titã o primeiro século de nossa história marítima e

ganha assim a estatura sem par de um símbolo das virtudes marinheiras do povo do Brasil.

"Greenhalgh, a juventude esperançosa da Pátria, pujante de entusiasmo e anciosa de凭vir, capaz de transformar com o sangue generoso a radiosa alvorada da vida na rubra opoteose de um poente de glória.

"Marcelio, o marujo simples que trouxe para o Mar a alma dedicada e boa da gente de nossa terra, caindo para morrer de olhos voltados para a bandeira, que êle não deixou arriar, e que pelo seu gesto ninguém jamais içou tão alto.

"Pedro Affonso e Maia, cujas farpas do Exército Nacional brilharam ao sol de Riachuelo e cujo sangue de bravos misturou-se ao dos marujos como um só sangue puro e generoso correndo pelo convés a selar para sempre a unidade de propósitos de sentimentos e de sacrifícios das Classes Armadas do Brasil.

"Barroso, o Chefe sereno, talhado como um bronze antigo, dominando do convés da Amazonas a fúria do combate e lançando aos ventos o apêlo imortal, que se libertou das bandeiras e das adriás, e paira hoje muito alto e muito nítido, a lembrar — a nós todos — a promessa exigida pela Pátria: "O Brasil espera que cada um cumpra o seu dever!"

E os outros, os inúmeros outros, os passaram à história e os que a fizeram sem ser por ela lembrados. Heróis magníficos ou obscuros, os que foram esculpidos no bronze como os que anônimos construtores da vitória têm seu monumento na sobrevivência soberana da Pátria e na glória imperecível da Marinha.

Nunca faltaram êles quando dêles a Pátria precisou.

São os marujos da Independência e da Unificação levando do extremo Sul ao Norte extrema a ordem de coesão nacional que impedia o desmembramento.

São os marinheiros do Império escrevendo na esteira fugaz das quilhas brasileiras as páginas eternas de nossa epopéia marítima.

São os homens da Divisão Naval na primeira guerra mundial e os que guarneceram os comboios da segunda, mantendo no mar a afirmação altaiva da soberania brasileira e sua inquebrantável determinação de combater a opressão e a violência.

São os que se dedicam hoje ao trabalho silencioso de preparar a Marinha para sua elevada missão e sob cujos bordados, botões dourados ou golas singelas abrigam-se como ontem às virtudes potenciais dos Barroso, dos Greenhalgh e dos Marcílio.

São os que passam toda uma existência ignorada a vigiar e esperar, de olhos fitos nesse oceano, por onde se escoam os benefícios da civilização e do trabalho pacífico, mas de onde pode vir também o ataque e a destruição.

Desde que há muitos milênios a improvisação de um gênio anônimo cavou num tronco de árvore o primeiro barco e criou o primeiro marinheiro, o mar entrou em cena como o escultor grandioso do destino dos povos.

O homem fez-se navegante, pirata, conquistador. Criou o remo a que Esquilo chamava asa do navio e este ganhou mobilidade e vulto. Abriu a primeira vela e explorou a brisa. Calou o primeiro leme e impôs sua vontade aos ventos. Alargou os horizontes da terra e estendeu o comércio e a civilização. Ampliou ao mesmo tempo as bases de colaboração e as causas de conflito entre as nações.

Surgiu assim a Marinha que de tão longamente ligada à evolução da humanidade parece não ter tido princípio e acreditamos eterna como o próprio Mar.

Na primeira batalha naval que a história registra, decide-se em Salamina a sorte do ocidente.

Diante da ameaça da invasão asiática, que se prepara, Temistocles exorta o povo da Grécia a "construir triremes." E foi contra a muralha movediça da frota grega que veio esborrar-se o pederio de Xerxes e anular-se por muitos séculos a sede de conquista dos bárbaros.

Por tal forma a noção do poder marítimo se impôs aos gregos que o Conselho dos Quinhentos, renovado anualmente, tinha como responsabilidade principal o dever de controlar o emprego dos fundos atribuídos à manutenção das forças navais. Pelo que, o grande Demóstenes, discursando muitos anos depois de Salamina podia dizer:

"Não serel desmentido se afirmar que tudo aquilo que nos aconteceu de bom ou de mau, se produziu conforme tinhamos ou não tínhamos galeras. Poderíamos a esse respeito citar numerosos exemplos antigos ou modernos; o que é mais conhecido de todos vós é que nossos gloriosos antepassados tiveram de abandonar Atenas e se concentrar em Salamina; mas graças a suas galeras puderam, por uma vitória naval salvar seus bens, sua cidade e cumular toda a Grécia com benefícios cuja lembrança não se apaga. Lembramos nossa última guerra contra a Lacedemónia; enquanto supuestes impossível fazer sair os navios, vossa situação foi crítica, a tal ponto que os vegetais mais comuns vendiam-se por preço muito elevado; do momento em que vossa esquadra se fêz ao mar impusestes as condições de paz que mais vos aprovarem. Vossas galeras desempenhando papel tão saliente é pois de inteira justiça que o estado de força naval seja o critério segundo o qual atribuis ou recusais a coroa de ouro ao Senado dos Quinhentos".

Não é necessário fazer aqui exposição do que magistralmente se encontra em Mahan sobre a influência do poder marítimo na história.

As vezes que a civilização ocidental foi salva nas águas do oceano, as vezes em que o destino dos povos jogou-se sobre as ondas, as ocasiões em que as ruínas dos impérios e os sonhos de conquista se decidiram pelas mãos de marinheiros, chamem-se Actium, Lepanto, Trafalgar, Jutlândia ou Riachuelo, são episódios de uma vigilância constante dos povos, exercida através do carinho com que mantêm o seu poder marítimo. Poder marítimo que representa o destino, a

vocação e a determinação de um povo, e que compreende todo o esforço nacional orientado para o mar; é também a marinha mercante, a marinha de pesca, a marinha de recreio, os arsenais, os estaleiros, as bases e as fábricas. É também esse braço aéreo das esquadras essa aviação naval por cuja presença no mar a Marinha clama e espera.

"Pode parecer a um observador superficial que a bomba atômica veio escrever a condenação irremediável do poder marítimo como antes do último conflito mundial se admitiu com a aviação. Será preciso contar sem dúvida com a influência da energia nuclear, mas não num só sentido. Ela beneficiará também ao navio.

"Não houve até hoje uma conquista do engenho humano que não tivesse servido ao desenvolvimento do poder marítimo e já podemos afirmar diante dos fatos que a energia nuclear, em vez de ser exceção, abre, como antes aconteceu com o vapor, horizontes insuspeitados para o progresso naval.

Por isso afirmamos que, enquanto o oceano for uma via de comunicação e de comércio, o poder marítimo marcará preponderadamente na vida dos povos.

"E para o Brasil o Mar foi e será sempre o "grande avisador", que segundo Ruy Barbosa, "Deus pôs a bramir junto ao nosso sono para nos nos pregar que não durmamos" e a bradar por essas praias além, no fragor contínuo das rochas e das ondas: marinheiros! marinheiros!"

Num mundo onde o fermento do ódio avoluma as possibilidades de guerra, urge que se ponha tento no apelo do Mar e que toda a nação participe dessa vigília de armas impostas aos marinheiros do Brasil.

Povo de tradições liberais e amante da paz criamos sob o céu dos trópicos uma grande Pátria de homens livres em cujas virtudes pacíficas se tem afirmado o gênio latino da raça.

Mas não podemos ficar indiferentes às nuvens de procela, que se avolumam no oriente e que

avançam para nós atirando sobre os povos incautos e descuidados os dardos fulminantes da opressão.

Em todos os tempos a humanidade tem procurado fugir sem êxito à fatalidade dos conflitos entre nações.

Por uma hipocrisia, talvez inconsciente na maioria dos homens, por uma necessidade de fugir à ciência do crime, em outros desloca-se a culpa das guerras para os engenhos bélicos, e procura-se limitar os conflitos pela limitação das armas.

Chega-se por aí ao absurdo debate em torno das formas mais humanas de matar.

Assistimos hoje a uma curiosa controvérsia pela qual a bomba de urânia é aceita e a de hidrogênio condenada, como se houvesse um fator moral a ponderar em função do poder destruidor e se estabelecesse como limite da decência legal do assassinio em massa o raio de um quilômetro.

Condena-se a guerra bacteriológica, mas aceita-se a dos gases e a da radioatividade. E não se inquire que diferença faz ao morto, ao estropiado, à viúva e ao órfão se a arma de destruição é a bomba de hidrogênio a iperite, o bacilo do tifo ou a ponta da baioneta. Diante da confusão propositada é preciso ter a coragem de ser pacifista sem hipocrisia mas também sem abjeção. Combater as causas de guerra não por covardia, renunciando à soberania de nação livre, mas como povo consciente de seus deveres para com os outros e para consigo mesmo. Ser capaz de recusar a paz feita de transigência de abdicação e de renúncia. E encarar a guerra como uma realidade a que nem sempre pode fugir o destino de um povo.

Os conflitos de nossos dias assumiram um caráter de totalidade, a que é difícil pôr freios.

Já lá se foram os dias em que o Grande Frederico pretendia fazer a guerra sem que seus súditos dela se apercebessem.

Os conflitos de hoje arrastam as nações em sua totalidade; todos os indivíduos e todos os recursos correm para a luta. Somos todos

soldados, homens válidos, crianças, velhos e mulheres: — só muda a frente de batalha em que nos encontramos, e nem sempre a mais tranquila é a que se chama de retaguarda. Não esqueçamos que os soldados japoneses de Formosa ficaram menos expostos do que as crianças de Hiroshima, e que muitos batalhões de Wehrmacht sofreram ataques menos violentos que os operários e mineiros do Ruhr.

Sabemos que por trás de todas as guerras existe paradoxalmente a inquietação humana em busca da felicidade; inquietação explorada pela ambição de alguns e que se alimenta das paixões de muitos, dos enganos de inúmeros e do egoísmo de todos.

Hoje se procura por todos os meios acirrar as paixões, alargar as divergências, fortalecer os preconceitos existentes e criar novos preconceitos, numa semelhanteira de antagonismos que substitui ao preceito cristão de paz e de concórdia a regra infame de odiar o próximo.

Não nos iludamos com as restrições ao armamento; os conflitos não nascem das armas, inertes servidores dos desvãos humanos.

A guerra tem sua nascente no cérebro e no coração dos homens. Ela utiliza frases antes de usar canhões. É o veneno da desconfiança e do ódio, destilado dia a dia para aniquilar a alma dos homens por aqueles mesmos falsos Messias, que simulam querer acabar com os conflitos controlando os venenos que aniquilam os corpos.

Em torno das mesas de conferências inter-nacionais sentam-se os interesses subalternos, que impedem a solução do problema fundamental. E o que chamamos de paz hoje em dia é uma hostilidade surda e constante entre os povos, conduzindo à intransigência onde poderia haver colaboração e incrementando a inquietação onde devia haver confiança.

Culpamos os homens de governo de um estado de causas que nós mesmos criamos. Exigimos que outros achem solução para os problemas que nós ajudamos a agravar e queremos que se resolva no

plano internacional e concórdia entre os povos, quando não conseguimos manter sem agitações e ódios estéreis o panorama da vida nacional.

"E para mascarar a nossa repugnância de encarar a própria responsabilidade, adotamos a idéia utópica de regulamentar os conflitos, que não sabemos ou não queremos evitar.

"A guerra é como uma epidemia, um terremoto ou um ciclone, pode-se combate-los; não se lhes pode dar leis.

"Mas como todas as catástrofes que se abatem sobre os homens, pode ser prevenida pelo preparo do povo, pela sua determinação de sobreviver, pela sua vacina contra o desânimo, o derrotismo e o pânico.

"Esse é um trabalho de paz, combate de todos os dias contra as forças desagregadoras, que se insinuam, se infiltram e se aninharam insidiosamente na mentalidade dos povos a dominar.

"O apelo às armas, o último argumento político, nem sempre é necessário para vencer uma nação. É de nossos dias a conquista dos povos sem uma reação, sem um tiro, pela ação corrosiva da propaganda desintegradora. Os homens que conquistaram a liberdade por lutas ingentes através dos séculos, entregam-se hoje como escravos e aceitam grilhões mais pesados impostos pela corrosão contínua da consciência nacional.

"É necessário por isso que a nação esteja fortalecida também contra os ataques de natureza ideológica. E é preciso que ninguém ponha em dúvida que a guerra ideológica pode conduzir a uma desagregação moral incomparavelmente mais funesta do que a ruína material provocada pela bomba atômica, porque os escombros fumegantes das cidades, os povos ideologicamente fortes reconstruem uma civilização imperecível, enquanto que do desmoronamento moral só pode vir a miséria, a escravidão e o aniquilamento total.

"Na vigilância da frente interna precisamos por isto vigiar-nos mais a nós mesmos do que aos outros e,

sem deixar de condenar os desmandos que vemos no próximo, sem abdicar de nosso direito de evidenciar os vícios alheios, não nos deixarmos levar por esta forma de cegueira especial que nos aguça a visão para os erros dos outros e não nos deixa ver nossos próprios enganos.

"Toda reconstrução moral tem de começar no próprio arquiteto, sem o que é suspeita e ineficaz.

"E toda reconstrução moral tem de ser forçosamente otimista. É impossível somar valores negativos para obter um resultado positivo.

"A descrença, a desesperança, a crítica destrutiva, a desconfiança, o medo e o ódio podem criar ruínas, mas não podem construir nada. Só os valores morais positivos têm força de realização.

"É tempo de termos fé e de crermos em nós mesmos pela confiança que depositaremos nos outros.

"É tempo de reconhecermos a necessidade de começar em nós mesmos a revolução íntima que desejamos no próximo.

"É tempo de agirmos mais pelo exemplo do que pelas palavras e de trazermos ao edifício da nacionalidade nosso concurso desinteressado em vez de bradarmos contra a falta de colaboração de outrem.

"Vivemos a anunciar a existência de crise. Crise política, crise econômica, crise moral, e pintamos com cores negras o futuro da Pátria.

"De tanto ouvi-la repetir o povo já se acostumou à palavra, e o resultado prático do pessimismo cotidiano é a apatia generalizada. Encolhem-se os ombros; não é possível fazer nada. A crise está aí, tudo vai de mal a pior, não há remédio e portanto se tem de assumir a atitude fatalista de quem não pode lutar contra os fatos.

"Dessa inércia moral não há plano econômico que nos salve, e os arautos de crise conseguem assim criar a maior delas, a mais perniciosa, a mais corrosiva que é a crise de confiança em todos e em particular em nós mesmos. Geramos assim a debilidade e a apatia.

"Esquecemos que a força de uma nação resulta do espírito elevado

de seu povo. Napoleão asseverava referindo-se à ação militar que o moral está para o material na razão de três para um. Essa máxima é ainda mais verdadeira quando transporta para a atividade pacífica de uma nação.

"Riquezas, indústria, arte, cultura, bem-estar são passageiros e falazes se não assentam nas virtudes básicas do povo. E quando se acumulam na posse e para satisfação de um grupo, marcam inexoravelmente o caminho da decadência, da decadência e da escravidão.

Mesmo durante uma guerra, quando o argumento final é entregue aos meios de destruição é preciso que o homem que se bate saiba que seu sacrifício é útil e necessário, que está defendendo algo mais valioso que sua própria existência e que é a sobrevivência de seu povo. E um povo não é representado por uma aglomerado de indivíduos, nem por um governo, mas pelas tradições, pelos princípios e pelas virtudes que lhe dão alma, força e coesão. Não se pode plasmar em matéria inerte a unidade de uma Pátria.

"Um movimento sagrado de união nacional não pode ser feito em torno de homens ou de partidos, não pode ser de fundo político mas de fundo moral. Tem de ter por base princípios e não atitudes. Em nossos dias de ilusões de ótica coletiva, os povos aceitam a moeda falsa das atitudes em lugar da verdade inatacável dos princípios. E acompanham a mentira pela força de um gesto e aceitam a hipocrisia pelo engodo de uma frase. E esquecem que os princípios agem e as atitudes enganam.

"O homem de bem não precisa trazer no bôlso um certificado de honestidade, nem tomar a atitude quixotesca de sair le lance em riste contra todos os moinhos de vento da prevaricação.

"Suas ações falam por ele mais alto que quaisquer discursos. E se, mercê de Deus, a maioria do povo brasileiro ainda segue os princípios morais de nossos avoengos, não tem sido por obra de propaganda política, mas apesar dela.

Paradoxalmente, o progresso que tanto fêz para aproximar materialmente os homens, os tem afastado profundamente no campo espiritual. Nunca houve tanta fonte de informação e nunca fomos tão mal informados.

O rádio, o jornal, o próprio livro servem de veículo à propaganda partidária com inteiro menosprezo pela verdade. Esta todo mundo pretende tirar do poço, onde escondeu sua nudez sadia, mas o que surge à luz do dia são as semi-verdades, ricamente vestidas para mascarar-lhes os vícios e fazê-las aceitar em boa sociedade.

Criou-se a Babel das Idéias, numa confusão eminentemente mais eficaz do que a mistura bíblica dos idiomas, porque hoje os homens empregam as mesmas palavras quando pensam em coisas diferentes.

E há mesmo vocábulos criadores de histerismo coletivo, desses que aparecem em largas manchetes, e que despertam paixões quando sua função é despertar idéias.

A situação mundial após a última guerra é nítida para quem a analisa sem preconceitos: Contrastadas por uma coalização totalitária as democracias encontraram dentro de si as reservas de energia que permitiram opor um dique à invasão, inverter a corrente e dominar o inimigo. Venceram a guerra mas não conseguiram construir a paz. E a sua incapacidade em fazê-lo deriva de sua falta de preparo ideológico.

A guerra passada é um episódio sólamente numa luta muito mais ampla, que de muito longe, Luta que opõe duas correntes profundas do pensamento humano: o materialismo e o espiritualismo.

A sobrevivência das democracias ocidentais repousa por isto muito menos nas bombas atômicas do que na necessidade de se fortalecerem ideologicamente. E esse preparo ideológico é uma tarefa que incumbe a todo o povo para obtenção de uma grande força nacional, ao mesmo tempo base de poderio moral, econômico e militar.

Dante das hordas bárbaras que ameaçam avassalar o mundo e

submergir a civilização ocidental, anulando-a em seus princípios e suas virtudes, procuremos dentro de nós mesmos na afirmação pessoal desses princípios e dessas virtudes, a força que gera serenidade diante do perigo.

E sejamos otimistas.

O otimista é um homem de vontade, que procura exercer sobre os fatos a ação capaz de dirigi-los para o bem, que ele ideou.

O pessimista aceita os fatos e se lamenta. Nenhum bem pode vir se não é procurado ou se não nos sentimos capazes de atingi-lo. De modo que o otimismo é uma vontade que constrói e o pessimismo uma inércia que se conforma.

* *

Dante da adversidade o otimista luta contra os fados, o pessimista se deixa esmagar por eles.

A Marinha é uma grande escola de otimismo e de fé. O Homem do Mar vive na intimidade dos astros e das procelas. Aprendeu a esperar e a ser paciente e confiante. Não há sobre o oceano lugar para os que desesperam. A âncora é um símbolo, a bússola é outro e para o marujo do Brasil há no céu a abençoá-lo o mais alto de todos, que é o Cruzeiro. Lutar é seu mistér, seja contra os elementos desencadeados, seja contra o inimigo seja em busca de subsistência perseguindo o pescado arisco e veloz.

Tem sempre nos olhos a esperança verde do mar...

É tradição da Marinha chamar de "crentes" os homens que a ela se dedicam. Cientes nos destinos da Armada e do País.

Crecentes porque não se deixam abater pelo desânimo, não cruzam os braços diante das dificuldades, não duvidam de si nem dos outros, e esperam confiantes na aurora radiosa do sucesso.

Crecente é uma palavra bonita e que vale por uma condecoração reconhecendo o mérito.

E é uma palavra que nos eleva e conforta, nos anima e sustém, nos fala do porvir e nos paga do esforço produtivo e tenaz.

Para êsses crentes estamos vivendo uma fase de reerguimento de nosso poder marítimo.

"Para êsses crentes, assim como a Marinha foi no alvorecer da Nação Brasileira o fator decisivo de coesão nacional; assim como a Marinha tem sido a miniatura da Pátria, fundindo em seu seio sem baixismo de visão estreita os homens de todos os cantos da terra brasileira; é ela hoje mais uma vez o baluarte da nacionalidade, impermeável às forças de desagregação e às doutrinas estrangeiras a nossa índole, indiferentes aos profetas de mau agouro, surda aos descrentes, hostil aos sabotadores do esforço nacional, para continuar ainda hoje a obra de unificação que

começou na Independência". E termina assim brilhantemente:

Por isso cremos . . .

"Cremos no destino grandioso de uma Pátria livre e generosa.

"Cremos nos homens desta terra, descendentes dos pioneiros que a fizeram grande e boa, e que hão de continuar a amá-la e servi-la sobre tódas as coisas.

Cremos que, no meio das angústias na hora presente, o povo do Brasil, deixando entre as urzes e os espinhos da maldade os invios atalhos do pessimismo e do preconceito saberá encontrar o caminho amplo do progresso e da honra, para glória e valor de nossos tempos."

RELAÇÃO DE LIVROS À VENDA NESTA REDAÇÃO

	Cr\$
As Repúblicas Hespano Sul-Americanas — Major Ayrton S. Freitas.....	20,00
As Condições Geográficas e o Problema Militar Brasileiro — General Mário Travassos.....	10,00
Aspectos Geográficos Sul-Americanos — General Mário Travassos.....	10,00
A Compreensão da Guerra — Coronel J.B. Magalhães.....	30,00
Crônicas de Guerra — Coronel Olivio G. de Uzeda.....	30,00
Curso de Topografia Militar — Coronel Olivio G. de Uzeda.....	120,00
Código de V.V. dos Militares, atualizado — Capitão I.E. Antônio Florêncio de Lima Pinheiro.....	50,00
Código de V.V. dos Militares, Fascículo I — Capitão I.E. Antônio Florêncio de Lima Pinheiro.....	55,00
Do Recôncavo aos Guararapes — Major Antônio S. Júnior.....	50,00
Estudo dos Morteiros — Capitão Gustavo L. Braga.....	7,00
História Militar no Reg. Colonial — Major A.A. Souza Ferreira.....	25,00
História Militar do Brasil — General Pedro Cordolino.....	300,00
Informações Militares — Coronel Idálio Sardenberg.....	45,00
Lança-Rojão — Capitão Gustavo L. Braga.....	5,00
Lei de Movimento de Quadros — Major Heráclides de A. Nelson.....	20,00
Lei do Serviço Militar — Major Heráclides de A. Nelson.....	30,00
Metralhadora P.30 — Capitão Gustavo L. Braga.....	20,00
Metralhadora P.50 — Capitão Gustavo L. Braga.....	20,00
Noções de Topografia de Campanha — General Lauro Paes de Andrade.....	15,00
O Exército Alemão — Coronel Leony de O. Machado.....	25,00
Palavras à Juventude — Professor Daltro Santos.....	25,00
Problemas do Brasil — Coronel Adalardo Fialho.....	30,00
Síntese de Estudo sobre "O Programa de Geografia e História para o Concurso de Admissão à E.M.M." — Major João Batista Peixoto.....	10,00

BARTOLOMEU DE GUSMÃO

INVENTOR DO AEROSTATO DE AR QUENTE E PRIMEIRO
INVENTOR AMERICANO (1685-1724)

AFFONSO DE E. TAUNAY

ESCORÇO BIOGRÁFICO

Pertence Bartolomeu de Gusmão a essa série escassa de brasileiros que se acham inapagavelmente incorporados à galeria dos homens universais. Abre-se tal relação com o seu nome que, cada vez mais, avulta à medida que se esclarece a sua biografia, cheia de pontos obscuros e de deturpações da verdade histórica, algumas delas as mais fantásticas.

Existem a seu respeito numerosíssimos estudos isolados maiores ou menores, mas só agora se faz a codificação completa das pesquisas realizadas em torno de sua pessoa e de seu papel de precursor da aeronáutica, mercê dos desvaliosos volumes de nossa lavra. E manda a justiça declarar que a contribuição brasileira documental para o aclaramento da glória do nosso imortal compatriota é insignificante se a compararmos à português.

Nascido em Santos na última quinzena do ano de 1685, era filho de português e de brasileira contando já várias gerações radicadas na capitania de São Vicente.

Servia seu pai como médico da guarnição da vila paulista e como fosse grande amigo do célebre jesuíta Padre Alexandre de Gusmão, a este entregou o filho para que o educasse. Era uma inteligência de prodigiosa precocidade que a todos assombrara. Assim foi Bartolomeu, que acabara adotando o nome do seu educador, estudar no Seminário de Belém na Bahia, como

postulante à Companhia de Jesus. Nesta qualidade em 1761 fez uma viagem a Lisboa onde a todos maravilhou pela memória e a erudição. Como seminarista deu as primeiras provas do gênio inventivo construindo uma bomba elevatória que causou a maior admiração aos seus mestres e colegas.

Desligou-se da Companhia de Jesus mas resolveu ordenar-se "presbiter secular". Assim parece que passou algum tempo no Rio de Janeiro onde talvez em fins de 1708 haja recebido o prebisterato.

Supõe-se que em março de 1709 tenha chegado a Portugal onde não tardaria em provocar a maior curiosidade a afirmação que a D. João V fazia em petição de 20 de abril, de que inventara u'a máquina voadora, graças à qual se propunha a executar viagens absolutamente portentosas para o tempo.

Enorme expectativa acompanhou a divulgação de tais promessas, comprovadas pelo derrame de poesias charras, assinadas e anônimas, cujos autores tinham em vista desmoralizar antecipadamente o inventor e o invento.

Enquanto não realizava as primeiras experiências do aparelho, ia Bartolomeu de Gusmão conquistando enormes simpatias nas mais altas rodas lisbonenses. Um dos maiores fidalgos do Reino, o Marquês de Fontes e Abrantes, dêle se tornou arroubado admirador e eficaz protetor e o próprio Rei começou a lhe dispensar as mais vivas

demonstrações de simpatia, senão mesmo de afeto.

Também, dizem os contemporâneos, não só tinha o jovem padre brasileiro o mais simpático e atraente aspecto como revelava, a cada passo, extraordinários dotes intelectuais. Possuía notável cabedal humanístico, grego latim e hebreico, mostrava-se grande sabedor das ciências eclesiásticas, e sobretudo revelava dispor de memória absolutamente prodigiosa, provocadora de geral assombro.

Nulo era então o ambiente científico português. Na monarquia de D. João V pessoa alguma cogitava seriamente da matemática e da física. Não havia quem estivesse habilitado a enxergar qualquer antecipação prática para uma realização experimental. O grave erro de Gusmão proveio da jactância dos resultados de sua descoberta e a indiscreção do apregoamento dos méritos de um invento a que por assim dizer não experimentara.

A 3 e a 8 de agosto de 1709, realizou dentro do paço real de Lisboa experiências com pequeno globo de papel que dentro trazia um foco igneo. Na primeira vez teve fragoroso fiasco, incendiou-se o balão, na segunda alcançou notável triunfo. Elevou-se aos ares o aparelho à altura de uns quatro metros; esbarrou na guarnição de um reposteiro a que incendiou o que fez com que os criados do Paço armados de longas varas derrubassem o balão.

Parece que ainda realizou terceira experiência, agora em pátio aberto, e com melhores resultados teóricos, embora praticamente relativos, indo o sumário aeróstato bater numa cornija onde ardeu. Não houve quem percebesse a magnitude do triunfo alcançado com a ascensão daquele verdadeiro balão de S. João, precursor indiscutível da primeira *montgolfière* de 1783.

O que todos enxergaram foi apenas o fracasso das tão apregoadas promessas de Gusmão. Documentos contemporâneos numerosos nos revelam esta demonstração de inopia científica lusitana da época.

Novo dilúvio de versos irônicos celebrando o desastre do *Voador* — alcunha dada por irrisão. Chegaram alguns de seus insultadores a exigir que fosse severamente castigado por ter, com as suas imposturas, ludibriado a expectativa de Sua Magestade.

Nem de muito longe, sequer, houve quem pudesse perceber o que representava aquèle primeiro alcance, na atmosfera, de um aparelho aerostático. Desanimou Gusmão ante aquela saraivada de chufas, apodos e diterios, e não prosseguiu na senda que o talento lhe apontava. O Rei, contudo, continuou a lhe dispensar, sempre, a maior benevolência, muito embora não compreendesse, igualmente, o alcance das experiências a que assistira com muitos personagens de sua Corte. No ano seguinte Gusmão, que infelizmente era muito versatil, pedia e obtinha privilégio para mais um invento destinado ao esgotamento da água nos porões dos navios por meio de novo sistema de bombas.

Durante quinze anos desfrutou Bartolomeu as vantagens do agrado real. Ocupou-se dos seus misteres eclesiásticos angariando a fama de eloquente pregador. Existem de sua autoria três sermões impressos, apenas.

O de "Nossa Senhora", pregado aos Reis e sua Corte numa vilegiatura, em 1712, é bombástico, gongórico e por vezes ridículo, mas muito ao sabor das idéias do tempo e normas do púlpito. O segundo, o de "Nossa Senhora do Desíerto", datando de 1718 encerra algumas belezas mas ainda se mostra muito desigual. Mas o terceiro, o de *Corpus Christi*, em 1721, é primoroso, eloquientíssimo e cheio de poesia.

Há um período de três a quatro anos na vida de Gusmão absolutamente obscuro. Esteve fora de Portugal, na Holanda e segundo parece na Inglaterra. Uma das muitas diáatribes que contra ele se publicaram afirma que em Amsterdam permaneceu algum tempo tentando vender novo aparelho de sua invenção, uma espécie de fogão que utili-

zava o calor solar por meio de um conjunto de lentes. Mas tudo isso é muito vago. De 1716 em diante não mais saiu de Portugal. Curseu as aulas da Universidade de Coimbra onde se doutorou em cânones deixando a reputação de ser dos maiores talentos que por ali passaram.

Já nesta época possuia extensíssimos conhecimentos, falava diversas línguas vivas, o que era muito raro entre os portuguêses do seu tempo, tinha grande ciência da história e da geografia, era consumado latinista, helenista e sobremodo versado em direito canônico e teólogo.

Aos seus conhecimentos faz Diogo Barbosa Machado, o patriarca da bibliografia lusitana e seu contemporâneo, os mais arroubados elogios. E falando de sua portentosa memória acrescenta que esta era simplesmente assombrosa como assombrosa também a sua capacidade retentiva de palavras a esmo, nomes e números.

Já nessa época empregava Gusmão na diplomacia portuguesa seu jovem irmão, Alexandre, mais moço do que ele dez anos, o futuro grande ministro de D. João V e imortal consolidador das nossas fronteiras nacionais, com o tratado de Madrid em 1750, o grande diplomata ratificador das conquistas realizadas pelos seus grandes patrícios, os indômitos bandeirantes de S. Paulo e apossadores da Amazônia.

Doutorando-se em Coimbra, passou Bartolomeu de Gusmão a viver na intimidade de Dom João V, de quem se tornou verdadeiro válido. Trabalhando no Ministério das Relações Exteriores não tardaria a dar outra demonstração notável da acuidade de inteligência e polimorfismo de aptidões. Revelou extraordinária facilidade na descoberta das cifras de que serviam os diversos governos na correspondência com os seus representantes em Lisboa.

É completamente falso que Dom João V o haja enviado a Roma em missão diplomática, missão esta que teria sido coroada de mais infeliz resultado.

Crizada a Academia Real de História por D. João V, foi Bartolomeu de Gusmão nomeado um dos cinqüenta titulares deste notável cenáculo a que pertenceu as mais altas preeminências da intelectualidade portuguêsa.

Incumbiram-no de escrever a história do Bispado do Pórtio. Nesta comissão mais uma vez revelou a notável potência das faculdades pesquisando com afinco, reunindo material valioso e sobretudo analisando, com real espírito crítico, os trabalhos de seus antecessores. Diz um dos seus inimigos que o favor régio acabou deslumbrando-o. Via faustosamente a rodar carro, muito metido em intrigas palacianas. E Dom João V não só lhe enobreceu o Pai como lhe concedeu e ao irmão honras e proventos valiosos.

As antigas tendências de inventor continuavam a dominar-lhe o espírito. Assim sabemos que se ocupou de um tipo de motor hidráulico e de um processo para fabricar combustível turfoso. De repente caiu do fastigio de posição cortesã e em situação da maior angústia. Viu-se envolvido, embora não de modo preponderante, numa intriga cortesã incrivel para um homem de sua preeminência intelectual e nada decorosa para sua qualidade sacerdotal.

Denunciado à Policia e à Inquisição, viu-se na iminência de encarceramento. Havia além de tudo outro capítulo grave de acusações contra ele: era íntimo amigo de diversos judeus brasileiros que viviam em Lisboa sob a fiscalização do Santo Ofício, comensal da família do célebre poeta fluminense Antonio José da Silva, o Judeu.

Sabe-se que D. João V não permitiu que encarcerassem ao amigo, mandou preveni-lo aconselhando-lhe que fugisse para a Espanha. Esfavorido partiu Gusmão depois de haver destruído o seu arquivo que era enorme. E assim se refugiou em Toledo, onde chegou sem recursos e já gravemente enfermo e onde logo depois morria num hospital.

tal, a 19 de novembro de 1724 de uma febre maligna. Ainda não contava trinta e nove anos de idade. Pesquisas últimamente feitas demonstraram que os inculpados no processo graças ao qual tombou Gusmão mereceram do Santo Ofício as mais leves penas, sendo a maioria absolvida até. Injustificado pânico arrastara o infeliz *Voador* a uma determinação fatal.

Foi a sua morte celebrada pelos desafetos e os invejosos pelas mais indignas demonstrações de júbilo

por parte de diversos poetastros, entre os quais se avantajam os sordidos Tomaz Pinto Brandão, al-cunhado o *Pinto renascido*, e Pedro de Azevedo Tejal, autor do poema-to estercorário *O Foguetario*.

A amizade régia transportou-se a Alexandre de Gusmão que aliás ao seu majestático amo, à Nação Portuguesa e ao Brasil sobretudo, prestou, como todos sabemos, os mais assinalados serviços e é um dos mais notáveis lusitanos e americanos de todos os tempos.

"Deve-se reconhecer que as exigências da vida moderna e a inquietude atual do mundo requerem do Governo uma função muito mais efetiva e, por consequência, um nível de taxação muito mais elevado do que convinha às gerações passadas. Exatamente por esse motivo, o Governo precisa ter muito cuidado ao traçar a sua política de forma a evitar que os incentivos econômicos sejam abalados ou mesmo frustados, como tem acontecido tão freqüentemente na história. É preciso que os esforços tenham a segurança de serem adequadamente recompensados. O assalariado deve estar certo de que o maior zélo e o aprimoramento de sua proficiência e capacidade lhe trará maior pagamento. Aquele que poupa deve-se assegurar uma retribuição compensadora para o capital com que contribui no processo produtivo. Igualmente, aquele que se sujeita ao risco do investimento deve estar seguro de que, em caso de sucesso, sua recompensa será suficiente. Numa sociedade que deixa de propiciar essas garantias a disposição para maior esforço se enfraquece, o capital não aumenta rapidamente e a economia pode estagnar."

(Trecho da Mensagem Econômica do Presidente dos Estados Unidos da América do Norte ao Congresso, em janeiro do corrente ano.)

Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A.

Agência do Rio Janeiro

RUA VISCONDE DE INHAÚMA, 134-C — CAIXA POSTAL, 1229
END. TEL. "RIOINCO"

Gerência, 23-0556 — Subgerência, 43-1112

Contadoria, 23-2329 — Cobranças, 43-9780

RIO DE JANEIRO

ABRA UMA CONTA NO "INCO" E PAGUE COM CHEQUE

(N. 6)

AS GRANDES FORTIFICAÇÕES DA HISTÓRIA

SEU PAPEL NO PASSADO, NO PRESENTE E NO FUTURO

Pelo Capitão SÉRGIO GARCIA ARIS, da Escola de Infantaria, publicado na "Revista de Infantaria", Chile.

Tradução, "data vénia", do Ten.-Cel. de Artilharia ZAIR DE FIGUEIREDO LIMA.

A) EVOLUÇÃO HISTÓRICA

As fortificações remontam à época em que os povos deixaram de ser nómades para converterem-se em sedentários e, também, como materialização do instinto de defender-se contra o mais forte.

Em tempos longínquos a defesa do território se fazia rodeando o país com recintos ou muralhas. Tratava-se de obras colossais, das quais temos numerosos exemplos, sendo que entre eles o mais destacado e conhecido é a célebre "Muralha da China".

Esta construção paciente e atrevida, erguida pela mão do homem 200 anos antes do nascimento de Cristo, iniciou-se em meados do século III e terminou 50 anos depois.

A "Grande Muralha da China septentrional", como também é conhecida, teve sua construção ordenada pelo Imperador Tsen-Chi Hon-Ti, que reinou 36 anos e que conhecido nas crônicas chinesas como o "primeiro imperador universal". Seu enérgico reinado assinalou o começo de uma nova era de unidade e prosperidade do povo chinês, povo que havia vivido até então em contínuas derrocadas como resultado das freqüentes incursões dos hunos e dos tátaros. Comateu vigorosamente estas ferozes

tribos contra as quais iniciou a construção desta magna obra.

Quanto a sua extensão, existe uma grande divergência entre os diversos textos de consulta, porém ela flutua entre os 1.600 e 4.000km.

Esta imensa mole, de uma espessura média da ordem de oito metros e que em alguns lugares atinge até 12 metros, está construída interiormente de terra, revestida por ambos os lados e por cima por enormes lages de cor cinzento azulado.

Entre o Mandchukuo, Mongólia e China, atravessando planuras, bordejando colinas, galgando a crista das montanhas para precipitar-se ao baixo vale, cruzar os campos desertos e perder-se nas ardentes areias asiáticas, ergue-se a grande Muralha que mostra impávida à civilização do século XX suas imponentes torres ameias de 14 metros de altura e o árduo trabalho de 150 mil obreiros como promédio mínimo (*).

Esta remota fortificação de nada haveria servido se não tivesse contado com alguns meios que a tornavam ativa. Com efeito, canhões de ferro e bronze, muitos dos quais até hoje se conservam, representavam o moderno conceito "ofensivo", ainda que em muito rudimentares condições.

(*) N.T. Promédio é um termo estatístico, significa índice com um determinado valor numérico.

Como em toda época se tem cuidado da fortificação, sempre surgem interrogações a respeito da Grande Muralha. Um esforço tão grande e uma ocupação durante 50 anos, por tantos milhares de homens, trouxe compensações para o povo chinês? Se considerarmos que pelos sacrifícios e esforços dispendidos foi uma obra que ofereceu segurança permanente para a paz do país, efetivamente não cumpriu seu papel e os chineses trabalharam inutilmente. Porém se nos situamos na época correspondente e sabemos que "a fortificação permanente deve ser essencialmente evolutiva", podemos verificar que aqueles remotos tempos a "Grande Muralha Chinesa" cumpriu sua finalidade.

Como outro exemplo da antiguidade remota pode-se citar a fortificação de Babilônia, ao que parece, em duplo recinto, um interior que rodeava a cidade e outro exterior, que assegurava a extensão de terreno suficiente para semear e assim obter os alimentos que a cidade necessitava.

Em continuação, seguem-se: a Acrópole grega, o Capitólio romano, o alcázar árabe, até chegar-se, sem nenhuma solução de continuidade, ao castelo da Idade Média.

Durante a Idade Média não existe praticamente o Estado; o feudalismo desagrega e atomiza o poder. O castelo, e posteriormente a cidade, fortificam-se ao máximo, e nêles encontramos todos os elementos da fortificação que, desaparecidos com a invasão dos bárbaros, reaparecem no Oriente com as Cruzadas.

Bloqueios e assaltos de castelos e cidades caracterizam esta época, e o castelo, seu elemento típico, havia de durar até um novo elemento, o canhão, empregado pelo atacante, o fizesse submeter-se impotente.

Sem embargo, tal como o iam solicitando os progressos dos meios de ataque, realizaram-se inovações na organização da fortificação dos castelos feudais, sem que se rompesse bruscamente com as antigas idéias, subsistindo durante o sé-

culo VI os elementos novos com outras características da época feudal. Nascem as praças fortes.

A guerra de sitio foi a forma estratégica das campanhas dos séculos XVI, XVII e XVIII, e ainda no século XIX.

A Rochela, célebre sítio sustentado pelos huguenotes nos tempos do cardeal Richelieu, resistiu desde 1627 até 1628.

Não obstante, em generosa mistura com as praças fortes, encontramos as fronteiras protegidas por fortalezas. O sistema constituía um obstáculo inflanqueável naquela época, devido principalmente a que os exércitos de então eram de reduzidos efeitos, o que não lhes permitia dividir suas forças na dupla missão de observação ou bloqueio e de penetração no país. Além disso, por essa época, as comunicações eram escassas e, portanto, não se podia iludir as fortalezas que, naturalmente, estavam colocadas em pontos de passagem obrigatória para o invasor.

Contribuiu poderosamente para o descrédito da fortificação permanente a política ofensiva do Marechal De Vauban, que levou a prática, com brilhantes resultados, um novo sistema de ataque às praças fortes. Com efeito, a fortaleza de Ath, na Holanda, que pertencia à Espanha no século XVII e que foi uma das primeiras a sofrer o ataque inventado por Vauban, capitulou ao cabo de 14 dias depois de iniciado o sítio e as baixas do atacante não passaram de 200 homens. Como sempre, a culpa não a teve a fortificação, mas aqueles que dela não souberam servir-se. Ao pretender multiplicar as fortalezas, estas resultaram um dispositivo débil em todos os pontos, ocupadas com escassas forças, pequenas, mal armadas e pior abastecidas.

A praça forte sofre uma transformação radical. A artilharia mais potente, eficaz e com maior alcance, em seu progresso ininterrupto, destruia facilmente os exércitos, mais numerosos, podiam cercá-las sem dificuldades. Como solução necessárias nascem as pra-

cas de campo entrincheirado, ideadas pelo Marquês Marcos Renato de Montalembert (engenheiro, General e diplomata francês, falecido em 1800), não apreciadas a princípio pelos franceses e postas em prática pela Confederação Germânica, que depois de 1815 construiu a primeira praça forte deste tipo. Porém, foi o General belga Enrique Brialmont quem proclamou o valor da fortificação, sustentando que esta não era impotente e que só havia que variar o sistema de emprégos no sentido de construir fortalezas tanto nas fronteiras como no interior do país, subordinando sua distribuição a considerações estratégicas. Demonstrou que possuindo-se uma arma excelente e de grande eficiência não se sabia empregá-la.

Entrêntanto, a queda das praças fortes de Pôrto Arthur, na Rússia; Adrianópolis, na Turquia e Metz, na França, provocaram novos detratores da fortificação, os quais negavam sua utilidade.

Como consequência dos estudos de Brialmont nasce agora a "região fortificada" e para ser aplicada em extensas zonas da fronteira.

Com campos entrincheirados e regiões fortificadas em estreita combinação, monta o General Brialmont seu plano para a defesa dos Estados, que convenientemente modernizado pode-se dizer estar em vigor na atualidade, antecipando-se em mais de 50 anos aos estudos de hoje.

A aplicação destas normas foi o grandioso plano de defesa da França, projetado pelo General de engenharia Seré de Riviére depois de 1870, que constituiu a organização defensiva mais formidável do século XIX e que os alemães na primeira Guerra Mundial tiveram o cuidado de iludir, ainda que a custa da violação da neutralidade da Bélgica, ciente de que esse ato acarretaria a entrada na guerra da Inglaterra com todo o seu poderio naval; e eis aqui uma vez mais demonstrada a necessidade e eficácia da fortificação permanente.

Com maior freqüência e tomando o aspecto permanente da fortificação na Guerra de 1914 a 1918, pode-se citar ainda a praça forte de Verdun, que na Batalha do Marne serve de ponto de apoio para o 3º Exército francês.

As obras quando são defendidas, obrigam o adversário a empregar-se a fundo, trazendo ao Comando e às tropas uma apreciável ajuda e, como dizia o General Normand, "se não ganham as batalhas, podem permitir aos exércitos a possibilidade de ganhá-las e, em todo caso, evitá-lhes que as percam".

Depois da Guerra Mundial número 1, numerosos autores coincidiram na antiga idéia da fortificação. Os continuadores da "Escola Francesa" são partidários da "região fortificada", que extendem à toda nação, compreendendo, porém, as dificuldades econômicas de que padece este sistema. A "Escola Americana" preconiza a fortificação cerrada ou circular, localizada em fronteiras e regiões de interesse especial, sistema mais viável economicamente e que aplicado à Defesa do Estado considera o mar como ponto de apoio e fecha o circuito fortificado reunindo a fortificação terrestre com a costeira. Empregada nos seus justos limites não abandona a fortificação interior.

Extraíndo destas teorias de após-guerra o que é mais conveniente e modificando seus princípios para adaptá-los às suas respectivas características, diversos países organizaram sua defesa, surgindo desse modo as grandes linhas fortificadas que, em prosseguimento, estudaremos, e que tão importante papel haveriam de desempenhar na guerra mundial de 1939 a 1945.

B) A FORTIFICAÇÃO NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Em 1939, quando a França foi ocupada pelos alemães apesar da sua Linha Maginot, os "sempre prontos" detratores da fortificação voltaram a ganhar prestígio.

Voltemos ao comentário sobre a Muralha da China e veremos que

surgem as mesmas interrogações. Sem uma análise conscientiosa e atuando com um critério simplista, é fácil determinar a inutilidade da fortificação permanente e, normalmente, sem outro fundamento, "que o tempo e trabalho empregado para construir um sistema de fortificação, não guarda relação com o tempo que se leva para penetrá-lo".

É certo que a pessoa que fundamenta sua opinião na premissa de que a fortificação em si é uma garantia absoluta de segurança, baseia seu conceito sobre suposições absolutamente falsas, pois até esta data não houve fortaleza, zona fortificada ou baluarte móvel ou estático, completamente indestrutível, insuperável ou inexpugnável e que em confronto com o poder destruidor do projétil não haja vencido este último. Sua missão é outra, como poderemos compreender uma vez terminado o presente trabalho.

1 — Linha Maginot.

A França foi buscar em um princípio a forma de reforçar a cobertura em sua fronteira septentrional, com o objetivo de economizar os efetivos do Exército de paz e garantir a segurança da mobilização e concentração. Para isso, em virtude de uma Lei, de 14 de janeiro de 1930, empreendeu-se a construção de uma frente fortificada contínua, de estilo permanente, denominada "Linha Maginot"; frente fortificada que, apoiando-se no Reno e iniciando-se mais ou menos na altura de Estrasburgo, se estenderia ao longo de toda a fronteira com a Alemanha para terminar em Lonjupon, deixando-se toda a fronteira Franco-Belga sem trabalhos de fortificação.

Em sua construção, a "Linha Maginot" foi uma organização em forma de cortina estendida, como já se disse, ao longo de toda a fronteira e constituída por fortões que poderiam flanquear-se entre si; guarnecendo os intervalos com obras menores, colocando à retaguarda a artilharia pesada e estudando o conjunto que serviria de núcleo, apoio e reforço ao deslocamento de

Grandes Unidades normais que deviam cobrir a frente uma vez chegada a guerra. Um armamento moderno, grandes espessuras nas massas e uma extensa rede de obstáculos de todas as classes, completavam em linhas gerais a organização da frente fortificada. Um labirinto de galerias, ascensores, conduções elétricas, bombas e ventiladores lembravam o interior de um navio de guerra.

O desenrolar dos acontecimentos fez reconhecer prontamente a urgente necessidade de completar o sistema de fortificação frances com obras construídas desde Lonjupon até o mar, cercando dessa maneira a fronteira com a Bélgica. E assim, a partir de 1935, obras análogas as da Linha Maginot, porém muito menos poderosas, foram construídas em Rorbach, Montmedy, Maubége e Valenciennes.

Em 1937, no princípio de uma viagem à fronteira realizada pelo Ministro da Defesa Nacional com o Chefe de E.M.G., decidiu-se construir na fronteira Norte um esqueleto fortificativo, que pela natureza de suas obras como pela economia que foram feitas, pode-se considerá-las de terceira categoria e que acusaram no momento da guerra uma grande deficiência.

Ao começar as hostilidades, a Linha Maginot e as obras subsidiárias já desertas, encontravam-se terminadas e o pessoal que havia de guarnecê-las, em seus respectivos postos. Os primeiros meses transcorreram na mais completa tranquilidade para os franceses, abrigados em suas couraças de cimento armado e aço. Começa a se fazer sentir com maior intensidade a propaganda que acerca da "Linha Maginot" se vinha fazendo; propaganda que só serviu para afirmar cada vez mais na mente do povo e do Exército Francês a idéia da inviolabilidade desta obra e que chegou a convencê-los de que outro ataque inimigo, semelhante ao de 1914, não poderia voltar a ocorrer.

A "Linha Maginot", atuando só por sua presença e não praticamente, demonstra, apesar da queda

militar da França, sua grande eficácia. O Exército Alemão com suas brilhantes e moderníssimas Unidades, com a enorme potência de seus meios e com um Comando ao qual não se pode negar sua grande capacidade, não se decidiu em atacar de frente a "Linha Maginot" e só o fez em St. Avold e no Rheno depois de Dunquerque e da entrada em Paris, isto é, quando a campanha da França já estava decidida, ruptura que em tais condições não pode ser considerada como normal.

Mediante uma ameaça sobre as obras que hipoteticamente constituiam o prolongamento da Linha, os alemães atraíram a massa de manobra anglo-francesa ao território belga e a envolveram e a aniquilaram depois, rompendo com suas forças couraçadas a frente francesa a Oeste de Sedan, isto é, em uma "Zona não coberta pela Linha Maginot".

O enorme erro estratégico do Comando e do Governo francês, de não prolongar a mesma Linha ao longo de toda a fronteira franco-belga, tratando de fazê-lo à última hora com obras que estavam cheias de erros táticos e técnicos, foi submetido a julgamento no célebre Processo de Lion. A respeito disse a acusação :

"Empreendidas com retardos, com créditos anuais insuficientes, muitas vezes insignificantes, elas haviam sido realizadas sob um preço estritamente justo, sacrificando a qualidade das obras pela quantidade. Seu valor defensivo era muito desigual; os trabalhos se haviam realizado sem doutrina de conjunto, com homogeneidade; cada região militar havia recebido ordem de executar com mão-de-obra militar as obras compreendidas dentro da sua jurisdição; certos setores estavam muito atrasados com respeito a outros, principalmente os das Ardenas e o de Sedan, no próprio lugar em que as forças alemãs chegariam depois a romper nossa frente."

Ainda que a "Linha Maginot" tenha sido construída segundo os progressos da mais refinada técnica, o mesmo não sucedeu com o aspecto tático dentro do qual é possível citar uma escassez de fogos frontais, más condições de observação, maior proteção que ação e, sobretudo, pouca profundidade. A falta de conciliação destes dois conceitos, o técnico e o tático, de cuja flexibilidade e estreita relação todo Comando deve cuidar, foi que provocou os mais inflamados ataques dos inimigos da fortificação.

Não obstante e com equidade de critério, pode-se afirmar que a "Linha Maginot" cumpriu sua missão, pois garantiu como era sua principal finalidade a mobilização e concentração e deu tempo, que o Alto Comando não soube aproveitar, para empreender uma ação ofensiva que muito bem podia proteger.

2 — Zona fortificada de Liége.

A zona fortificada de Liége constituiu uma das principais defesas da Bélgica, durante os primeiros dias da Segunda Guerra Mundial.

A 25km da cidade de Liége se encontra o Canal Alberto que foi considerado como uma forte proteção para o Este e Norte da Bélgica. Com 122km de comprimento, sai do Mosa, nas proximidades de Vise, cantão encravado na região holandesa de Maastricht, por meio de enormes terraplanos, e desce até Ambergues, bordejando a bacia hulheira do rio Campine. Essa parte do território belga, encravada dentro da província holandesa de Maastricht, próxima de Asquigran, sempre pareceu um dos pontos mais fortes, razão pela qual se construiu nela obra mais poderosa da Linha Alberto : o Forte "Eben Emael".

A missão desta fortaleza era impedir ao inimigo flanquear o Rio Mosa e o Canal Alberto em Vise e Maastricht.

O Forte podia cobrir com seus fogos as pontes em Vise, Lanaye, Canne, Vroenhoven e Veldwezelt, dominando assim todas as vias de acesso para a Bélgica no referido

setor. Por tal motivo o Forte de Eben Emael constituía o ponto chave na entrada da mais importante rota de invasão para a Bélgica na direção Este Oeste.

Tomando como modelo a "Linha Maginot", foi construído este Forte entre 1933 e 1935 aproveitando a vantagem que oferecia a bacia do Canal Alberto através de uma cordilheira de 1.300m de largura. Eben Emael foi excavado na rocha viva por meio de explosivos, não alterando, em consequência, a aparência natural das montanhas. As obras de concreto eram escassas, em compensação os subterrâneos se extendiam por cerca de 64 hectares.

Pelo Este a fortificação estava protegida pelo Canal Alberto, pelo Norte por um fosso que se podia inundar com a água do Rio Geer e pelo Oeste e pelo Sul havia valutas anti-tanques reforçadas por muros também anti-taques e obstáculos contra pessoal. A maior observação se obtinha desde o cume da linha de montanhas de onde se podia dominar até além do Mosa. Os dormitórios, casamatas, dispensas de víveres e patóis de pólvoras eram subterrâneos com galerias que permitiam comunicarem-se entre si.

O principal armamento era constituído pela artilharia com embalsamentos em torres blindadas de até duas peças cada uma, sendo as de maior potência as de 120mm com um alcance de 16km. Além disso havia quatro casamatas cada uma com três canhões, duas apontando para o Norte e duas para o Sul, e doze metralhadoras que cooperariam em tais direções.

Na parte superior se encontravam metralhadoras A.A. em torres dissimuladas e a proteção exterior dos flancos estava a cargo de 11 canhões antitanques de 60mm, 16 metralhadoras pesadas e 4 leves.

A guarnição se compunha de 1.185 homens, inclusive 24 oficiais.

O ataque ao Forte Eben Emael realizou-se em duas fases: um ataque pelo ar, seguido pela irrupção das forças terrestres através dos obstáculos fluviais ao Este do Forte.

O êxito indiscutível que obtiveram os alemães ao conseguir em somente 32 horas de luta a rendição incondicional desta mole, misto do trabalho do homem e da natureza, traz novamente ao tapete das conjecturas o valor militar da fortificação.

O Marechal De Vauban no século XVII empregando sistemas de ataque até então desconhecidos trouxe sobre as antigas praças fortes o mesmo triunfo que o Alto Comando alemão obteve no século XX sobre Eben Emael.

O efeito da surpresa na guerra alcança a todos por igual e a fortificação não pode e nem tem por que ser uma exceção.

Tática e técnicamente empregaram os atacantes novos métodos de combate: o envolvimento vertical e a colocação de pesadas cargas explosivas contra as tropas blindadas, cujo efeito não tinha precedentes.

Se é certo que influiu na queda do Forte a falta de preparo dos belgas, a convicção que prevalecia nas potências ocidentais era a de que o concreto era insuperável, o que levou os aliados a limitar as defesas exteriores móveis que deram um caráter mais ofensivo e dinâmico a fortificação; não é menos certo que com os meios correntes houvera sido praticamente impossível capturar a fortaleza dentro do tempo necessário. A prova disso podemos encontrar no cruzamento do rio Mosa pelo Batalhão Mikosch, que deixou em suas turvas águas grande parte de seus efetivos em virtude do fogo que procedia de umas poucas casamatas que havia logrado escapar da ação das tropas aerotransportadas.

Finalmente, sem ânimo partidista e sem deixar de reconhecer o mérito dos belgas, cabe perguntar-se: O resultado deveria ter sido o mesmo se os alemães houvessem sido os defensores e os belgas os ofensores?

3 — Linha Metaxas.

Na primavera de 1941 ao produzir-se a agressão à Grécia que selou definitivamente a ineficiência

do Exército Italiano, boa parte desse fracasso deveu-se a Linha Metaxas que, neste caso, desempenhou claramente outro dos papéis atribuídos à fortificação: o de servir de contenção e de base para reações ofensivas. Dêsse modo vimos como o exército italiano, superior ao grego colhido de surpresa pelo ataque e sem tempo de mobilizar-se, era contido nas poderosas fortificações da Linha Metaxas, dando tempo a mobilização grega e sua posterior ofensiva que converteu um ataque em retirada, obrigando os italianos, após fortes perdas, a estabilizarem-se na linha geral definida pelo Lago Malisko-Radovioka-Teppellini e um ponto da costa adriática nas proximidades de Várlona.

4 — Linha Stalin:

Por falta de dados que até agora se faz sentir sobre a Linha Stalin, não é possível determinar a qualidade e as características das obras que a constitui, porém supõe-se que foi improvisada em pouco tempo já que os alemães a tomaram como rota nos primeiros dias da campanha da Rússia. Sem dúvida, algumas publicações recentes de origem alemã, reconhecem que apesar da sua falta de solidez, a Linha Stalin os obrigou a diminuir sua velocidade e capacidade de penetração.

5 — Linha Mareth.

As defesas originais da Linha Mareth foram construídas pelos franceses para proteger Tunis dos ataques italianos da Líbia. Em março de 1943, a principal linha fortificada tinha 35km de comprimento, desde o mar, nas proximidades de Zarat, até as escarpadas colinas de Matmata no Sudoeste e incluía casamatas de concreto e aço, embalsamentos blindados para canhões, obstáculos antitanques, alambrados de tôdas as classes e vastos campos minados. As defesas principais estavam protegidas por uma série de posições habilmente situadas e eram defendidas por cerca de três Divisões Italianas e quatro Divisões Alemãs.

A batalha da Linha Mareth teve lugar de 10 a 27 de março de 1943 e terminou com a retirada das forças alemãs e italianas do General Rommel, pressionadas pelo 8º Exército Britânico do General Montgomery.

O plano do 8º Exército, que se cumpriu em quase tôdas as suas partes, incluia os seguintes pontos principais :

1 — Amarar as defesas da Linha Mareth ;

2 — Outras forças avançariam em torno do flanco ocidental e irromperiam por detrás das colinas da Matmata ;

3 — A reserva exploraria os exíitos e atacaria Gabes, possível ponto de concentração das tropas em retirada, e

4 — Apoio incondicional de tôdas as Forças Aéreas disponíveis.

Os que idearam a Linha Mareth consideraram aparentemente que era impossível flanqueá-la pelo lado Oeste das colinas de Matmata. Era terreno escabroso, e uma operação dessa natureza implicaria um movimento de 215km sobre um árido deserto para alcançar as posições diagonais encravadas ali para defender Hamma pelo Sudoeste. Os franceses, que foram os construtores, cometeram nesta linha o mesmo erro da fortificação de Maginot, érro que no caso presente em parte se justifica, porém que o Grupo Inglês de Exploradores do Deserto se encarregou de comprovar, e estabelecer, ainda que com dificuldades, que o flanqueio da Linha Mareth não era impossível.

Apesar de tudo e com justiça, não se pode dizer que a Linha Mareth não cumpriu o seu papel como fortificação, pois que obrigou o adversário a desgastar-se através de uma extensa e abrupta zona, proporcionando a Rommel uma ordemada retirada com o grosso de seu exército.

6 — Linha Mannerheim.

A precipitada queda da finlandesa Linha Mannerheim, em maio de 1944, seguiu-se uma série de erros

nicas que tratavam de justificar a ineficiência das fortificações. Na realidade, seus autores demonstraram ter uma memória fraca para com os fatos históricos.

Com efeito, como se sustenta no presente trabalho e em tantos outros que tratam deste assunto, a fortificação não se constitui nunca como obra inexpugnável. O ataque sempre triunfou sobre a defesa pura. Sua missão principal é conseguir, mediante construções mais ou menos custosas em tempo e em materiais, segundo sua classe, uma economia de forças que permita a defesa do terreno com meios sempre inferiores aos do atacante. Sob este aspecto principal, porém não único, a Linha Mannerheim cumpriu amplamente sua missão em 1939. Apesar da superioridade manifesta do exército russo, a fortificação permitiu aos finlandeses defendem-se durante muito tempo e ocasionar aos russos perdas que assombraram o mundo inteiro. Finalmente a Linha foi tomada, porém a custa de um desgaste em material e homens que, se não fosse ela, teria proporcionado um cômodo e triunfal passeio através da Finlândia.

Se os sucessos não se deram por igual em 1944 foi porque na Finlândia as coisas não estavam muito bem quanto a vigilância e preparativos de defesa como haviam estado quatro anos e meio antes.

7 — Linha Gótica.

A Linha Gótica foi uma das séries de posições fortificadas estabelecidas pelos alemães durante a campanha da Itália. Outras, como a Linha Winter e a Linha Gustavo, construídas ao Sul de Roma, não se revestiram de tanta importância como a Linha Gótica.

Foi construída através dos Apeninos do Norte e se estendia desde a costa da Ligúria até ao Mar Adriático.

A organização Todt, que havia construído a Linha Siegfried e outras fortificações, iniciou os trabalhos da Linha Gótica durante o inverno de 1943, enquanto as fôr-

cas aliadas estavam detidas à uns 160km ao Sul de Roma. Empregando cerca de 15.000 agricultores e obreiros italianos a citada organização projetou a Linha principal de defesa aproveitando ao máximo a altura e a inclinação das montanhas e o reduzido número de estradas que as atravessavam. O terreno desigual e esta rede limitada de estradas facilitaram concentrar suas defesas numa pequena quantidade de posições importantes.

O ataque para a ruptura da Linha Gótica iniciou-se a 10 de agosto por um grupo de exércitos aliados contra um total de seis divisões e uma brigada independente alemã. A irrupção se produziu a 22 de setembro depois de um mês e doze dias de desigual combate.

Sob o ponto de vista do terreno, o ponto mais débil da linha se achava na parte N e S da estrada número 65. Aqui o Passo de Futa é relativamente baixo, as montanhas não são tão inclinadas como em outras regiões, e a estrada entre Florença e Bolonha é a melhor rota através da cadeia de montanhas. Conscientes da debilidade topográfica deste Passo e das vantagens militares de que gozavam os aliados, os alemães fizeram do Passo de Futa um ponto de resistência nas defesas da linha. As fortificações do passo se extendiam por 11km de ambos os lados da estrada número 65.

Os aliados reconhecendo o valor que realmente tinha uma linha fortificada, elegeram para a irrupção o Passo de Giogo enquanto o 8º Exército flanqueava a linha na costa do Adriático.

Quatro ataques lançados ao Passo de Giogo no transcurso de 4 dias, com forças esmagadoramente superiores, não bastaram para romper a Linha Gótica e isso só foi possível quando o ataque pela costa do 8º Exército Britânico logrou reduzir ainda mais do que já se encontravam os efetivos alemães na zona do Passo de Giogo, como consequência do envio de tropas para reforçar aquele setor da frente.

Em resumo, a Linha Gótica impediou as forças aliadas de continuar a perseguição no outro lado do rio Arno, depois da captura de Roma, deu tempo aos alemães para organizarem-se defensivamente, permitiu suas forças usarem as poucas vias de acesso favoráveis e obrigou as potências aliadas a coordenar e planejar um ataque que lhes significou o emprêgo de numerosas forças; depois disso só resta manifestar que, como fortificação ela desempenhou as funções que se levaram em conta quando da sua construção.

8 — Linha Siegrified.

A medida que a Alemanha se livrava pouco a pouco das cadeias impostas pelo Tratado de Versalhes, ia surgindo a idéia guerreira no Reich.

Em maio de 1933, Hitler resolveu construir a Linha Siegrified. A execução das obras esteve a cargo da Organização Todt e em poucos meses a Alemanha tinha uma linha fortificada de ferro e cimento armado ao longo de sua fronteira com a França, indo do limite com a Suíça até Aquisgran. Quando no começo da guerra foram observadas as intenções aliadas de realizar uma ofensiva contra o Reich, através da Bélgica e da Holanda, a Alemanha prolongou imediatamente a linha fortificada até a costa, com a qual protegia todo seu flanco oeste desde a Suíça até o Mar do Norte.

A construção sob o ponto de vista tático foi levada a efeito com a finalidade de proteger o deslocamento de Grandes Unidades. Não existem nela as numerosas e complicadas instalações de um encouraçado terrestre como a Linha Maginot; as obras são pequenas e disseminadas (os famosos Bunker) e no máximo possuem duas ou três armas automáticas e uma ou outra peça contra blindagem. Dois ou três metros de espessura em lousas de cimento armado constituem a proteção e isto juntamente com a existência de grandes observatórios, consequência do critério de que a

primeira coisa é ver, faz com que os relevos sejam fortes, inconveniente muito melhorado com um mascaramento sumamente cuidadoso. Fossos antitanques secos e com água, zonas de inundação, alambrados de tóda espécie, muros e estaques de concreto e aço, vastos campos minados, etc., formam os obstáculos.

O sistema tem grande profundidade e chega até aos 25mk em setores mais sensíveis. Por detrás da Linha e também com muita profundidade instalaram-se zonas de defesa aérea do Oeste para dificultar qualquer invasão do tipo vertical.

O General e professor militar espanhol Victor Rodriguez, com respeito ao valor militar da Linha Siegrified, disse:

"A Linha Siegrified constituiu o apoio adequado para as manobras de grande envergadura que no princípio da guerra deram suas assombrosas vitórias aos alemães, começando pelas diplomáticas anteriores à mesma guerra — Áustria, Tchecoslováquia, Rússia, e continuando durante a guerra — em que o apoio se manifesta em tóda a sua grande transcendência, permitiu lançar as grandes ofensivas do Este — Polônia, Noruega e as do Norte e Oeste — Flandres, França. Em verdade não se pode pensar em nenhuma arma da qual se tenha conseguido um fruto tão grande na preparação da guerra e durante a sua primeira fase como o conseguido por esta organização defensiva, que necessitou, por sua vez, de uma elevada moral — motora — e de meios adequados, gigantesca ordenação da indústria e de todas as energias nacionais. Em meu julgamento fica completamente claro que a organização e o emprêgo nesta primeira parte ofensiva da guerra pelos alemães da Linha Siegrified, responde em um todo a uma concepção clássica da melhor estratégia. Não há como esquecer que tais obras impressionam quanto a uma aparente contradição com sua missão estratégica; os dirigentes da nação alemã, Hindenburg, Hitler e o

Grande Estado-Maior conceberam a situação de conjunto como uma imensa organização da nação em armas, em que accidentalmente convinha a atitude defensiva na frente Oeste. E precisamente esta aparência da Linha Siegrified enganou seus inimigos, incitando e aperfeiçoando a tendência defensiva dos franceses, que acreditaram ver na linha alemã uma réplica à sua, atribuindo-lhe o sentido do mesmo "não passarão" que formava sua tendência; é o mesmo que dizer, que a Linha Siegrified também serviu para manter o inimigo no seu erro.

Então, não cabe nenhuma dúvida quanto ao fato de que a linha fortificada alemã cumpriu em excelente forma a sua missão. Se, ao finalizar a guerra, se produziu a sua ruptura, não devemos esquecer que o exército alemão combatia com manifesta inferioridade de meios e que na zona de ruptura de Aquisgrân os norte-americanos perderam grande parte de seus efetivos e empregaram muito tempo, apesar do enorme deslocamento de homens e materiais.

9 — Linha Suíça de fortificações alpinas.

Em 1948 deu-se a conhecer ao mundo, através de publicações na imprensa e em revistas, e pela primeira vez, os detalhes da secreta cadeia de fortificações alpinas que contribuiram para desanistar os alemães de uma possível invasão na Suíça.

A Linha Suíça de fortificações alpinas constitui uma das façanhas da engenharia mais notáveis da história. Estas cadeias de enormes fortalezas, invisíveis no meio da rugosidade das montanhas, se estendem através dos Alpes por 320km, e foram construídas durante os anos incertos de 1940-1941 por 80.000 obreiros civis impulsionados pelo temor, não isento de justificativa, de uma invasão das hostes do III Reich.

Ao terminar a guerra o exército suíço e suas fortalezas, que não chegaram a empregar-se, haviam salvo

o país a custa de \$1.000.000.000,00, soma fabulosa para uma nação de 15.494 milhas quadradas.

Depois da guerra continuou, invertendo-se milhões de francos suíços na ampliação e aperfeiçoamento das fortalezas, o que revela a firme determinação da Suiça de permanecer neutra em um terceiro conflito que cedo ou tarde haverá de chegar.

A cadeia fortificada conta com milhas de corredores, túneis, cavernas e cidades inteiras debaixo da terra e dentro das rochas, com um total de 3.000 instalações distintas. As menores se encontram, geralmente, ao longo do limite ocidental, cuja linha poderia correr através de Genebra, Le Locle, Delémont e Basal. Estas posições consistem em dezenas de fortins ocultos, camuflados em casas particulares, e de quilômetros de arame farpado. Normalmente cada unidade está ocupada por 10 homens. Esta rede de defesas menores estão destinadas a retardar o avanço inimigo para chegar a uma posição de menor vulnerabilidade.

A linha de grandes fortalezas constitui a zona conhecida como "O Reduto". Começa em São Maurício, uma antiga cidade que fora fortificada pelos romanos, na boca da profunda garganta do Rhodano, e se prolonga para o N.E., através dos gelados cumes, desde Brig, Gletsch, Andermatt e Chur até Sargans, na fronteira do Liechtenstein. Ao longo desta rota há bolsões que chegam até a Itália, estando estes também cobertos de fortalezas. Um dos principais depósitos de munição e abastecimentos se encontram na cidade de Thun. Durante a guerra a entrada no "O Reduto" estava nas proximidades de Interlaken, pitoresca cidade que se encontra ao pé do elevado Jungfrau. Interlaken é também um arsenal para as fortalezas e depósitos de milhões de litros de combustível líquido. Outros depósitos maiores ainda se encontram nas montanhas Mittholz — Blansee.

A Linha Fortificada Suíça se compõe de centenas de fortalezas que

se extendem ao longo das muralhas alpinas com intervalos de 1 a 2km. Em geral existem dois tipos de Fortes perfeitamente dissimulados. Uma classe de fortificação incrustada em três pisos ou fileiras. O piso de cima imediatamente abaixo do cume, contém baterias de canhões de longo alcance, com observatórios excelentemente camuflados, cujo calibre varia entre 75 e 155mm, reforçadas por armas pesadas de infantaria e por metralhadoras. A munição é conduzida até em cima por elevadores, que saem dos depósitos encravados nas entranhas da rocha. O segundo piso é uma câmara de controle provida de dois elementos de telecomunicações moderníssimos e na qual se encontram os planos. O piso mais baixo contém os dormitórios, cozinhas e dependências anexas.

O outro tipo de fortificação está dentro das montanhas, nos cimos inacessíveis e seu equipamento é similar aos do tipo anterior, porém suas instalações se extenderem horizontalmente na montanha e não verticalmente.

Cada fortaleza é uma cidade, completamente independente, com uma guarnição de 500 a 1.500 homens.

Motores Diesel proporcionam corrente elétrica, as correntes subterrâneas são captadas para o abastecimento d'água, todas as dependências têm ar condicionado e são à prova de gases. Outrossim, dispõem de médicos, dentistas, pavilhões de cirurgia e hospital; casinos para oficiais e tropa; banhos e serviços higiênicos; estações de rádio e câmaras frigoríficas para o armazenamento de carnes e outros alimentos. Pode-se chegar à muitas delas por estradas de ferro camufladas, de vereda estreita; em outras se entra por portas escondidas e por túneis que são trocados com freqüência, estando a maioria equipada com elevadores elétricos que passam através das rochas e sobem centenas de metros.

Os principais fortes se encontram nos arredores dos famosos túneis de Simplón e São Gotardo.

Todas as linhas ferroviárias, entrecampos, pontes, etc., estão minados e são controlados do interior dos fortes.

Se a invasão da Suíça tivesse ocorrido, o Plano do Exército consistiria em fazer, partindo das fortalezas, guerra de guerrilhas em grande escala, durante o dia e durante a noite.

Não se pensava em ter "O Reduto" como um sítio de retirada ou prisão, mas sim para atacar a partir dele em qualquer direção e em qualquer tempo. A Linha de Fortificações estava em situação de dificultar as comunicações inimigas, especialmente entre o N e o S da Europa e em geral de tornar impossível o repouso de uma força de ocupação. Em resumo, seu fim principal era, simplesmente, prolongar o tempo em que os suíços poderiam aguentar-se.

O valor, a perseverança e o grande espírito de organização e os alarmantes informes da espionagem alemã, a respeito da Linha de Fortificações Alpinas desta pequena porém grande nação, fêz com que os generais alemães recusassem por três vezes levar a cabo os planos de invasão de Hitler.

A Fortificação, atuando só pela sua presença, havia cumprido o seu papel.

10 — *Fortificações costeiras.*

a) Sebastopol :

A Fortaleza de Sebastopol, pôrto russo da península da Criméia, nas orlas do Mar Negro, e que fôra Praça Forte durante o sítio de 1854 a 1855, voltou a ser novamente na Segunda Guerra Mundial um típico exemplo de base naval fortificada. Como quase todas as bases navais, foi atacada e conquistada por sua frente terrestre.

Esta fortaleza constituía uma poderosa organização contra a qual os alemães concentraram poderosos meios, sobretudo de artilharia. Grandes canhões e potentes morteiros encarregaram-se de abrir as brechas para o avanço da Infantaria e dos Engenheiros de combate,

e ainda, quando as obras se mostraram muito sólidas, cairam sob o impacto de projétils, cujo calibre era muito superior à resistência prevista para as massas cobridas.

Não obstante o grande acúmulo de material bélico, Sebastopol resistiu durante todo o mês de junho, atrasando durante esse tempo a ofensiva alemã de 1942, que não começou enquanto esta praça não foi ocupada, com o que se proporcionou aos russos mais um mês de preparativos para resistir a invasão.

b) Muralha do Atlântico.

Por muito tempo, proeminentes personalidades asseguravam que a Muralha do Atlântico era inexpugnável. As fotografias e películas revelaram não uma muralha contínua mas sim fortificações isoladas muito poderosas. Sem embargo, acreditou-se na impressão de uma muralha contínua de poderosas fortificações. Muita gente em muitos países se deixou enganar por esta propaganda e foram estes os que mais tarde recusaram atribuir algum valor à Muralha do Atlântico, inclusive à fortificação em geral.

A idéia estratégica que presidiu sua construção foi a de ganhar tempo, enquanto se liquidava a guerra com a Rússia, para o que era necessário proteger a costa contra um possível desembarque aliado.

A muralha estava constituída por posições de artilharia cerradas, situadas nas proximidades da costa e análogas às "festes" alemãs da I Guerra Mundial. Em seu interior estavam os embassamentos da artilharia de costa e, em ligação com os redutos, também cerrados, que englobavam os portos, constituiam uma primeira linha. A retaguarda, e fora do alcance eficaz da artilharia naval, se movimentariam as Grandes Unidades que protegidas por obras análogas às da Linha Siegfried, formavam uma segunda linha defensiva.

A organização geral das posições responde aos princípios da fortificação: disseminação, escalonamen-

to, potência e ajuste dos fogos. Blindagens apropriadas e um bom mascaramento. Em geral a Muralha do Atlântico poderia resistir a potentes ataques de fôrças de terra, mar e ar durante um prazo de tempo suficiente para a chegada das reservas estratégicas.

Ficou plenamente comprovada a potência desta muralha na marcha da guerra. Possivelmente sua presença forçou a decisão aliada de atacar a Itália em primeiro lugar; e em todo caso foram necessários quase três anos para preparar o assalto ao continente, tempo durante o qual a Alemanha gozou de liberdade de ação no Oeste. O fato de que a Rússia não pôde ser vencida nesse tempo e que, pelo contrário, a frente oriental se converteu numa profunda ferida que desgastou e sangrou suas fôrças, seus nervos e seu material, nada teve a ver com a Muralha do Atlântico. É muito possível que sem ela, o desembarque de 6 de junho de 1944 teria se antecipado de muito tempo.

A respeito do próprio desembarque, cabe manifestar que os alemães, privados da proteção aérea, não puderam materialmente mover-se e nem, por conseguinte, lançar oportunamente a contra-ofensiva.

c) Heligoland.

Heligoland, famosa base naval alemã nas guerras mundiais e uma das ilhas fortificadas mais poderosas do mundo, tem uma extensão de uma milha quadrada e se encontra situada no Mar do Norte, a uns 50km das costas alemãs.

Uma rede de túneis subterrâneos que inclui 22km de corredores, um sistema ferroviário subterrâneo, torres blindadas com canhões costeiros de longo alcance, minas subterrâneas e submarinas controladas da ilha, constituiam em linhas gerais as fortificações desta poderosa base naval.

Ela também cumpriu a sua missão, pois sem seus canhões de costa não se concebe uma base naval e sem estas as esquadras, donde não havendo fortificações costeiras as operações de desembarque não po-

dem assentar doutrina, sob o ponto de vista do valor da fortificação.

As fortificações desta ilha foram destruídas pelos ingleses a 31 de março de 1947, para o que se empregou 6.700 toneladas de explosivos de alta potência. A explosão se efetuou de um bosque situado à 12 quilômetros de Heligoland.

C) A FORTIFICAÇÃO NO FUTURO

1. Em relação com a Aviação.

A triste experiência dos belgas, em Eben Emael, o envolvimento vertical e as posteriores ações deste tipo, indicam a conveniência de abordar o futuro da fortificação encarando o problema da aviação.

Hoje, a potência da Arma Aérea do adversário constitui, pela rapidez e eficácia dos golpes que pode assestar sobre as comunicações, um inimigo mais perigoso para a mobilização e concentração em qualquer ataque terrestre.

Contra uma ação aérea em massa sobre o interior do país, a fortificação da fronteira resulta importante, porém indubitavelmente significa uma considerável ajuda para as tropas de cobertura encarregadas de proteger a nação de uma invasão terrestre.

Em consequência, pode-se dizer que não desapareceu o valor estratégico e econômico da fortificação, mas que, para ser eficaz a sua ação, deve forçosamente ser completada pela da Arma Aérea, a quem cabe a missão de opor-se aos ataques inimigos ao interior do país, proporcionando ao próprio exército a necessária liberdade de ação e impedindo o envolvimento vertical.

No aspecto tático, a fortificação cumprirá sua finalidade assim como a qualquer outro meio de combate se se lhe dá a cooperação aérea.

2. A respeito da continuidade.

A medida que a técnica avança os Exércitos vão dispor cada vez mais de novos meios que os capacitam a produzir uma infiltração na fronteira do país adversário.

Isso impõe a necessidade de organizar uma cortina contínua ao longo de toda a fronteira ou costa ameaçada. O problema se radica em obter-se uma continuidade já que por razões económicas resulta quase impossível, e se no caso mais favorável fôr conseguida, poderia resultar um dispositivo linear que não se podendo armar, abastecer e guarnecer como é necessário, teríamos uma linha débil em todos os seus pontos e por conseguinte fácil de romper.

A solução para este problema consiste em substituir a continuidade de material pela continuidade no fogo, de maior eficácia e obtida pela conveniente colocação das obras que se concentrariam nos setores mais expostos ou perigosos ou diminuindo sua densidade naqueles outros comprovadamente inacessíveis.

A dosagem da frente fortificada se fará também pela organização dos setores em harmonia com a classe de ataque que possivelmente haja de enfrentar, possibilidades derivadas do terreno e em relação com as forças mecanizadas, com a infantaria, pára-quedistas, etc.

Desta maneira poderá obter-se uma continuidade de igual resistência em todos os seus pontos, cujas características serão dadas pela capacidade económica do país.

3) Em relação com os elementos ofensivos do futuro.

A moderna força ofensiva se baseia principalmente na potência de fogo da artilharia, na participação da Arma Aérea na luta terrestre e no emprego maciço das forças mecanizadas.

Em relação com o primeiro elemento e dado aos maiores calibres e alcances, precisão e mobilidade da artilharia dos exércitos modernos, as obras de fortificação vão receber u'a massa de projéteis contra os quais é mais eficaz a busca de uma proteção indireta pela disseminação e mascaramento das obras.

O bombardeio aéreo é na atualidade, como possivelmente o será

no futuro, um temível inimigo das fortificações, tanto pela potência das bombas cada vez maior, como pela precisão e profusão com que são lançadas. A defesa antiaérea pode ser passiva e tática, e numa adequada combinação das duas reside a sua eficácia. A defesa passiva se obtém pelo mascaramento, dissimulação, disseminação e redução dos alvos (obras) combinada com a resistência das blindagens. A defesa ativa pode ser longínqua, aproximada e imediata; a primeira fica a cargo da aviação de caça própria; a segunda das baterias A.A. colocadas de 5 a 15km a retaguarda e a defesa imediata fica a cargo das metralhadoras e canhões automáticos situados nas referidas obras.

Com respeito aos tanques e apesar dos notáveis aperfeiçoamentos experimentados por eles durante os últimos anos, há antecedentes, derivados da última guerra, para pensar-se que não estão ainda em condições de lançarem-se sózinhos ao ataque de uma zona bem fortificada. Sem embargo, no porvir é bem possível que assim não suceda e em todo caso constituem a medula das tropas que vão ao assalto e sua presença no campo de batalha impõe à fortificação amparar-se por detrás de um obstáculo natural antitanque ou em uma zona em que seja possível criá-lo artificialmente em boas condições. Os referidos obstáculos, como é natural, deverão estar batidos pelas armas contra blindagens cujo deslocamento deverá ser tão profundo quanto seja possível.

D) CONCLUSÕES

1 — Os numerosos exemplos citados, demonstram, em que pesem as diatribes dos inimigos da fortificação e das condições especiais com que se desenvolve a guerra moderna, que este meio de luta "Não passou de moda" e que seu papel é de vital importância no futuro. Agora e mais tarde, "o terreno organizado militarmente" se revestirá de extraordinária importância, sobretudo para o exército

que nêle vê seu meio normal de atuação, como o marinheiro vê o oceano e o aviador o espaço.

A guerra tem sido e será sempre uma corrida desenfreada e sanguinária entre o projétil e a couraça, isto é, entre o ataque e a defesa, e à medida que o primeiro progride mediante a imaginação criadora do homem, a segunda buscará os meios para sobrepor-se a elas ou abrandar seus efeitos.

2 — Não se deve crer que as fortificações fronteiriças sejam construídas com o objeto de dar ao país uma proteção e segurança "absoluta e permanente" às zonas da retaguarda. Seu propósito é resguardar a nação contra ataques de surpresa e dar tempo para a sua mobilização e concentração.

3 — As fortificações são o meio empregado por forças normalmente inferiores para compensar em parte essa desvantagem. Não há dúvida que, se os defensores não possuem combatentes e armamentos necessários e "uma alta moral", de nada servirão as superfícies de aço, as torres blindadas e o concreto das massas cobridoras.

4 — A fortificação, ainda que eminentemente defensiva, não deve subtrair da nação e do Exército o espírito ofensivo.

Na guarnição que ocupa as obras não se deve criar uma noção de falsa segurança e ela deve estar adestrada no manejo das armas móveis fora das fortificações para continuar a defesa exterior.

5 — A fortificação permanente deve ser projetada e executada com grande sentido tático, ao que devem subordinar-se as exigências técnicas ou o que é o mesmo: a organização permanente há de conceber e executar suas obras de acordo com a estratégia, inspirar-se pela política nacional patriota e preventiva, que saiba atender aos fins permanentes da Pátria.

6 — As fortificações devem constituir-se com um amplo sentido prático sobre as possibilidades de penetração adversária, a fim de evitar as graves consequências que acar-

retam as omissões ou defeitos nas obras motivadas pelo menoprézo do provável inimigo.

7 — Deu-se comêço ao presente trabalho com a declaração de que a origem da fortificação se encon-

trava no instinto de conservação e ao concluir-me atrevo a dizer que a fortificação, manifestada de uma ou de outra maneira, prosseguirá subsistindo enquanto existir esta lei da natureza.

AOS COLABORADORES !

Como COOPERAÇÃO muito preciosa no sentido de facilitar as tarefas de impressão da Revista e, consequentemente, evitar o atraso de suas edições, solicitamos, encarecidamente, aos nossos colaboradores que :

1. Datilografiem, na íntegra, seus trabalhos, utilizando UMA SÓ FACE DAS FOLHAS DE PAPEL e deixando espaço duplo entre as linhas.
2. Destaquem, com letras maiúsculas, o título do artigo. O nome do autor (ou seu pseudônimo) deve vir entre o título e o texto.
3. Coloquem, preferentemente, em folhas separadas do texto, as figuras, as fotografias, os desenhos, etc., com as respectivas legendas. (No texto, no local desejado, basta uma simples referência ao número da figura, fotografia ou desenho, correspondente).
4. Sempre que possível, desenhem as figuras a nascim e em papel vegetal.
5. Tratando-se de tradução, quando a fonte original autorizar a reprodução, citem essa fonte sem esquecer o nome do autor do trabalho; no caso contrário, obtenham autorização prévia.
6. REVEJAM SEMPRE OS ORIGINAIS observando, rigorosamente, a ortografia oficial (a do "PEQUENO VOCABULARIO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA", da Academia Brasileira de Letras, dezembro de 1943, Imprensa Nacional).
7. Assinem a última folha e INDIQUEM O ENDEREÇO ATUAL para que se possa acusar o recebimento e realizar entendimentos quando necessários.



PROBLEMAS DE BASE DO BRASIL

Extrato dos Anais do I.B.G.E.

A grandeza territorial, o desigual e insuficiente povoamento, a agressividade do meio físico, as endemias reinantes, a deseducação e a morbidez da população brasileira, são fatores, todos esses, que dão aos grandes problemas nacionais — a que poderemos chamar *problemas de base do Brasil* — vulto desmedido e extrema complexidade, capazes de intimidar os espíritos mais empreendedores.

Entretanto, por isso mesmo que assim se apresentam, devem êles ser os objetivos prediletos do Governo Federal, mormente depois das remodelações políticas por que passou a nação. Essas transformações não foram, por certo, imprudentes tentativas, visando apenas substituir a fisionomia das instituições. Bem ao contrário, tiveram em mira "renovar" os velhos quadros da vida brasileira, assegurando-lhes a estrutura, as virtualidades e o potencial de energias que capacitem o país a enfrentar previdamente as suas responsabilidades, na hora histórica que o mundo está vivendo. Mesmo porque, se não o fizesse, deixando in-

tactos os erros e omissões do passado, muito dificilmente realizaria o Brasil os seus destinos. E assim, talvez perdesse a melhor oportunidade para remover grande parte dos fatores negativos que entorpecem o seu progresso, a saber, aquela em que o Governo Federal, tendo ao seu dispor meios mais rápidos de ação, e instrumentos legais eficazes, pode atender, a um só tempo, às advertências do nosso passado e às promessas do nosso futuro.

Por outro lado, ainda porque são assim, aqueles nossos problemas de base — isto é, complexos, entrelaçados e de descomendido vulto, — força é que em duplo sentido suas soluções sejam globais — no que respeita a cada problema considerado em tóda a sua significação, e no que tange ao conjunto deles, vistos através de tódas as suas inter-relações.

Esta afirmação, longe de ser um paradoxo, como à primeira vista pode parecer, exprime rigorosamente a lógica e a realidade dos fatos.

A grandiosidade da tarefa governamental e a pouquidade dos recursos não são coisas antagônicas nem se excluem reciprocamente dentro daquele critério. Pelo contrário, por isso mesmo que coexistem, só se podem ajustar no plano de ação que não dissocie os problemas, nem, muito menos, fracione cada um deles em pequenos problemas, particularizados, seja quanto aos objetivos, seja quanto ao âmbito geográfico.

Esse método — que se desenvolve, por partes, isolando os problemas e atacando-os fragmentariamente e quase a êsimo — foi o que até hoje prevaleceu. E a sua lógica aparente se dissolve no cotejo com a realidade dos resultados conseguidos.

Se os problemas são conexos, suas soluções também o devem ser. Enfrentados simultaneamente, os mesmos recursos que se estiverem na aparência dirigindo apenas a um deles, estarão de fato operando em benefício de todas as soluções procuradas. Por outro lado, visionando-se cada problema em seu conjunto, também não se duplicam ou triplicam sem proveito nem os centros de ação nem os recursos mobilizados. Os mesmos esforços e os mesmos recursos, agindo sinérgica e cincronizada mente, atendem a um só tempo a todos os aspectos de cada problema considerado de per si, e num tal encadeamento lógico, que não deixam margem para os hiatos de ação nem para a desconexão de resultados a que dá lugar o método oposto.

Por conseguinte, sendo poucos os meios de ação disponíveis e enormíssimos os empreendimentos a realizar, a diretriz de "ação nacional" apresenta-se, entre nós, com a força de um imperativo indeclinável. Os planos isolados, os empreendimentos limitados na sua envergadura, ou no seu prazo, ou no seu alcance, parecendo ação pragmática, senso de medida ou roteiro prudente, muitas vezes não são, no fundo, senão a perda de energias e recursos da Nação numa obra parcial, dispersiva, frustra, que enfraquece os Gover-

nos, decepciona a opinião pública e leva à República a uma perda de tempo que, na fase presente da evolução mundial, é o maior de todos os riscos.

Dai a significação que têm para o Brasil certos erros em que vem permanecendo.

A ação governamental reparte-se por três planos, que se transformaram em compartimentos estanques em virtude da compreensão errônea do regime, o qual, se outorga legítimas e necessárias autonomias, destas exige, óbvia e correlatamente, que entre si cooperam num grande e racionalizado sistema nacional.

Por sua vez, as três ordens de ação governamental dividem seus campos de ação — de finalidades idênticas ou conexas em grande parte — por meio de barreiras que separaram os diferentes setores exigidos pela prática administrativa. Sobre serem vários esses sistemas — que visam aos mesmos benefícios, em relação à mesma comunidade, tendo em vista os mesmos destinos comuns, — são também ilógicos, pois deixam a determinados setores atividades tão mal ajustadas aos seus objetivos principais, que ficam desse modo irremediavelmente condenadas ao abandono. Pior: ainda em virtude disso, tornam-se insuficientes ou improdutivos os órgãos que têm suas responsabilidades necessariamente relacionadas com as daqueles outros, e tais responsabilidades, assim, deixam de ser atendidas com a compreensão justa e a intensidade precisa. E o mal se agrava com o isolamento em que ficam funcionando lado a lado esses compartimentos estanques, os quais, por essa forma, agem sem articulação e, por isso mesmo — quando não antagonicamente — por certo sem convergência, sem método, sem cooperação, sem sistema.

Ainda sob um terceiro aspecto, os esforços governamentais fragmentam-se, paralelizam-se, diferenciam-se, sem organicidade; antagonizam-se muitas vezes, abrepõem-se uns aos outros; — quase tudo tumultuariamente. É

no seu desdobramento geográfico. No plano federal, as atividades que deveriam visar ao mesmo objetivo, já se achando às vezes afetas a dois ou mais Ministérios que entre si não mantêm estreito contacto, são em cada um deles desdobradas em escala, profundidade e maneira divergente, de Estado para Estado. No plano estadual, as atividades já exercidas por vinte e duas entidades diferentes, segundo organizações diversificadas e diretrizes que nada têm de comum — nem sequer continuidade no mesmo Estado — são distribuídas segundo variáveis esquemas e entre os órgãos superiores da máquina administrativa, reproduzindo-se, além disso, em cada Estado, os erros da organização federal. No plano municipal, a dispersão de esforços e a falta de uma orientação coordenadora chegaram a tal ponto, que já houve o começo de reação com o instituirem-se os Departamentos de Municipalidades, infelizmente mais propensos a fiscalizar do que a assistir. Ali, com efeito, a multiplicidade dos tipos de organização crescia de ponto, retirando ao panorama da vida dos Municípios brasileiros todo o sentido de progresso orgânico. A diversidade desses tipos, a falta de preparo especializado da maioria dos dirigentes, a ausência costumeira de controle, a acarretar prejuízos e irregularidades, e ainda a divisão dos serviços segundo a velha fórmula dos "compartimentos estanques", faziam — e ainda fazem — do nosso municipalismo, em certos casos, um critério de governo desatento aos interesses da população.

Donde a paisagem pouco animadora da realidade brasileira. A obra governamental, dispersando os seus esforços, através de uma organização ineficiente, não pôde ainda prestar à coletividade a assistência que fôra mister. E as massas humanas, entregues a si mesmas, submetidas a forças múltiplas, oriundas dos interesses particulares avulsos, ou solidarizados em sistemas sem nenhuma preocupação do bem comum, deslocam-se às cegas. Condensam-se aqui, desagregam-se

ali, para se distribuirm segundo impulsos desorientados, ou mal orientados, vindos a apresentar, afinal, os aspectos impressionantes e ameaçadores que observamos no povoamento do país, origem da desocupação da maior parte do território nacional. De um lado, — uma população de analfabetos ou semi-analfabetos, subalimentados, doentes, sem capacidade para as atividades produtivas, condensada em núcleos mal constituídos, sem educação cívica, nas mais desfavoráveis condições de trabalho e de vida. De outro lado, — uma grande massa, de baixo teor de existência, dispersa nas zonas rurais, desassistida, mas, apesar disso, sustentando a pação com o seu débil labor e o seu inglório sacrifício, sem direito à felicidade e sem poder contribuir sequer para a verdadeira grandeza do seu país. Finalmente, a uma terceira face, — o deserto de milhões de quilômetros quadrados que uma população mal distribuída não pôde e não soube ainda ocupar.

A estatística, entretanto, já tornou patente toda essa desalentadora realidade. E essa simples revelação aponta os rumos novos em que poderá agir a Nação, segundo diretrizes sistemáticas e harmônicas com o pensamento construtivo que decorre da observação da vida nacional.

Essas diretrizes da nova política brasileira não contrariam nem os princípios democráticos, nem a organização federativa, nem o salutar critério da descentralização administrativa. Pelo contrário: ela se estabelecerá com o concurso do povo e para o bem do povo, segundo os melhores princípios democráticos; ela assentará seus alicerces sobre a autonomia das três órbitras administrativas, mas uma autonomia que não seja isolamento ou antagonismo, e sim autodeterminação, segundo os imperativos da mútua compreensão, da solidariedade e da racional divisão do trabalho nas tarefas comuns; finalmente, essa nova estrutura política não será uma centralização, absurda e de compreensão primária, como sinônimo de indiferen-

ciação, mas será, sim, a adequada descentralização executiva, de caráter orgânico, como a natural e lógica convergência épara um órgão superior de comando, instituído em harmonia com os dois outros princípios — o do governo do povo pelo povo e o da organização federativa.

Assim, a reorganização do país postula um novo quadro territorial, administrativo e social, em condi-

cões de permitir normalmente o livre desenvolvimento e uma vida melhor ao povo brasileiro. E isto pressupõe que, desde a discriminação da base geográfica, passando pela discriminação das forças pulsoras de governo, até a discriminação dos direitos e deveres reais do povo, — tudo se faça mediante fórmulas justas e intervencionadas por seus termos de espaço, de tempo e de ação.

“A Defesa Nacional” ainda não conseguiu contar com o número de assinantes que seria de esperar não só da variedade como do valor instrutivo dos artigos que publica.

Esse fato é tanto mais inexplicável quanto existem nos quadros do Exército alguns milhares de oficiais que por ela deviam interessar-se como leitores e seus colaboradores.

A propósito, temos a satisfação de transcrever aqui o Aviso n. 99, de 22-I-947, no qual o Exmo. Sr. Gen. Canrobert Pereira da Costa, fez uma expressiva recomendação deste mensário à todo o Exército.

AVISO N. 99, DE 21-I-947

Tendo em vista que “A Defesa Nacional” vem cooperando, ininterruptamente, há 34 anos, na obra de aperfeiçoamento ampliação e divulgação de conhecimentos técnico-profissionais e de cultura geral, úteis à formação intelectual dos militares, e que suas colunas abertas à colaboração de todos devem refletir o amor ao estudo e o grau de capacidade profissional dos quadros do Exército, apraz-me recomendá-la à atenção e interesse de todos os oficiais, quer intelectualmente nela colaborando, quer materialmente, fazendo-se seus assinantes.

Esta sugestão deve ser transcrita nos boletins internos de todos os escalões do comando e da administração do Exército.

(a) Gen. Canrobert P. da Costa.

FUNDAMENTOS DA GRANDEZA DO ESTADO DE SÃO PAULO

De uma análise do Estado de São Paulo, embora superficial, como é a presente, logo ressalta a disparidade de seu potencial econômico, em comparação com as restantes unidades políticas da Federação.

Tão acentuado contraste parte de longe. Temos a impressão, contudo, de que se vem salientando desde o princípio deste século.

Um dos grandes, se não o maior, dos geógrafos brasileiros, o BARÃO HOMEM DE MELLO, assim explicava o progresso paulista, que deve servir de exemplo para todo o Brasil :

"Esta maravilhosa prosperidade não a deve sómente São Paulo ao seu clima e à fertilidade do seu solo, mas também às qualidades de atividade, iniciativa e progresso dos seus habitantes indígenas e colonos.

Se seus campos não são abandonados e as culturas prosperam, se as estradas de ferro têm tráfego intenso, se os navios que aportam em Santos trazem e levam importantes carregamentos, se sua Capital denota, pelos seus constantes melhoramentos e embelezamentos, notáveis progressos, e se se edificam novas cidades, é porque em São Paulo houve e há clarividência, inteligência e pertinácia, é porque soube atrair e conservar professores e especialistas, colonos para sua agricultura, operários para suas indústrias e capitais para suas grandes obras públicas.

É esta a principal razão de certa superioridade econômica e mesmo intelectual, pois é um dos mais adiantados em instrução, e por isso apontamo-lo aos Estados da União que não devem invejá-lo mas sim seguir seu belo exemplo."

Aliás, um conspicuo estudioso da economia brasileira alarga o conceito de paulista, que se tornaria o qualificativo de todos aqueles que, no Brasil, estão animados do mesmo espírito empreendedor dos que nasceram em Piratininga.

Eis as palavras de J. F. NORMANO :

"O termo paulista, nesse sentido, comprehende todas as características do tipo moderno que vive na cidade, de um *homo economicus* brasileiro. Do ponto de vista brasileiro a palavra pode, ao mesmo tempo, exprimir um julgamento, um sentimento de orgulho, que não existe, quando o termo é usado pelos filhos de outros Estados, quando se referem aos paulistas. O paulista apareceu no horizonte econômico como produto de condições novas, como consequência da idade do caminho de ferro, do nascimento e fundação das cidades. A sua origem física tem diversas fontes : o fazendeiro transplantado para a cidade, cujos filhos se tornaram advogados, políticos profissionais e negociantes ; a classe dos comerciantes enriquecidos,

pequena e sem expressão no começo do século; os empreendedores do período de Mauá; os imigrantes; os estrangeiros que vieram residir no país. Todos eles contribuíram para o nascimento do tipo paulista. Tome-se em consideração a mistura de algum sangue índio e negro, e temos os elementos essenciais da origem desse *homo economicus* brasileiro, desse yankee do continente sulino, cujos ascendentes foram os bandeirantes, equivalentes aos "pioneiros" dos Estados Unidos.

O elemento humano, o meio físico e o apreço mundial pelo café, são os primeiros fundamentos da prosperidade paulista, aos quais se juntaram outros, com o correr dos tempos e com as vicissitudes das grandes culturas que caracterizaram a evolução econômica do Brasil, onde as produções se sucedem com uma instabilidade que seria desanimadora se a história não mostrasse que temos sido vítimas de nossa própria estruturação econômica, muito vulnerável aos caprichos do mercado externo.

A adaptação, relativamente célere, às novas situações criadas pela reação do comércio externo sobre sua economia é que tem feito do Estado de São Paulo o centro e o símbolo do dinamismo econômico do Brasil.

Nenhuma outra região do País mostrou, até agora, capacidade tão notável de transferir, de um setor de atividade econômica para outro, fatores de produção.

O que é mais: não apenas São Paulo tem sabido transladar, rapidamente, capital e trabalho de uma zona para outra, como ainda atrair novos braços e novos capitais para atividades que substituem, parcial ou totalmente, aquelas que haviam sido afetadas, direta ou indiretamente, pelos azares da procura mundial.

Parece-nos que essa superioridade sobre as outras regiões brasileiras lhe advém do homem, do meio geográfico e do cosmopolitismo do grande produto que, já vai para um século, se identifica com São Paulo: o Café.

A combinação — homem, terra e café — fator determinante da agilidade com que São Paulo, perdendo algum ponto de apoio econômico, imediatamente encontra outro, é fato tão conhecido que dispensa longos comentários.

Na Região Paulista, o aviltamento do preço do café — não obstante os reflexos momentâneos que sofreram mão-de-obra e capital — propiciou não só a exploração de novas atividades agrícolas (algodão, laranja, cereais, etc.), como, ainda, o incremento da indústria fabril, que a Primeira Guerra Mundial havia feito expandir vigorosamente.

Não há, pois, como dissociar os três magnos pilares sobre os quais, ainda, se assenta a economia paulista: homem, meio físico e consumo de café.

O Homem, sintetizado no colonizador primitivo e no imigrante europeu, em quem a argúcia do SENADOR VERGUEIRO divisou o esteio da cultura cafeeira em expansão.

O Meio Físico, representado pela Região e não estritamente pelo Estado de São Paulo; isto é, pelo Norte do Paraná e por faixas sulinas de Minas, Goiás e Mato Grosso. O Meio Físico, ou melhor, o âmbito geoeconômico paulista compreende toda a extensão territorial onde a produção dominante é empreendida por paulistas, ou é tributária de sua organização comercial-financeira ou dependente de seu sistema de transportes.

O Café, enfim, — "o grande acontecimento econômico do Império... ele, que tudo pagava, absorvia tudo", nas palavras de PEDRO CALMON — que entra com apreciável contribuição para o equilíbrio, a longo prazo, da economia da Região Paulista.

O exame dos quadros seguintes evidencia a destacada posição do café na produção agrícola de São Paulo, ao mesmo tempo que demonstra o

progresso realizado na policultura e na indústria. Todavia, a alta contínua dos preços do café, nos anos recentes, deve estar presente ao exame desses dados. Tal ressalva é particularmente necessária quando compararmos as cifras do primeiro com as do segundo quadro.

PRODUÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

% Sobre o valor total do Brasil

PRODUTOS	1940	1950	1952 (*)
Café	69,5	50,2	46,9
Outros produtos agrícolas	30,5	49,8	53,1
Produção industrial	70,0	48,4 (1)	55,0

(*) Dados provisórios.

(1) 1949.

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA (*)

% sobre o valor total

UNIDADES FEDERADAS	1920	1930	1940	1950	1952
São Paulo (1)	49,1	49,1	49,2	49,4	46,6
Demais	50,9	50,9	50,8	50,6	53,4

(1) Pórtio de Santos.

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA (*)

% sobre o valor total

PRODUTOS	1920	1930	1940	1950	1952
Café	49,1	62,9	32,0	63,9	73,7
Outros produtos	50,9	37,1	68,0	36,1	26,3

(*) Via marítima.

É evidente, portanto, o papel desempenhado pelo café na diversificação da economia rural de São Paulo e, mais ainda, no surto de sua indústria fabril.

Para esse resultado, o grande produto tem contribuído tanto no aspecto negativo das quedas de preço, como no positivo, da sua maior demanda mundial.

Em virtude de, ainda, muito depender do café a expansão econômica brasileira e, particularmente, a paulista, os problemas da produção e comércio dessa rubiácea sempre preocuparam os responsáveis pelas coisas públicas do Brasil, provocando ora soluções em que prevaleciam medidas de ordem econômica, ora outras em que considerações de ordem comercial primavam sobre aquelas.

Temos a impressão de que, embora continue satisfatória a posição do café no mundo inteiro — sustentada, em grande parte, por sua crescente procura — nós, no Brasil, já estamos sentindo a impossibilidade de estender os cafêzais além da zona pioneira do Paraná e sul de Mato Grosso.

Parece que o café — após seu brilhante surto nas terras virgens do Paraná — terá, mais dia menos dia, que retornar às velhas terras paulistas onde se verificou seu verdadeiro esplendor, nos primeiros decênios deste século.

Com os solos esgotados e sem poder descer mais para o Sul, o cafeiro terá de encontrar, nas antigas zonas, o "bafo do sertão", expressão corrente que resume a influência da floresta na produtividade dessa planta.

Evidentemente, na impossibilidade de esperar pelo crescimento de novas florestas — que formam o humus vegetal preto chamado de *mossapé* — os cafeicultores da zona paulista clássica terão de apelar para os mais rápidos processos de regeneração do solo, tais como a irrigação, o sombreamento, a fertilização ou qualquer técnica pedológica. (*)

Como observa o professor PIERRE DEFFONTAINES, grande parte das terras da franja pioneira do Oeste Paulista eram férteis "menos por causa dos elementos minerais, que por efeito da maciça cobertura de florestas virgens" que as haviam revestido desde muitos séculos.

Ora, tal recuperação do gasto solo paulista significa que teremos de nos voltar para a *lavoura intensiva*. Isso importa em nova mentalidade rural, em que não prevaleça a preocupação pelo lucro rápido, característica de nossa agricultura, mas sim o cuidado em esperar por rendimentos menores porém duradouros.

Desde que a agricultura intensiva, por sua própria definição, exige maior soma de capitais, teremos que os levantar, disputando-os a outros setores da economia do País.

(*) O Dr. FRANZ A. BAYERLEIN — num profundo embora curto estudo sobre os problemas básicos da agricultura brasileira — afirma que, presentemente, a área do Estado de São Paulo coberta com florestas primitivas (URWALD) não vai além de 5 %, enquanto que no começo do século era, ainda, de 25 % !

A notável síntese daquele economista alemão chega às mesmas conclusões do eminentíssimo geógrafo americano — PRESTON E. JAMES — a quem devemos uma série de pesquisas geo-econômicas de inestimável valor.

Ambos concordam em que o ciclo do café está, praticamente, encerrado.

Assim diz o Dr. BAYERLEIN :

"Mais cedo ou mais tarde, começará um novo capítulo na história econômica do Brasil : a era dos minerais". (Cf. "Brasiliens Landwirtschaft am Scheideweg" — WIRTSCHAFTSDIENST — Hamburgo, fevereiro de 1953).

De outro lado, afirmava o cientista americano PRESTON E. JAMES :

"Depois de 1930, quando ficou encerrado o ciclo do café no Brasil..." (Cf. "Trends in Brazilian Agricultural Development" — THE GEOGRAPHICAL REVIEW — N. York, julho de 1953).

Em São Paulo, essa competição por recursos financeiros a longo e médio prazo deverá ser acirrada, em virtude do ritmo de crescimento da indústria mecanofatureira.

Porque a adaptação da produção cafeeira às novas técnicas, provavelmente, coincidirá com o surto do café nas zonas pioneiras concorrentes, como a África, é de se esperar uma corrida aos mercados consumidores da preciosa bebida, na qual o Brasil sómente vencerá se tiver conseguido, em tempo, redução nos custos de produção.

Percebe-se, portanto, que, mais do que nunca, se faz necessária uma política de crédito rural, sem a qual dificilmente poderíamos pretender o fortalecimento das culturas tradicionais e o incentivo à policultura.

Por muito importante que continue a ser a base cafeeira da economia paulista, não há como negar que o ciclo do café, no sentido de atividade dominante, parece ter sido encerrado em 1930 ou, pelo menos, estar prestes a terminar.

A policultura exportável ou destinada ao abastecimento interno se vai espalhando por terras antes ocupadas pelo café.

ESTADO DE SÃO PAULO

ÁREA CULTIVADA

LAVOURAS	1940		1950		1952 (*)	
	1.000 ha	%	1.000 ha	%	1.000 ha	%
Café	1.228	32,2	1.407	28,8	1.423	28,8
Outras lavouras..	2.584	67,8	3.484	71,2	3.525	71,2

(*) Dados provisórios.

O grande acontecimento, porém, é a expansão da indústria paulista. Impulsionada durante a Primeira Guerra Mundial, tomou tais proporções após a Segunda, que São Paulo, hoje, deixou de ser sinônimo de café, para significar o maior centro industrial da América Latina.

PRODUÇÃO INDUSTRIAL

1950

	Cr\$ 1.000.000	Percentagens
São Paulo	54.624	46,79
Brasil	116.747	100,00

**POPULAÇÃO ATIVA NA INDÚSTRIA MANUFATUREIRA
AMÉRICA LATINA**

PAÍSES	ANOS	NUMERO
Argentina	1952 (abril)	935.100 (*)
Brasil	1952	1.400.000
Chile	1940	297.979
México	1940	533.677

(*) Supomos que nesse total esteja incluída a mão-de-obra ocupada em serviços de utilidade pública (gás, eletricidade, etc.) e na construção civil. Nos dados referentes ao Brasil e aos restantes países, que figuram no quadro, não estão compreendidas aquelas atividades.

Para tal concentração industrial, é óbvio, muito contribuiu o trinômio básico da economia paulista — meio físico, elemento humano e café.

A medida, porém, que os anos passam, os recursos proporcionados, abundantemente, pela indústria, vão substituindo os do café.

Assim como no século passado o comércio havia preparado as bases financeiras das grandes fazendas de café nas Províncias Fluminense e Paulista, foi o café, no século XX, que assentou os primeiros alicerces da indústria paulista.

Financeiramente falando, é claro que é com a exportação da rubiácea que adquirimos, no exterior, considerável volume de maquinária e de matérias-primas consumidas por nossas indústrias.

Embora parte da importação por Santos se destine a outros Estados, é expressiva a entrada de combustíveis, matérias-primas e maquinária pelo mencionado pôrto :

PORTO DE SANTOS

IMPORTAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, MATERIAS-PRIMAS E MAQUINÁRIA

MERCADORIAS	1947		1951		1952	
	Tone-ladas	Cr\$ 1.000	Tone-ladas	Cr\$ 1.000	Tone-ladas	Cr\$ 1.000
Combustíveis ...	1.242.769	592.570	2.234.692	1.430.360	2.872.587	1.740.079
Matérias-primas..	414.967	1.668.975	661.097	3.782.504	736.388	3.317.571
Maquinária para a indústria ...	23.953	565.235	43.655	1.176.267	50.955	1.373.740
Total	1.681.689	2.826.780	2.939.444	6.389.131	3.459.930	6.431.390

A indústria não aparece, apenas, como uma grande impulsionadora da economia paulista, onde vai tomando o lugar do café. Sua função é ainda a de propulsora da atividade econômica de regiões longínquas, como as do Norte e Nordeste, que, assim, se vão vitalizando. Não apenas aquelas, mas as do Sul, Centro e Oeste. Dêsse modo, os imperativos econômicos vão contribuindo para que não cessem os vínculos etno-políticos do País.

Os dados seguintes, embora deficientes, permitem fazer idéia do papel que a indústria paulista vem desempenhando na aglutinação econômica das regiões brasileiras, uma das premissas da formação da nacionalidade.

ESTADO DE SÃO PAULO

COMERCIO DE CABOTAGEM

Principais produtos

MERCADORIAS	1950		1951	
	Toneladas	Cr\$ 1.000	Toneladas	Cr\$ 1.000
A) IMPORTAÇÃO				
Babaçu	11.230	55.745	10.245	60.984
Borracha	21.347	515.450	18.009	557.383
Carvão de pedra	120.363	31.820	56.906	18.893
Fibra de caroá	1.758	7.544	6.857	37.330
Sisal	2.750	16.201	3.954	35.895
Juta em bruto	3.619	26.735	7.313	72.646
Sal para uso industrial	207.615	273.756	61.971	109.030
B) EXPORTAÇÃO				
Calçados de couro	72	13.035	57	9.532
Câmaras de ar e pneumáticos	3.575	148.289	1.672	89.470
Fósforos	1.302	26.013	1.288	27.369
Máquinas e aparelhos elétricos	4.508	126.622	4.147	139.965
Papel para impressão	2.645	25.906	2.592	45.082
Produtos farmacêuticos	2.207	80.922	2.338	80.030
Produtos químicos	6.302	43.700	6.419	63.041
Tecidos de algodão	5.277	392.018	3.746	320.728
Tecidos de rayon	822	99.445	340	46.674

Todavia, a atividade fabril no Estado de São Paulo está esbarrando — mais cedo, talvez, do que se pensava — no obstáculo máximo à sua vertiginosa expansão dos últimos anos: a escassez de energia elétrica.

ESTADO DE SÃO PAULO

CONSUMO DE ENERGIA (*)

1.000.000 de kWh

DISCRIMINAÇÃO	1940	1945	1946	1947	1948	1949	1950
Fôrça	583	936	991	1.037	1.246	1.519	1.593
Tração	188	240	250	266	281	297	308
Iluminação particular..	144	263	307	370	427	465	472
Iluminação pública ...	23	26	26	27	29	30	33
Calefação	24	116	184	216	255	301	292
Total	962	1.581	1.758	1.916	2.238	2.612	2.698

(*) Energia fornecida pela maior empresa e companhias associadas.

Da maneira por que fôr resolvido êsse problema, dependerá o grau de predominância da economia paulista no conjunto nacional.

POTENCIAL HIDRÁULICO DO BRASIL

BACIAS	CAVALOS-VAPOR	PERCENTAGENS
Amazonas	4.395.900	22,5
Nordeste	88.400	0,4
São Francisco	1.573.300	8,1
Leste	2.693.700	13,8
Paraguai	89.500	0,5
Paraná	9.720.900	49,8
Uruguai	198.900	1,0
Sudeste	758.700	3,9
Total	19.519.300	100,0

Tudo parece indicar que o potencial hidrelétrico do Estado de São Paulo — superado apenas pelo de Minas Gerais — será devidamente aproveitado, em benefício do parque industrial paulista.

POTENCIAL HIDRÁULICO DO BRASIL

UNIDADES FEDERADAS E REGIÕES

UNIDADES FEDERADAS E REGIÕES	CAVALOS-VAPOR (1)	% SOBRE O TOTAL DO BRASIL
Norte :		
Guaporé	1.369.882	7,0
Acre	—	—
Amazonas	127.530	0,7
Rio Branco	143.620	0,7
Pará	1.757.600	9,0
Amapá	117.000	0,6
Total	3.515.632	18,0
Nordeste :		
Maranhão	45.700	0,2
Piauí	11.500	0,1
Ceará	500	0,0
Rio Grande do Norte	—	—
Paraíba	1.600	0,0
Pernambuco	46.000	0,2
Alagoas	236.300	1,2
Fernando de Noronha	—	—
Total	341.600	1,7
Leste :		
Sergipe	800	0,0
Bahia	1.223.200	6,3
Minas Gerais	5.827.600	29,8
Espírito Santo	99.300	0,5
Rio de Janeiro	543.100	2,8
Distrito Federal	600	0,0
Total	7.694.600	39,4

UNIDADES FEDERADAS E REGIÕES	CAVALOS-VAPOR (1)	% SOBRE O TOTAL DO BRASIL
Sul :		
São Paulo	2.601.600	13,3
Paraná	2.592.500	13,3
Santa Catarina	196.600	1,0
Rio Grande do Sul	245.300	1,3
Total	5.636.000	28,9
Centro-Oeste :		
Mato Grosso	1.221.268	6,3
Goiás	1.110.200	5,7
Total	2.331.468	12,0
BRASIL	19.519.300	100,0

(1) Avaliação correspondente às descargas de estiagem.

O quadro seguinte detalha o potencial hidráulico de São Paulo, subdividido em suas três bacias :

POTENCIAL HIDRÁULICO DE SÃO PAULO

BACIAS	CAVALOS-VAPOR
Leste	238.400
Paraná	1.936.800
Sudeste	426.400
Total	2.601.600

Da mesma maneira que a energia elétrica, o consumo de petróleo assume importância crescente no desenvolvimento industrial de São Paulo. Incrementadas as trocas por vias terrestres, em virtude do próprio processo de expansão mecanofatureira, é evidente a necessidade de derivados de petróleo para o transporte rodoviário, que vem suportando cargas crescentes de ano para ano.

FABRICAÇÃO DE AÇOS ESPECIAIS NO BRASIL

Conferência pronunciada no Conselho Nacional de Economia
pelo General Edmundo de Macedo Soares e Silva

Sobre a fabricação no Brasil de aços especiais, fiz o General Edmundo de Macedo Soares e Silva, Presidente da Companhia Siderúrgica Nacional, uma conferência no Plenário do Conselho Nacional de Economia.

Historiou a fase pioneira dessa atividade siderúrgica entre nós, indispensável para a implantação no país da indústria mecânica, seu desenvolvimento e os óbices necessários a vencer para tornar-se realidade.

E dessa conferência, oportuna e de grande alcance, que se dá, abaixo, um resumo focalizando seus tópicos principais.

Anunciou o conferencista, iniciando sua palestra, que dividiria sua exposição em duas partes, falando sobre a industrialização brasileira no campo da metalurgia e, em seguida, sobre o progresso da siderurgia no país. Apontou a tendência para empregarmos, o máximo possível, nossos minérios e nossos combustíveis. Podia assim, desde hoje, dividir nossa indústria siderúrgica em dois campos: o que utiliza o carvão de pedra (parte importado e parte proveniente de Santa Catarina) e o que ainda utiliza o carvão de madeira.

"A tendência que possui a nossa indústria em geral para a mecanização — disse — exige, cada vez mais, uma produção siderúrgica volumosa e isto faz com que tenhamos que economizar nossas compras de combustíveis, a fim de que importemos cada vez menos, fabricando cada vez mais.

Mas — acentuou — a mecanização da lavoura se impõe, não no sentido da utilização apenas de tratores, como se pensa, geralmente, em nosso país, pois que todo o nosso território não está em condições de utilizar uma agricultura 100% mecanizada, mas, pelo menos, na adoção de ferramentas e de certos utensílios que permitam haja o am-

nho da terra, haja colheitas boas e, também, o emprego mais proveitoso do solo.

Expliquei o que quero dizer, neste momento, com a experiência justamente que tivemos, no inicio da construção de Volta Redonda, quando tentamos auxiliar o abastecimento da usina, utilizando os terrenos da fazenda que lá foi adquirida pela Companhia Siderúrgica Nacional.

Entre o inicio das chuvas e a época em que se deve semear, há um espaço de tempo pouco variável no ano. Esse espaço de tempo é curto, se trabalharmos com instrumentos comuns à lavoura brasileira, não conseguimos plantar senão determinado número de hectares, com certo número de homens. Entretanto, se utilizarmos maquinária apropriada, com o mesmo número de homens, dentro daquele pequeno espaço de tempo, conseguiremos plantar uma área muito maior.

Não é necessário provar o que afirmo, sobretudo neste ambiente. Há necessidade de mecanização da lavoura e, portanto, temos que cuidar da fabricação das máquinas e dos tratores".

Aludindo ao planejamento siderúrgico no inicio de Volta Redonda, começou por afirmar que o pro-

gresso da siderurgia se fêz, entre nós, com um grande desenvolvimento, em espaço de tempo relativamente pequeno. Num quarto de século, o Brasil passou de uma produção da ordem de 30.000 toneladas de lingotes de aço por ano para uma produção que atinge a pouco mais de 1.000.000 de toneladas.

E acentuou :

"Esse planejamento que se fêz na siderurgia deveria ser usado para outras indústrias, em nosso país, mas, infelizmente, todas as tentativas feitas, durante esse lapso de tempo a que me referi — os últimos 25 anos — para a criação de um órgão de planejamento foram infrutíferas. A Comissão de Planejamento Econômico desapareceu; outras comissões, criadas com este objetivo, não tiveram elementos para trabalhar e a nossa esperança, atualmente, é o Conselho Nacional de Economia, cujas atribuições e estudos podem levar o Brasil a possuir, amanhã, um grande plano para a sua industrialização.

E o que nos resta, neste momento, como esperança. O Conselho Nacional de Economia é um órgão constitucional "staff", e deste órgão devem nascer, como já estão nascendo, as bases para um planejamento da nossa industrialização."

Na criação das indústrias de base, para o Gen. Edmundo de Macedo Soares e Silva, está a chave da nossa industrialização. Porque tem como evidente que a sangria que se verifica em países como o Brasil, que instalam certas indústrias de cúpula e têm muito poucas indústrias de base, importando, em seguida, matérias-primas, peças e sobressalentes, para manter essas indústrias.

"Chegamos, hoje, àquela famosa alternativa econômica brasileira, que foi prevista há mais de um quarto de século. Nessa oportunidade, houve uma comissão, no Ministério da Guerra que, estudando a fabricação de armamentos, chegou à conclusão de que o problema estava longe das nossas cogitações. Essa não era uma conclusão difícil de obter, mas o estado das nossas

indústrias de base e da sua implantação no Brasil nos conduziu à conclusão de que ou produziríamos dentro do nosso território os elementos indispensáveis para criar um padrão de vida elevado ou teríamos de perecer, por falta de elementos de troca.

Esta conclusão, depois, foi muitas vezes repetida por Roberto Simonsen e chegamos, finalmente, a este ponto : por falta de planejamento, atingimos a um consumo exagerado de produtos de petróleo ; construímos de forma anormal nossas estradas de rodagem, abandonando as vias férreas e chegamos a um transporte da produção brasileira sobre caminhões, isto é, com carburante importado, com lubrificante importado e com veículos importados. Não criamos elementos para desenvolver esse transporte.

Se tomarmos todos os relatórios feitos a respeito do desenvolvimento do Brasil, veremos que se prevê, para este ano de 1954, o emprêgo de 7 a 8 milhões de toneladas de carvão. Entretanto, o carvão nacional deveria ser empregado, apesar do seu pouco poder calorífico, apesar das dificuldades de sua extração, em muito maior quantidade do que se está fazendo. No entanto, seu emprêgo é abandonado.

O pensamento diretor da nossa política, em relação a isso, não funciona, e o Plano do Carvão é apenas um plano de ontem, e que veio tarde, porque há muito tempo que se conhecia o problema e há muito tempo se deveria ter dado maior realce à exploração do carvão nacional.

Quando Ministro da Viação, eu me opus, terminantemente, à construção da estrada de rodagem Rio-São Paulo em três anos, porque fomos aumentar o transporte sobre rodas de borracha, aumentar o consumo de produtos de petróleo, aumentar a importação de veículos, comprometer o fundo rodoviário. Além disso, fomos entregar máquinas nas mãos de homens que não estão preparados para utilizá-las, e a duração média de um caminhão prova isso. Se, em lugar disso, construíssemos a mesma rodovia

em 7 ou 8 anos, a pouco e pouco iríamos crescendo dentro de uma nova idéia, sem utilizar recursos do plano rodoviário de modo exagerado e sem abandonar de repente nossas estradas de ferro."

Dando ênfase à necessidade que temos de fabricar aços especiais, o conferencista começa por definir a categoria :

"Mas, que é um aço especial ?

— Um aço especial é aquél que, pelo seu tipo de fabricação ou pela sua análise, tem propriedades especiais.

Os aços que se fabricam numa usina como a de Volta Redonda, de grande produção, são, em geral, aços comuns e se destinam aos misteres comuns.

Todos os aços que imprimem ou recebem esforço são, geralmente, especiais, seja pela sua análise, seja pelo seu tipo de fabricação.

Assim, se tomarmos uma indústria de veículos-automóveis, vamos notar que há todo um conjunto de partes desses veículos cuja fabricação exige o emprêgo de aços com propriedades especiais.

O aço, pois, cuja análise química ou cuja propriedade mecânica seja mantida dentro de limites estritos, embora sua análise seja comum, por exemplo, 02 ou 03 de carbono, tal seja o rigor com que se considere essa análise e tais sejam as limitações para especificação das suas características mecânicas, pode ser considerado um aço especial. É aço, por exemplo, fabricado em fornos elétricos ou, como na Europa se fabricava, em cadiinhos, aquecidos a gás. Esse aço, no seu tipo de fabricação, por isso que recebe cuidados especiais, é um aço de qualidade bastante garantida e pode ser tido como aço especial.

Os franceses se referem a um aço fino, que distinguem do aço especial, dando-lhe denominação diversa, mas nós podemos colocar todos esses aços dentro de uma mesma chave e chamá-los de aços especiais.

Por outro lado, há outros aços, que têm propriedades realmente especiais, em virtude da sua análise, por exemplo : resistência ao calor,

propriedades magnéticas, resistência à corrosão, aços com sua característica magnética elevada, extremamente diferente das propriedades dos aços comuns.

Esses aços são empregados, em geral, na fabricação de máquinas, de aparelhos químicos, de transformadores, dinamos, motores, enfim, têm eles largo emprêgo na indústria e começam apenas a ser produzidos no Brasil."

Há uma progressão indeclinável apontada pelo General Macedo Soares :

"Se nós olharmos o mercado brasileiro, tal qual ele se apresenta atualmente, para a organização do programa de uma usina siderúrgica com este objetivo, vemos que se deve, em primeiro lugar, iniciar pela fabricação dos aços ao carbono duro. Em seguida, devemos atingir os aços cromo-níquel, para sementação e para tratamento térmico completo, destinados à fabricação de veículos-automóveis. Deveremos, depois, fabricar os aços destinados à indústria elétrica : transformadores, dinamos, motores. Temos, também, os aços inoxidáveis e a nossa indústria química já necessita de certa quantidade desse aço. As estatísticas são animadoras a respeito e já nos mostram que poderemos ter uma fabricação rentável no Brasil, que justifica o emprêgo de certos métodos.

Quando se tratou do programa para a instalação de Volta Redonda, o consumo aparente de chapas no Brasil era da ordem de 60.000 toneladas e ninguém aconselhava a fabricação de fôlhas de flandres, porque as estatísticas forneciam um consumo da ordem de 20.000 a 25.000 toneladas, isto nos anos de 1935, 1936 e 1937, quando começaram os estudos para o programa de uma futura usina siderúrgica.

No entanto, vimos que, logo que surgiu a fabricação de fôlhas de flandres, o consumo aumentou, porque indústrias que não se poderiam organizar no Brasil, não justificando a importação de chapas, imediatamente se estabeleceram entre nós,

para consumir as chapas de Volta Redonda.

O mesmo acontecerá com relação aos aços especiais."

Possuímos os elementos para a implantação da indústria siderúrgica:

"Possuímos, na região do Vale do Rio Doce, em torno de Belo Horizonte, os elementos indispensáveis para o desenvolvimento da Acesita, que são: a energia elétrica, o minério de bastante pureza e o carvão de madeira. Este carvão de madeira, se fôr tratado de maneira adequada, isto é, se não se abusar do seu fabrico e se se proceder ao reflorestamento, poderá servir à indústria siderúrgica de aços especiais durante muito tempo. Evidentemente, não poderemos pensar, em termos de grandeza, numa indústria siderúrgica com carvão de madeira. Não se pode pensar em produzir de 300 a 350 mil toneladas de aços especiais por ano, no Vale do Rio Doce, com carvão resultante do lenho natural ou obtido do reflorestamento. Os estudos, a respeito, são antigos e a experiência mostra que esses números estão muito perto da verdade.

A industrialização, portanto, no que diz respeito ao ferro, em Minas Gerais, a meu ver, se dirigirá para este objetivo — fabricação de produtos especiais, o que não exclui a possibilidade dessa produção em outros centros, como por exemplo em São Paulo e no Rio Grande do Sul, se nesses lugares obtivermos a energia elétrica a preço compensador.

Quanto aos elementos químicos de adição, o Brasil já possui alguns dêles.

Os elementos são, em primeiro lugar, o manganês, que é metal brasileiro, e não precisamos insistir nisso; o silício, também elemento de adição aqui existente, pois a silícia é abundante em nosso território. Em seguida, chegamos imediatamente ao níquel, elemento de extrema importância e que existe em certos pontos do Brasil. Sua industrialização ainda não se fez, ela apresenta aspectos bem varia-

dos, algumas dificuldades grandes, mas eu certo estou de que, se o consumo deste metal aumentar, se a sua necessidade se fizer sentir duramente, vamos resolver o problema do níquel. Já consumimos ferro-níquel brasileiro, produzido no sul de Minas, em Aruoca, e estou certo de que, com o desenvolvimento, vamos buscar o níquel, seja em Minas Gerais, na região de Ipamema, seja em Goiás, logo que a civilização chegue àquela região.

O cromo é elemento que, também, possuímos e ainda agora foi assinalada no Amapá uma jazida que nos dá grandes esperanças. Mediante certos cuidados, é possível, igualmente, aproveitar certa quantidade da Bahia.

O tungstênio é material brasileiro, existe em certa abundância no Nordeste, como é sabido.

Já em relação ao cobalto, temos indicações de Goiás, por exemplo, mas não temos a possibilidade de explorar em quantidades industriais, a não ser que as jazidas de níquel de Goiás sejam exploradas e nos déem uma cobertura com um dos produtos daquele metal complexo.

De molibdênio não se tem notícia, mas em futuro próximo o podermos obter."

A fabricação de aços especiais exige a formação de técnicos altamente especializados. A respeito destes, informa o conferencista:

"Neste momento, temos em Krefeld (Alemanha), engenheiros nossos que se estão especializando em diversos setores referentes à fabricação de aços especiais. O primeiro que foi estudou apenas a questão de aços duros ao carbono e de aços ao cromo-níquel. Vamos mandar outro engenheiro, que estudará o tratamento térmico especial. Outro está em Krefeld e se especializará no controle da fabricação e já temos outro engenheiro que auxiliará nossa comissão na compra de material destinado à Acesita. Logo depois, ele fará uma especialização, que ainda não está completamente definida, nas usinas da "Deutsche Edelstahl-werke".

Temos até feito outra coisa — formado alemães, na Alemanha, para virem trabalhar no Brasil, porque são especialistas dificilmente encontrados. O meio que encontramos, pois, foi este: selecionar alguns engenheiros lá e formá-los na usina da "Deutsche Edelstahlwerk". Alguns deles estão chegando e prestarão à nossa usina serviço relevante.

Esta solução não é a ideal, porque é preciso que formemos engenheiros nossos ou que se radiquem entre nós. Um engenheiro alemão poderá se radicar ou não no Brasil, depende de certas circunstâncias e se, ao fim de três ou quatro anos, ele se retirar, será uma grande perda.

Por isso estamos pondo ênfase quanto à especialização dos engenheiros brasileiros. Para tanto, encontramos campo muito fértil na Alemanha e maiores facilidades para o treinamento desses homens do que em outros países, não obstante as dificuldades da língua alemã. Fazemos os nossos engenheiros estudarem, durante quatro meses, aqui, o alemão e eles partem, em seguida, para a Alemanha, a fim de que o seu estágio seja proveitoso. A recíproca é verdadeira, porque quando contratamos técnicos italianos — e já contratamos alguns — esses homens, em poucos meses, estão falando uma língua que se parece com o português, ao passo que, quando contratamos um técnico almeão, só ao cabo de um ou dois anos consegue falar o português, a não ser alguns casos de homens com tendências especiais para aprender línguas estrangeiras".

Referiu-se a seguir ao problema da Acesita:

"A Acesita é uma usina que foi construída no fim da última guerra. Recebeu dos Estados Unidos um equipamento de primeira ordem quanto à certa parte da usina e um equipamento de última ordem na parte de laminação. A parte de laminação é do princípio do século, ao passo que a de alto forno e acearia é da época atual. A usina, pois,

se divide em duas partes: uma, aproveitável e outra que teremos de lançar quase toda na sucata.

De qualquer forma, ela está tendo um papel interessante naquela região, porque nos permite formar os homens. Quando recebermos o equipamento indispensável para a laminação, teremos possibilidade de iniciar, imediatamente, a utilização desse equipamento.

O problema já utilizou mais de um bilião de cruzeiros. O financiamento tem sido feito pelo Banco do Brasil. Há uma quantidade muito pequena de investimentos particulares, de acionistas particulares, cerca apenas de 8,5%. O resto é dinheiro do Banco do Brasil.

Eis o exemplo de um empreendimento que seria difícil ser levado avante, naquela escala, com capitais privados. Por isso mesmo, prestei minha homenagem a Aços Villares, empresa que começou pequena, continua e continuará, durante muito tempo, pequena, porque seu programa de expansão lhe dará 1.000 toneladas por mês ou 12.000 por ano, ao passo que o programa inicial da Acesita é de 125.000 toneladas de lingotes por ano — dez vezes mais.

Essa produção da Acesita está na escala das necessidades brasileiras e nos conduz a uma produção de aços laminados e forjados da ordem de 75 a 80 toneladas. O valor dessa produção inicial está calculado entre 1.200 e 1.500 milhões de cruzeiros. Os aços têm grande valor unitário e são importados, hoje, por preços extremamente elevados. Não há possibilidade de conter esses preços e nós vamos poder, através de uma produção razoável, aliviar, espero eu, estes preços e, ao mesmo tempo, aliviar o emprego de divisas neste campo."

Aludi à necessidade de aquisição de laminadores, problema da ordem de 12 milhões de dólares:

"A aquisição pode ser feita em três ou quatro anos. O problema, portanto, não é imenso, embora nós compreendamos que qualquer problema de milhões de dólares, neste momento, seja difícil.

As aquisições podem ser feitas na Europa. Apenas há um ou dois laminadores cuja aquisição preferíramos fazer nos Estados Unidos, porque lá existe experiência maior, de modo que estas máquinas não serão adquiridas agora. Deixaremos a compra para outra expansão. Mas, as máquinas que podemos adquirir na Europa, nós a adquiriríamos agora, se tivéssemos os meios, porque a Europa as fabrica tão bem como os Estados Unidos. São laminadores comuns e outras máquinas auxiliares, encontrados, sobretudo, na França e na Alemanha.

Assim, de três a quatro anos podemos ter, no Brasil, uma usina produzindo uma gama bem extensa de aços especiais e que permitirá a industrialização do Brasil prosseguir no ritmo da sua mecanização."

Concluindo sua conferência, fez apreciações sobre a nossa expansão manufatureira :

"O equipamento terá de ser importado, pois não há possibilidade de ser ele construído no Brasil e são poucos os países que podem fabricar um trem desbastador, sobretudo com os requisitos indispensáveis para a laminação de aços especiais, e os países mais industrializados, como a Suíça, adquirem essas máquinas na Alemanha, nos Estados Unidos ou na Inglaterra, quando delas necessitam."

Exprimiu o conferencista, nesta altura, a convicção de que pela sua experiência e pelo que estudou em outros países, que não podermos deixar de progredir e de empregar cada vez mais os nossos recursos básicos.

"O Brasil não se pode estagnar e deixar de prosseguir na sua industrialização, de forma a que ele, a pouco e pouco, eleve o padrão de vida do seu povo e saia da situa-

ção em que nos encontramos, no momento.

A expansão industrial do Brasil se faz, desde o princípio do século, em bases mais ou menos arbitrárias. Não houve, como tenho repetido, qualquer programação, mas, realmente, se fez alguma coisa de efetivo e que está implantada no nosso território tão profundamente como os nossos acidentes geográficos. Isso existe. O perigo, agora, é da estagnação, do desânimo e, portanto, de uma paralisação no nosso desenvolvimento industrial.

Receio muito que isso aconteça, impedindo o desenvolvimento de certas indústrias que são indispensáveis ao nosso progresso.

O Conselho Nacional de Economia é, para todos aqueles que pensam como eu, Sr. Presidente e Senhores Conselheiros, uma certeza de que esse desenvolvimento da nossa industrialização não será paralizado. Nós teremos dificuldades e as dificuldades são inerentes à vida dos povos. Os povos podem ter uma dificuldade econômica, financeira, uma guerra, uma epidemia, uma série de anos de secas. Tudo isso são fenômenos constantes e, no entanto, esses países não desapareceram politicamente do mapa. Vemos povos que eram prósperos terem períodos mais ou menos de estagnação, mas é isto justamente que deveremos procurar evitar em nosso país. Não evitaremos os fenômenos naturais, mas poderemos enfrentar os fenômenos econômicos, para aliviar seus efeitos.

Essa é a nossa esperança e com os homens que vemos no Conselho Nacional de Economia, com a orientação que este órgão tem seguido, com os trabalhos que daqui têm saído, temos a certeza de que o Brasil evitará essa fase."

ASPECTOS GERAIS DE NOSSA CONJUNTURA ECONÔMICA

Ten.-Cel. JOÃO BAPTISTA PEIXOTO

Membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil

A nossa conjuntura econômica resulta não sólamente da influência de certos fatores geográficos e étnicos adversos ao nosso desenvolvimento, como também do reflexo de importantes acontecimentos históricos ocorridos justamente em nossa fase inicial de expansão.

Entre as principais fatalidades geográficas que têm dificultado o nosso desenvolvimento econômico se encontram :

1) a própria extensão e configuração territorial;

2) o contraste entre a extensa faixa litorânea voltada para o Atlântico e a longínqua fronteira terrestre engastada nas fraldas da cordilheira andina;

3) finalmente, a acentuada disparidade entre a pródiga natureza do Sul e as adversidades do Norte.

Estes verdadeiros transtornos fisiográficos têm apresentado sérios obstáculos não só ao plano de aproveitamento dos nossos imensuráveis recursos naturais, como também à livre circulação da riqueza.

Além disso, muito têm contribuído, desde os primeiros ciclos de nosso desenvolvimento econômico, para provocar o grave desequilíbrio demográfico entre o litoral e o interior e entre o Norte e o Sul.

Entre os fatores étnicos, adversos à nossa expansão econômica, pontificam :

1) a grande desproporção entre o espaço geográfico e a população;

2) a distribuição desuniforme do elemento humano;

3) finalmente, a desigualdade entre o crescimento vegetativo e o incremento qualitativo de nossa gente.

Com efeito. Se a tarefa de cuidar de um imenso território já se apresentava tão árdua pela grande desproporção entre o espaço geográfico e o número de seus habitantes, mais difícil haveria de se tornar uma vez que o incremento qualitativo não viesse superar ou pelo menos acompanhar o crescimento quantitativo.

Entre os fatores históricos que muito contribuiram para retardar o nosso desenvolvimento, figura o longo período que estivemos sob dependência econômica.

Primeiro, ficamos mais de três séculos sob o domínio lusitano, durante os quais a Colônia foi povoadas com negros importados da África para o trabalho escravo nas minas de ouro e nos engenhos de açúcar.

Depois da emancipação política, passamos a viver dos favores da Inglaterra, durante todo o tempo em que os transportes marítimos e terrestres dependeram do carvão.

Com o advento do petróleo e da eletricidade, e o consequente deslocamento do centro de gravitação da economia mundial para os Estados Unidos, passamos a meros compradores de tudo que o gigantesco parque industrial norte americano lançava no mercado mundial.

No quadro continental, tivemos três guerras na Bacia do Prata:

a guerra da Cisplatina (1827-28), a guerra contra Oribe e Rosas (1851-52) e a guerra da Tríplice Aliança contra o Governo do Paraguai (1864-70).

Estes conflitos, travados por questões herdadas de Portugal e Espanha naquela rica região, afetaram a harmonia dos povos platinos de tal maneira que até hoje, certos ressentimentos ainda existentes, têm contribuído para dificultar tanto a nossa evolução econômica, como a de nossos vizinhos.

Como sabemos, a interdependência entre as nações é um imperativo da época em que vivemos, sobretudo para povos vizinhos que têm economia complementar.

O Continente sul americano tem em seu sólido uma imensurável gama de riquezas complementares: possui uma imensa região agropecuária na fértil e amena Bacia do Prata, desde as nascentes no planalto até o estuário na planície; possui ricas jazidas minerais no escudo cristalino brasileiro e na cordilheira dos Andes; tem uma grande quantidade de petróleo nas sinclinais andinas, desde o lago Maracaibo até a Patagônia; possui finalmente, um extraordinário potencial hidrelétrico para suas indústrias, nas descidas do planalto brasileiro. Tudo isso, nas mãos de uma população muito atrasada e empobrecida, em relação a outros povos.

Todavia, o fato que mais perturbou o nosso desenvolvimento foi sem dúvida a grande revolução industrial que a invenção da máquina e o seu constante aperfeiçoamento provocou no mundo inteiro.

Esta etapa da evolução, que tanto progresso material tem proporcionado à humanidade, por outro lado, desenvolveu o individualismo e causou profundas modificações na estrutura social e econômica dos povos, gerando discórdias e graves conflitos, inclusive duas guerras mundiais travadas em menos de um século, que exigiram tremendos sacrifícios sem resultados compensadores.

Como sabemos, os grandes conflitos afetam profundamente a vida de todas as nações, mas os pa-

ses subdesenvolvidos são os que relativamente mais sofrem, porque em geral não têm grande capacidade de recuperação.

O problema da produção de bens no Brasil, teve portanto sua origem no próprio meio físico e no povoamento, contribuindo para agravá-lo os quadros históricos em que a nossa expansão tem se processado.

Além destas, outras circunstâncias, que normalmente deveriam atuar como fatores de desenvolvimento, têm sido verdadeiros entraves à nossa expansão, tais como:

- 1) a excêntrica posição da metrópole, cuja transferência para o Planalto Central é um imperativo indiscutível não só da prosperidade econômica e social do país, como da própria Unidade nacional;

- 2) as disparidades géo-económicas e sociais entre as Unidades da Federação, que a nossa divisão política apresenta sem razoáveis fundamentos;

- 3) finalmente, o atraso dos chamados problemas fundamentais da infra-estrutura econômica: indústria de base, transportes e energia.

Contra a mudança da Capital, não há mais argumentos, mas o fato é que a cidade do Rio de Janeiro está ficando super congestionada e a transferência da metrópole continua sendo estudada desde 1891, quando a previsão constou, pela primeira vez, da própria Constituição.

Da mesma maneira, não há ninguém do bom senso que não reconheça a chocante desigualdade que se observa na distribuição do patrimônio territorial brasileiro, mas o fato é que todas as vezes que se fala numa reedição política, em bases destinadas a assegurar o verdadeiro exercício da Federação, surgem interesses regionais de todos os lados em detrimento da própria causa nacional.

Quanto aos problemas básicos, a verdade é que permanecemos muitos anos sustentados por um só produto, pensando que o café, praticamente sózinho, poderia susten-

tar a nação indefinidamente; estivemos anos e anos exportando os nossos minérios e só recentemente fundamos a nossa siderurgia; custamos a acreditar que a crescente importação de combustíveis, acabaria consumindo todas as nossas divisas e desse modo retardamos muito a solução do problema petróleo; finalmente só agora estamos cogitando de ampliar o nosso mapa energético, a fim de proporcionarmos ao país a força propulsora de que ele tanto necessita para acelerar o seu progresso.

A crise que atravessamos não é por conseguinte uma crise do crescimento e sim uma grande crise de atraso.

Herdamos uma precária estruturação social e econômica baseada no trabalho escravo, no latifúndio e na monocultura, que tem contribuído poderosamente para dificultar o nosso progresso material e espiritual.

Não possuindo a flexibilidade para adaptar-se com presteza à sem abalos às novas circunstâncias que surgem a todo momento e de todos os lados, o nosso sistema econômico vem exigindo um esforço cada vez maior do organismo social, com graves riscos para o futuro da própria organização nacional.

Mal providos de meios de transportes, desde os primeiros ciclos de nossa evolução econômica, não tivemos oportunidade de acompanhar o surto de progresso que vem ocorrendo no mundo desde o fim do século passado sob o impulso da vertiginosa revolução industrial contemporânea.

A precariedade de nossas vias de comunicações, justamente quando o mundo entrou numa nova fase de desenvolvimento, não nos permitiu transformar a primitiva organização econômica que possuímos, da mesma forma que fizeram outros povos mais favorecidos pelos meios de circulação.

A falta de meios de transporte entre nós, foi então se acentuando cada vez mais, restringindo assim a nossa produtividade e retardan-

do ainda mais o nosso desenvolvimento.

Passamos por uma situação verdadeiramente angustiosa, com todos os problemas básicos demasia-damente atrasados e sem recursos para resolvê-los satisfatoriamente, com a agravante de tais problemas terem se tornado extremamente complexos devido a inúmeras medidas isoladas e descontínuas.

Como sabemos, todos os problemas econômicos e financeiros são intimamente interligados.

Por isso não podem ser resolvidos isoladamente. Pelo contrário, exigem soluções conjugadas no tempo e no espaço.

A interligação dos problemas é pois um imperativo para o entrosamento das soluções, mediante planos conexos.

A elaboração de planos diretores sistemáticos, precedidos de análises metódicas e objetivas das circunstâncias existentes e dos fatores influentes fornecidos pela pesquisa, não é muito da nossa índole.

Via de regra, preferimos recorrer às soluções individuais improvisadas, o que tem resultado em tremenda dispersão de esforços.

Precisamos pois descongestionar o nosso desenvolvimento com investimentos em serviços básicos.

O volume destes investimentos é entretanto muito superior a nossa capacidade financeira. Não existindo nestes setores, ambientes convidativos ao capital privado este tem se canalizado para o mercado imobiliário e para o comércio varejista, em detrimento da própria expansão econômica.

Como também as possibilidades de se conseguir saldos orçamentários são muito reduzidos, porque vivemos em permanente regime deficitário, os recursos estatais para realizar os programas básicos da libertação econômica do País, têm sido sempre os mesmos:

Empréstimos externos e emissões.

Os empréstimos externos, serão entretanto mérias soluções paliativas, que só contribuirão para onerar a nação, se não forem criteriosamente empregados em serviços realmente produtores de renda.

Ainda recentemente tivemos de contrair um empréstimo de 300 milhões de dólares no Banco Federal de Reservas dos Estados Unidos, para saldar contas atrasadas com exportadores estrangeiros, as quais se elevaram a 375 milhões de dólares.

Isto, devido em parte, ao desequilíbrio de nossa balança comercial, cujos "déficits" nos anos de 1951 e 1952 foram de 4,7 e 11,1 bilhões de cruzeiros respectivamente, sendo que no ano de 1953, eram poucos os países aos quais o Brasil não estava devendo, a despeito dos elevados preços alcançados pelo café.

O impacto do crescimento demográfico sobre o atraso dos nossos problemas fundamentais, tem sido, juntamente com o surto de industrialização e urbanização, uma das causas essenciais da nossa desordem econômica e financeira, e consequentemente do vertiginoso aumento do meio circulante, com seus perigosos reflexos para a estrutura econômica e social do país.

Segundo informações colhidas de publicações da Caixa de Amortização, em dezembro de 1940 existiam 5.185 bilhões de cruzeiros em circulação; em dezembro de 1945, o papel moeda em circulação era de 17.535 bilhões de cruzeiros; em dezembro de 1950, a moeda em circulação atingiu a 31.205 bilhões; e em dezembro de 1953, já havia alcançado a elevada cifra de 47 bilhões de cruzeiros.

No fim do ano de 1954 o papel moeda em circulação atingiu a elevada cifra de 55 bilhões de cruzeiros, com tendências a aumentar ainda mais, não obstante o esforço das autoridades monetárias no sentido de reduzir ao máximo as emissões.

O aumento do meio circulante em 1954, foi assim, da ordem de 25,6% do saldo em circulação no fim do ano anterior, enquanto que as porcentagens referentes a 1953, 52 e 51, atingiram respectivamente 19%, 11% e 13%.

E evidente que esta desmensurada expansão do meio circulante, não poderia deixar de afetar o va-

lor da moeda, reduzindo progressivamente o seu poder aquisitivo e agravando o custo da vida continuamente com forçadas elevações de preços e salários numa verdadeira espiral.

Dobrando-se e triplicando-se a massa de papel moeda emitido, os preços dobram e triplicam, multiplicando-se os lucros do comércio e da indústria, mas com sacrifício dos que vivem de salários, vencimentos e ordenados.

Como subsistem as circunstâncias que têm determinado as emissões — déficits orçamentários e despesas de reprodução futura a longínqua — a tendência da inflação é aumentar ainda mais, a despeito dos esforços governamentais para contê-la.

Sem embargo, as emissões teriam sido ainda maiores, se as autoridades responsáveis não houvessem adotado, certas medidas anti-inflacionárias de emergência.

Esta tremenda crise econômica e financeira que vem se acentuando de ano para ano, de governo, para governo, ameaça transformar-nos em um aglomerado humano do tipo asiático, vergastado pela ignorância e pela fome, se não cuidarmos em tempo de contrapor a esta contingência medidas urgentes e eficazes.

Uma situação de tal gravidade, se não for atacada de frente, com honestidade e patriotismo, pelo governo e pelo povo ao mesmo tempo, não produzirá efeitos positivos.

Ao povo, que é o verdadeiro construtor da nacionalidade e não aos governos que não apenas administradores transitórios, cabe a maior parte da responsabilidade.

A escassez e o encarecimento dos gêneros alimentícios, provocados pela baixa produtividade do setor agropecuário, associados à deficiência nos setores básicos (energia e transportes) são os principais responsáveis pelo descontentamento geral.

A redução das despesas orçamentárias (suspenção de gastos extraordinários com pessoal e obras adiáveis) e a restrição forçada da importação (controle da evasão do

capital) são duas medidas de ordem financeira (reequilíbrio do orçamento e reequilíbrio do balanço comercial) que poderão reduzir e mesmo conter a ascensão crescente da espiral da inflação, desde porém que sejam conjugadas com outras medidas adequadas nos diversos setores da administração, principalmente da parte dos órgãos responsáveis pela coordenação da produção nacional.

Uma convincente demonstração desta afirmativa é a disparidade que estamos assistindo entre o surto industrial e o desenvolvimento agrícola, com seus graves reflexos para a própria economia nacional, porque todos nós sabemos que é a produção agrícola a nossa maior e melhor fonte de divisas (representa 80% do volume e 60% do valor da nossa exportação) e é a base na nossa estrutura econômica e social. No entanto, na década de 1942 a 1953, o desenvolvimento industrial foi quatro vezes superior ao agrícola, e o número de operários aumentou de 50% ao passo que o número de lavradores foi acrescido de 4%.

A consequência disto tem sido a escassez e o encarecimento progressivo de todos os produtos da lavoura, com graves prejuízos para a vitalidade do organismo social — verdadeiro padoxo num país de extensas regiões de grande fertilidade em zonas de clima ameno.

Uma das causas desta verdeira desarticulação está na desconjuntada máquina administrativa, cuja reforma tem sido aliás objeto de cogitação dos últimos governantes.

A atual organização administrativa se caracteriza por uma excessiva centralização dos órgãos diretores e uma desarticulação entre certos órgãos de conexão vital, que tem dificultado seriamente a orientação e a coordenação geral das atividades pelos elementos dirigentes em todos os setores da administração.

O aparelho administrativo, precisa não há dúvida, passar por uma remodelação, tendo em vista torná-lo mais simples e eficiente, mediante a descentralização de certos órgãos executivos e o agrupamen-

to de serviços correlatos, de modo a facilitar não só a direção como também a coordenação geral das atividades em todos os setores e escalações.

Sofre o nosso país, como muitos outros, os efeitos desastrosos da verdadeira revolução industrial do mundo contemporâneo, as funestas consequências de duas grandes guerras travadas em menos de meio século e ainda as terríveis apreensões de uma terceira conflagração mundial. Ao mesmo tempo, realiza um tremendo esforço para transpor uma série de obstáculos internos que se opõem à marcha do seu desenvolvimento.

Precisamos urgentemente acelerar a solução dos nossos problemas básicos, quase todos demasia-damente atrasados.

Acontece porém que a nossa população não está ainda suficientemente capacitada para realizar o pleno aproveitamento de nossas riquezas em ritmo apreciável.

Por outro lado, o volume de investimentos em serviços básicos vai muito além de nossa capacidade financeira.

Portanto, parece fora de dúvida que tão cedo não poderemos prescindir da contribuição do capital estrangeiro, nem da colaboração de agrupamentos humanos alienígenas mais adiantados, que desejarem espontaneamente estabelecer-se entre nós sem concessões especiais contrárias aos interesses nacionais.

O suprimento de capitais externos, nestas condições, é vital para permitir a expansão sem excessiva compressão do consumo. Por outro lado, há a considerar que o capital que imigrá geralmente trás consigo o indispensável "Know-How" de que, aliás, tanto necessita o Brasil. Só assim poderemos a exemplo de muitas nações e de nossos prórios Estados sulinos, acelerar o aproveitamento sistemático e progressivo dos imensuráveis recursos naturais existentes em nosso extenso Território, legando às gerações futuras condições sociais e econômicas realmente favoráveis à prosperidade e à segurança da Pátria.

A primeira conclusão que se tira da leitura deste trabalho é que a nossa conjuntura econômica e financeira é muito sombria.

Todavia, nem por isso devemos desesperar.

Temos um grande patrimônio de realizações tanto na agricultura, como na pecuária, na mineração, na indústria e no comércio. Não se pode negar que tem havido algum progresso.

As nossas cidades crescem em ritmo impressionante.

A aviação e o rádio, realizaram em pouco mais de 20 anos o que as comunicações de superfície levaram séculos e a interligação de todos os centros de habitação e trabalho do país e a integração dos mais distantes povoados na comunidade brasileira.

Se o nosso organismo social vem sendo afetado por uma grave crise moral, a sua capacidade de resistência ainda não foi esgotada.

Existem ainda muitas reservas morais, intelectuais e culturais em todas as classes sociais.

Se grande parte da coletividade já foi atingida por esta tremenda crise, restam ainda muitas famílias sólidamente constituídas para preservar a comunidade brasileira de uma desagregação.

Finalmente, possuímos um extenso Território, com regiões situadas em zonas de clima temperado, semi-temperado e tropical, enregradas de ricas bacias hidrográficas de planalto e de planície a irrigarem sôlos de grande fertilidade e a fornecerem abundantes fontes de energia, o que representa indiscutivelmente um imensurável conjunto de riquezas que por si só constitui circunstância altamente auspiciosa para nos proporcionar ilimitada fé nos destinos de nossa Pátria, cujo engrandecimento tanto desejamos.

A situação econômica e social do Brasil de hoje evidencia que nosso país necessita de uma série de medidas estruturais destinadas a prepará-lo para conquistar um nível superior de produção e de progresso. Esse nível superior de produção e de progresso acha-se comprometido entre outras deficiências pelo atraso de nossa estrutura agrária; pela falta de combustível e de energia; pelo mau sistema de transporte terrestre e marítimo; pela ausência de indústrias indispensáveis como as indústrias químicas; pelas falhas do ensino em todos os graus; pela ausência de sistema bancário à altura das tarefas do nosso desenvolvimento.

(Hermes Lima, Professor da Faculdade Nacional de Direito.)

MALA REAL INGLESA

ROYAL MAIL LINE

Serviços rápidos de carga e passageiros para
EUROPA E RIO DA PRATA

pelos luxuosos paquetes ANDES*, ALCÂNTARA e tipo HIGHLAND

* O "Andes" é o único transatlântico na linha da América do Sul equipado com "Estabilisadores" para neutralizar o balanço do navio
em alto mar

PARA PASSAGENS E MAIS INFORMAÇÕES COM "ROYAL MAIL
AGENCIES (BRAZIL) LIMITED"

AVENIDA RIO BRANCO, 51/5 — TELEFONE 23-2161 — RIO DE JANEIRO

ATLÂNTICO E PACÍFICO LIGADOS POR UMA LINHA FERREA

O Tratado de Petrópolis, negociado em 1903, anexou ao nosso país 199 mil quilômetros quadrados do território em litígio com a Bolívia.

Como compensação, o Brasil se obrigou a dar à Bolívia uma indemnização pecuniária de dois milhões de libras. Obrigou-se, ainda, a construir uma ferrovia do Pôrto de Santo Antônio, no Rio Madeira, até Guajará-Mirim, no Mamoré; e um ramal férreo que, passando por Vila Murtinho chegassem à Vila Bela, na Bolívia, atravessando, assim o Rio Mamoré.

A parte financeira da obrigação foi satisfeita em 1905, bem como a construção da Estrada de Madeira-Mamoré. Restou, apenas, construir o ramal férreo que, de acordo com o Tratado de Natal, assinado no Rio em 25 de dezembro de 1937 e modificado, mais tarde, pelo protocolo de 25 de novembro de 1937, ficou substituído pela construção de uma estrada de ferro que, partindo de um ponto convenientemente escolhido entre Pôrto Esperança e Corumbá, termine na cidade de Santa Cruz de la Sierra, no interior boliviano.

A fim de estudar o melhor traçado ferroviário ligando os dois países e superintender, em seguida, todos os trabalhos de construção da referida estrada, foi organizada uma Comissão Mista Brasileiro-Boliviana.

Antecedeu-a uma Comissão Mista de Técnicos, que trabalhou na ordenação dos dados e discussões do programa de comunicações ferroviárias entre o Brasil e a Bolívia.

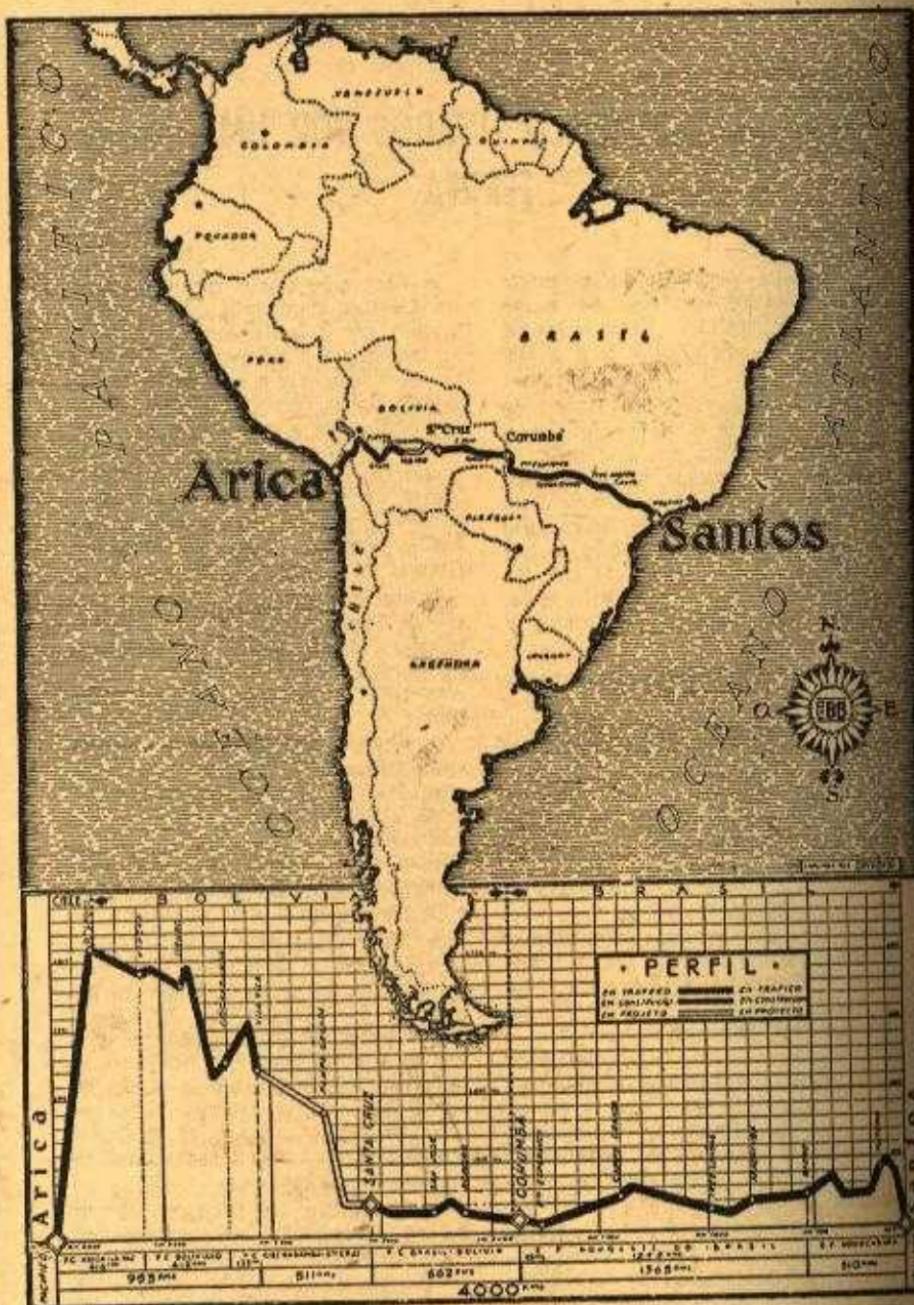
A Comissão Mista, que funcionou em La Paz, composta de elementos brasileiros e bolivianos, depois de longos estudos da região e dos interesses técnicos e econômicos, submeteu ao governo dos dois países as conclusões a que havia chegado, merecendo esse trabalho aprovação unânime. Os representantes brasileiros, nessa Comissão, foram então os Srs. Domingos Fleury da Rocha, Nestor Pegado, Belisário Távora e Glycon de Paiva.

Posteriormente, foi essa Comissão de Técnicos substituída pela Comissão Mista Brasileiro-Boliviana, da qual é engenheiro-chefe há vários anos, o Dr. Luiz Alberto Whately.

A região onde se encontra encravada Santa Cruz de La Sierra, com uma área duas vezes maior do que a do altiplano, possui uma população cinco vezes menor. Isso é devido à falta completa de meios de transporte eficientes, que facilitem e incrementem a sua produção.

A Bolívia sempre aspirou a uma ligação com o Atlântico, que neutraliza, em parte, as influências fluviais e ferroviárias da Argentina, na direção de Buenos Aires, uma vez que, relativamente ao Pacífico, pelos portos de Mollendo, Arica ou Antofogasta, suas estradas de ferro são obrigadas a transpor a Cordilheira dos Andes, em condições de tráfego desfavoráveis.

Partindo de Santa Cruz de la Sierra, depois de 690 quilômetros de percurso, a estrada chega a Corumbá e, daí, a Pôrto Esperança, com 93 quilômetros. De Pôrto Esperança a Santos temos 1.793 quilômetros que, somados aos anteriores,



res, perfazem um total de 2.566 quilômetros. É esta a distância a ser percorrida por uma linha de perfil favorável, principalmente no sentido da exportação.

A construção da Estrada foi dividida em quatro fases distintas:

1. Efetuou-se a locação do primeiro trecho de 100 quilômetros que foi objeto de concorrência pública celebrada em julho de 1939, em La Paz, como cumprimento das disposições do Tratado de Vinculação Ferroviária.

2. Adotou-se o regime de administração contratada, como resultado do desmembramento da primeira empreitada entre a fronteira, no quilômetro 7 e El Carmen, no quilômetro 110.

3. Abriu-se grande concorrência em La Paz, no mês de julho de 1949, para a construção do longo trecho compreendido entre o quilômetro 110 em El Carmen e o quilômetro 404 em San José de Chiquitos.

4. A partir de junho de 1943, o ritmo dos trabalhos de construção atingiu um nível intensivo. Adotou-se, então, em escala maior, o regime de administração direta, aplicado aos trabalhos de assentamento da via permanente.

A Estrada Brasil-Bolívia principia propriamente na fronteira e se desenvolve inteiramente em território boliviano.

A determinação do ponto de partida da linha internacional foi um dos problemas de mais delicada solução que a Comissão Mista defrontou logo no começo dos seus trabalhos.

Esse ponto deveria ser escolhido entre Pôrto Esperança e Corumbá, no prolongamento da Estrada Noroeste do Brasil. Fizeram-se reconhecimentos parciais até Pôrto Albuquerque, pela margem direita do Rio Paraguai e procedeu-se ao levantamento aerofotogramétrico da região compreendida no perímetro de um raio de 30 quilômetros e circundando a cidade de Corumbá.

Com os elementos colhidos nesses estudos e atendendo importantsíssima questão de prover a construção de um meio adequado à descarga e transporte dos materiais importados, chegou-se à conclusão de que a cidade de Corumbá, pôrto fluvial de grande movimento à margem direita do Rio Paraguai, impunha-se como ponto obrigatório para o início da construção da estrada.

A ligação Brasil-Bolívia mostrará que a América do Sul começa a resolver em termos continentais seus problemas vlatórios. A transcontinental Arica-Santos assinala o cunho eminentemente prático de que se reveste esse plano, à frente do qual se colocaram os brasileiros e os bolivianos.

O dinamismo econômico de São Paulo dominará inteiramente o sistema transcontinental de comunicações, polarizado em Arica e Santos. A vida de relação comercial a estabelecer-se entre os dois países terá São Paulo como ponto focal de atração, em cujo parque industrial se apoiará esse intercâmbio econômico, para o incentivo das correntes de importação (estanho, chumbo, cobre, enxófre) e exportação (arroz, açúcar, chá, algodão, ferragens, maquinaria agrícola).

THORNYCROFT MECÂNICA IMPORTADORA S/A.

Rua Prefeito Olympio de Melo n. 1435 — Tel.: 28-5887 e 48-8226

Distrito Federal

DIVERSOS

A EXECUÇÃO DE TIRADENTES

O MANDADO PARA EXECUÇÃO

Justiça que a Rainha Vossa Senhora manda fazer a este infame Réu Joaquim José da Silva Xavier pelo horroroso crime de rebelião e alta traição de que se constituiu chefe, e cabeça na Capitania de Minas Gerais, com a mais escandalosa temeridade contra a Real Soberania, e Suprema autoridade da mesma Senhora que Deus guarda.

Manda que com braço e pregão seja levado pelas ruas públicas desta Cidade ao lugar da forca, e nela morra morte natural para sempre e que separada a cabeça do corpo, seja levada à Vila Rica, donde será conservada em poste alto junto ao lugar da sua habitação, até que o tempo a consuma; que seu corpo seja dividido em quartos, e pregados em iguais postes pela estrada de Minas nos lugares mais públicos, principalmente no da Varginha, e Sebolas; que a casa da sua habitação seja arrasada, e salgada, e no meio de suas ruínas levantado um Padrão em que se conserve para a posteridade a memória de tão

abominável Réu, e delito, e que ficando infame para seus filhos, e netos lhe sejam confiscados seus bens para a Coroa e Câmara Real. Rio de Janeiro, 21 de Abril de 1792. Eu o Desembargador Francisco Luis Alvares da Rocha, Escrivão da Comissão que o escrevi.

Sabão Xer de Vaslos Couto.

CERTIDÃO DE TER SIDO EXECUTADA A SENTENÇA

"Francisco Luiz Alvares da Rocha, Desembargador dos Agravos da Relação desta Cidade, e Escrivão da Comissão expedida contra os Réus da Conjuração, formada em Minas Gerais, Certifico que o Réu Joaquim José da Silva Xavier foi levado ao lugar da forca levantada no Campo de São Domingos, e nela padeceu morte natural, e lhe foi cortada a cabeça, e o corpo dividido em quatro quartos; e de como assim passou na verdade lavrei a presente certidão e dou minha fé. Rio de Janeiro, vinte e um de Abril de mil setecentos e noventa e dois".
Francisco Luiz Alvares da Rocha.

I EXPOSIÇÃO DE ESTUDOS E MOTIVOS ALIMENTARES

O SAPS VAI CONTAR A HISTÓRIA DA ALIMENTAÇÃO NO BRASIL

A Divisão de Propaganda do SAPS, em cooperação com a Divisão Técnica da autarquia e algumas instituições congêneres, está organizando a "I Exposição de Estudos e Motivos Alimentares", instituída em recente portaria do coronel Ciro Abreu, cuja realização é prevista para o mês de junho próximo, nos salões do Automóvel Clube do Brasil.

Criada para fornecer ao povo, de maneira direta e acessível aos leigos, os conhecimentos fundamentais da Ciência da Nutrição, essa primeira exposição constituirá uma síntese da história da alimentação no Brasil, desde os índios, passando pelo período colonial, até à formação de hábitos alimentares tipicamente brasileiros. Serão reconstituídos, por vários processos — do documentário fotográfico à reprodução em cera e à exibição ao vivo quando possível — todas as cozinhas típicas do Brasil resultantes das três principais influências: a indígena, a portuguesa e a negra.

Vão ser expostos também os resultados de pesquisas realizadas pelo SAPS e por outras instituições, ao lado de peças anátomo-patológicas de cera que demonstram as consequências de certas deficiências e carências alimentares, tais como o escorbuto, a pelagra, o bôcio, a cegueira, raquitismo, etc.

O material dessa primeira mostra será levado aos principais Estados e posteriormente constituirá um pequeno museu que ficará aberto permanentemente à visitação pública no órgão central do SAPS, à Praça da Bandeira.

A FIGURA DO GRANDE HERÓI DA INCONFIDÊNCIA

Como justa homenagem à memória do bravo precursor e mártir de nossa independência, publicamos aqui uma brillante monografia do grande herói da Inconfidência, escrita pelo consagrado mestre da Literatura e da História brasileira — o Acadêmico OSVALDO ORICO.

O Alferes Joaquim José da Silva Xavier, precursor da Independência do Brasil, é, na modéstia de sua vida e na coragem de suas atitudes, um dos mais fascinantes heróis americanos. Não possui ainda no continente o culto que sua figura merece. Mesmo na sua pátria, a pátria da qual foi o mais decidido mártir, ainda esse nome não adquiriu aquela veneração coletiva que é o reconhecimento indiscutível da posteridade. Explica-se, até certo ponto, essa reserva da História em face de um legionário de tão provada bravura cívica. Tiradentes conspirou e se sacrificou pela idéia republicana, contra a coroa portuguesa. Ao neto e ao bisneto da Rainha que o mandou supliciar e confiscar-lhe os bens não se ajustaria bem o papel de glorificar-lhe a memória, promovendo a reparação do seu nome e o reconhecimento da justiça de sua causa, quando se achava em jogo a sorte de uma dinastia de que eles eram os sucessores, beneficiários e continuadores. Isto quer dizer: o Império do Brasil, representado por Pedro I e por Pedro II, não poderia aceitar o culto nacional de Tiradentes, porque no precursor da independência se enraizava o adversário da monarquia. Consagrá-lo o nome e cultivar-lhe a glória seria uma coisa estranha no neto e no bisneto da Rainha que condenou e lhe fincou os pedaços nos postes de Vila Rica. Mesmo que o neto dessa

Rainha realizasse esplendidamente uma das etapas do seu sonho — a independência — ainda assim a votação republicana de Tiradentes entraria em conflito com a duração dos dois reinados, constituindo uma sombra incômoda ou um pesadelo para a dinastia dos Braganças. Fiel aos seus ideais, teria ele de ver a sua glória condenada à adversidade, até que se completasse a finalidade do seu martírio. Só a forma republicana poderia restituir-nos a imagem mutilada, tornando possível, aceitável e indestrutível laurel do conspirador intemperato e intransigente que se deixou supliciar no campo de S. Domingos, na manhã de 21 de abril de 1792, sem a mais leve queixa e sem o menor pavor. Só a República, tornando-o compassivo e exato, modelar e justo, daria vida e inteligência aos seus memoráveis depoimentos durante a devassa, auxiliando a posteridade a reconhecê-lo na indomável manifestação de seu caráter, na sofrida fidelidade a si mesmo. O que nos encanta sobretudo na figura de Tiradentes é a rústica lealdade com que ele serviu à causa da pátria, mantendo-se como um herói humilde, sem outras ambições do que aquelas que lhe modelaram a coragem. Certo, ele conhecia a inquietação de outros povos e de outras pátrias. Sabia o significado da palavra — liberdade. Seguiria no es-

paço o vôo da águia americana e iluminara as idéias com a ação e os conselhos de Washington e Jefferson. Teria lido talvez, como tantos outros, o testemunho do cavaleiro de Parny a respeito do Brasil: "É este país um paraíso terrestre: a terra produz abundantemente os frutos de todos os climas; o ar é sadio; as minas de ouro e de diamantes numerosas; mas a tódas estas vantagens falta-lhe uma, que é a única que pode tornar aquelas preciosas; — a liberdade! Tudo jaz aqui na escravidão; pode-se entrar, mas não se pode sair. Em geral acham-se os colonos descontentes e cansados de seus sofrimentos".

Tiradentes, herói popular, direto e anti-livresco, antecipará o sonho do homem americano nas terras da coroa portuguesa e suportará sózinho, sem companheiros nem hesitações, tódas as culpas e todos os riscos do direito de opinião. Enquanto os cúmplices de conspiração procuravam os atalhos para desertar das malhas do processo, ele avocava a responsabilidade total do movimento, reunindo tódas as parcelas da inconfidência mineira numa só expressão humana. Assim, quando na madrugada do dia 19 de Abril, entrou na cadeia pública o Desembargador Luís Alves da Rocha, como escrivão da alçada, foi lida entre merinhos e religiosos que ali pernoitaram, a sentença que deu as honras da primeira cabeça a Tiradentes, "o qual com baraço e pregão devia ser conduzido pelas ruas públicas ao lugar da forca e nela morrer morte natural, e que, depois de morto lhe seria cortada a cabeça e levada à Vila Rica, onde em lugar mais público se elevaria sobre um poste até que o tempo a consumisse. Seu corpo esquartejado, pregar-se-ia em postes pelo caminho de Minas, nos sítios da Varginha, Cebolas, e de outras povoações, até também a consumação. Declarar-se-ia infame, e infames seus filhos e netos, tendo os seus bens confiscados para o fisco e câmara real, e seria a casa em que vivia em Vila Rica arrazada e salgada

para que nunca mais no chão de edificasse. Não sendo própria a casa avaliar-se-la para pagar-se pelos bens confiscados, e levantar-seia no mesmo chão um padrão pelo qual se conservasse em memória a sua infâmia".

No dia 21 de Abril de 1792, ao toque de clarim, rufos de caixas de guerra e trotar de cavalos, cumprisse a sentença da coroa, sem que o aparato daquelas cerimônias alterasse a fisionomia do mártir da independência do Brasil. O mistério com que marchou para o sacrifício não lhe atenua a heroicidade. Antes a exalta. Educar-se para o martírio, trocando a insolência dos revoltados pela docura dos santos. Por isso mesmo, ainda mais do que herói, Tiradentes é o santo da Pátria. Da Pátria que ele não conheceu, mas que foi o primeiro a criar.

Pesa, ainda hoje, sobre a figura do Alferes Joaquim José da Silva Xavier o labéu da expiação. Os séculos que nos afastam da sentença de D. Maria I não foram suficientes para apagar o estigma que marcou a figura do precursor da independência do Brasil. Engrandecido pelo martírio, exaltado pelo exemplo, Tiradentes ganhou a aureola de herói, mas não perdeu o estigma de louco. É tido ainda como um místico, aceito como um iluminado. A coroa portuguesa não se contentou em armar-lhe o cadafalso, em esquartejá-lo e fincar-lhe os destroços nos postes de Vila Rica. Prolongou-lhe a condenação, desfigurando o heroísmo. Substituiu-lhe a consciência pela cegueira, a idealidade pelo fanatismo. O que sobrou da grande vítima do movimento de 1789 foi apenas um amotinado sem alma, um rebelde sem inteligência, um conspirador sem raciocínio. Confiscaram-lhe tudo, os bens e a vida. E nem sequer lhe permitiram usufruir tranquilamente essa coisa que é menos dos homens que do tempo: a glória. Tiradentes vive na lembrança da nacionalidade que criou e alimentou com seu sangue, mas a sua imagem não está ainda restaurada.

na beleza do seu sacrifício, nem na plenitude de suas convicções. A Pátria agradecida modelou-lhe a estátua, mas esqueceram de recompor-lhe a memória. Há o bronze que eterniza; mas falta o livro, que ensina, e o poema, que perpetua. Tiradentes está no bronze com a sua bela imagem humana dignificada pelo sofrimento; mas não está nos livros, nem no cenário americano, revestido com a dupla coraça da energia e da inteligência, da coragem e da razão. Arrasta ainda pela história o labéu com que subiu ao cadasfalso, sem que houvesse aparecido o biógrafo para mergulhar o sentimento nas fontes da inconfidência, e restaurar-lhe a imagem espiritual, tão vigorosa como a outra, a que ficou ensanguentada e brava nos testemunhos do processo.

É exato que existem trabalhos e roteiros para reconstituir-lhe a trajetória, sendo alguns deles excelentes. Os estudos de Joaquim Nóbrega de Souza e Silva e Lúcio José dos Santos, os ensaios e documentos que se encontram no "Brasil Histórico", de Melo Moraes, na "Revista do Instituto Histórico Brasileiro" e nos "Autos de Devassa da Independência Mineira", se nos auxiliam a tarefa de compreendê-lo, não nos dão um retrato a corpo inteiro, como o que as biografias de um Ludwig, de um Wolfram Dietrich, de um Tomás Rourke sabem oferecer.

Ele é grande, poderoso e indestrutível, não sómente pela extensão do seu sacrifício, mas pela maneira com que soube vivê-lo e eternizá-lo. Dando mais do que a vida — o entusiasmo por uma idéia que ficou sendo só dele, porque só ele soube honrá-la com o sangue. Só ele soube ser, na derrocada das vacilações e na sutileza das afirmativas, o cruel acusador de si mesmo. Só ele conheceu bem a vingança. Só ele arrostou bem a adversidade. Por isso mesmo, só ele criou a legenda. Só ele adivinhou o futuro.

O dever das gerações não é apenas cultuar o drama de seus mär-

tires. É também compreender e engrandecer-lhes a memória. A do Alferes Joaquim José da Silva Xavier é um convite à inteligência do nosso tempo. Solicita a pena que queira interpretar com outra lucidez a jornada de 1789, corrigindo as intrigas intencionais e restabelecendo o perfil de cada um de seus legionários. Dessa revisão de atitudes e desse choque de consciências há de sair uma nova luz para guiar a história nos seus embargos e prevení-la em seus desacertos. Então, a figura do precursor da independência do Brasil se projetará de outra forma. E não terá sómente a força dos iluminados, mas a grandeza humana dos heróis ou a legenda imorredoura dos santos.

Que representa, em verdade, o mártir da independência do Brasil na história americana? Um grande destino mutilado. É o sacrifício que antecipa todos os mártires da mesma idéia e todos os vencedores da mesma causa. Ele soma as figuras que, na humildade de sua lição e na chama de seu entusiasmo, se deixaram queimar por um objetivo sagrado. Não importa que não houvessem atingido a meta. Outros a alcançariam. Não importa que não lograsse assistir à colheita. Outros o fariam. A árvore generosa que plantaram não lhes daria frutos; mas agasalha-os com sua sombra.

Tiradentes é menos uma imagem física do que um ideal humano; mais uma sementeira do que um episódio histórico. Sua imagem antecipa e multiplica a imagem de todos aqueles que, em terras da América, intentaram converter em soberania as colônias que amadureciam para a liberdade, as terras que já não necessitavam de tutores para os seus passos.

Seu nome faz evocar a estirpe dos homens humildes, desamparados pela fortuna nos seus comentimentos, mas indômitos nas suas tentativas.

Néle não se ressuscita apenas um exemplo, mas os exemplos de quantos, na modéstia e na insegurança de seus *pueblos*, por tóda a exten-

são da América idealista e romântica, levantaram o braço contra as Coroas, antecipando a força e a destinação republicana do continente.

Cruzam-se nêle as sombras e os perfis dos que lutaram sem recompensas, dos que caíram sem lauréis; na Colômbia, Antônio Maño (1785-1823) prisioneiro de indomável fibra, patriota de inquebrantável tempestade; na Bolívia, Pedro Domingo Murillo, herói obstinado e solitário, cuja vontade lhe imprimiu ao sacrifício a auréola de Tiradentes do altiplano; no México, Dom Miguel Hidalgo, que foi um dos agitadores da independência de sua pátria e se sublevou com um grupo de indios, soltando no espaço seu grito: "Viva Nossa Senhora de Guadalupe e morram os "guachupines"; no Peru, Tupac-Amaru, o precursor nativo e rebelde, cujas veias inchavam de seiva americana; no Equador, um mestiço nascido nas selvas manabitas, Eloy Alfaro, que há um século fazia soar na cordilheira o seu "machete", improvisando guerrilhas de emboscada contra as forças feudais que sitiavam a consciência democrática de seu povo, ao mesmo tempo que Dom Juan Montalvo, luzeiro da cultura americana, considerava a caudilhagem local. O escritor "tronaba con pluma" e o lutador "realizaba con el machete", até ser trucidado em Penal e queimado num parque público.

A êsses paladinos humildes, cujo braço não logrou realizar o ideal que trabalhava o pensamento, junta-se a figura de Martí, sacrificado no campo de batalha onde se forjava a independência de sua pátria, mas cercado por motivo de sua obra pela admiração continental, e Francisco Morazan, herói nacional de Honduras, bandeirante da independência em terras da Centro América, o qual, embora houvesse dado forma à liberdade dos povos que capitaneou com a espada, viria a pagar o seu heroísmo no patíbulo, recusando na marcha para a morte o braço de alguém que se oferecia a confortá-lo: "No he de huir ni me falta valor para morir". E assim se finaria o herói das gestas da

nacionalidade hondurenha, "sob a pupila atônita do vulcão de Irazú".

Miranda, o precursor da independência latino-americana, êsse não chegou a tocar o céu de suas conquistas, como Bolívar, inspirou uma geração dos próceres e beijou o colo de Imperatrizes. Foi, porém, afinal, como o define Dietrich, "un aguila con las alas rotas".

Eis aí o que é o Tiradentes brasileiro: uma fonte de todas as energias sacrificadas, mas fecundas; infelizes, porém, generosas.

Suas glórias não se contam pelo que decidiram, senão pelo que inspiraram. São forças da natureza, cegas e fatais, que obraram no tumulto, no entusiasmo, insensíveis à lógica dos planos, à trama das articulações e ao olho oculto das denúncias. Não sabiam raciocinar. Sabiam apenas arriscar-se. E, na hora da tempestade, manter inflexivelmente a atitude assumida.

A glória de Tiradentes desabrocha totalmente do parágrafo inicial do mandado de execução que lhe foi imposto e que figura à página 241 dos "Autos de Devassa da Inconfidência Mineira":

"Justiça que a Rainha Nossa Senhora manda fazer a este infame Réu Joaquim José da Silva Xavier pelo horroroso crime de rebelião e alta traição de que se constituiu chefe e cabeça na Capitania de Minas Gerais, com a mais escandalosa temeridade contra a Real Soberania e Suprema Autoridade da mesma Senhora que Deus guarde".

O destino vingou por forma irônica e maliciosa o sangue que correu daquèle corpo esquartejado e fincado nos postes das estradas de Minas, conforme o ditara a sentença da Rainha. Dom Pedro I, seu neto, foi o braço escalado pela Providência para levantar das ruínas o "Padrão e a memória de tão abominável réu", coroando-lhe o sonho venerável com o grito de — Independência ou Morte, grito que é a tradução dinástica, datada de 7 de Setembro de 1822, daquela legenda sugerida nos concílios dos Inconfidentes Mineiros de 1789, por um dêles, Cláudio Manuel da Costa: *Au libertas aut nihil.*

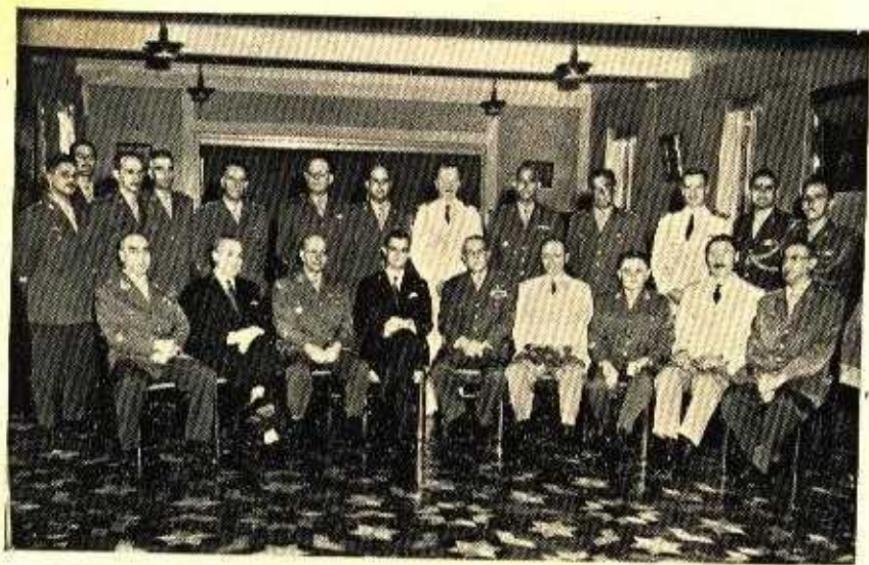


Em almoço realizado no Forte de Copacabana com a presença do General Fluzo de Castro, Chefe do Estado-Maior do Exército, e de outras autoridades militares e diplomáticas, foi homenageado pelo Exército Brasileiro o Sr. Coronel Joseph W. Sisson, Jr., que por cerca de três anos exerceu as funções de Adido Militar junto à Embaixada dos Estados Unidos da América em nosso país e está agora de regresso à sua pátria.

O General Nicanor Guimarães de Souza fez a saudação ao homenageado, tendo este também usado da palavra para agradecer as atenções e gentilezas com que foi distinguido.

Concluído o almoço, o General Fluzo de Castro fez entrega ao Coronel Sisson da condecoração da Ordem do Mérito Militar, no grau de Oficial, com que foi agraciado pelo Exmo. Sr. Presidente da República.

DESPEDIDA DO ADIDO MILITAR DA ARGENTINA



Em almoço realizado no Forte de Copacabana com a presença do General Fluzo de Castro, Chefe do Estado-Maior do Exército, e outras autoridades militares e diplomáticas, foi homenageado pelo Exército Brasileiro o Exmo. Sr. General Ernesto Genaro Faligat, que por mais de um ano exerceu as funções de Adido Militar junto à Embaixada da Argentina em nosso país e está agora de regresso à sua pátria.

O General Humberto de Alencar Castello Branco fez a saudação ao homenageado, tendo este também usado da palavra para agradecer as atenções e gentilezas com que foi distinguido.

UM SÉCULO BEM VIVIDO

O 1º E GLORIOSO CENTENARIO DO BATALHÃO VILAGRAN CABRITA

Pelo Ten.-Cel. ALFREDO CORREIA LIMA

O ano de 1955 trás para o Exército, em geral, e para a Arma de Engenharia em particular, uma preciosa efeméride — O dia 1 de Abril marcará o completamento de um século de existência para o Batalhão Vilagran Cabrita.

Durante os cem primeiros anos de sua vida marcou o BVC uma trajetória brilhante em nosso panorama militar, alinharam-se grandes vultos de nossa história em suas fileiras, cobriu-se de lauréis nos campos de batalha, e prestou valiosos serviços à coletividade nos dias de paz. Muitas vezes lutou, tomando parte em cruenta guerra, e também nas convulsões de nosso agitado período revolucionário. E coube-lhe ainda realizar tarefas construtivas e duradouras, peculiares ou não à sua formação profissional.

Acompanhando a evolução do Exército, de que faz parte, teve inúmeras vezes a sua estrutura alterada; mas o seu espírito, alicerçado numa tradição que logo se fez sentir e notar, permaneceu imutável, como as linhas manuscritas de seu velho e precioso livro histórico, relíquia venerável, que encerra um tesouro de crônicas, fatos, acontecimentos, e até mesmo anedotas que, graças ao culto que lhes é devido pelos Engenheiros do Brasil, hão de permanecer tão vivos como por ocasião da respectiva ocorrência, impregnados da mística da Arma, a emanar, muito pura, daque-las páginas que a patina do tempo não há de amarelar.

A 23 de janeiro de 1855 o Decreto n. 1.535 criava um Batalhão de Engenheiros, cuja sede seria na Escola de Aplicação do Exército, sita à Fortaleza de S. João. Com a rubrica do Imperador, levava aquél ato a assinatura do seu Ministro Pedro de Orleans Bellegard. E a 1 de abril do mesmo ano era instalado o Batalhão de Engenheiros.

Começava a existir a primeira unidade da 4ª Arma! Coube o seu inicial comando, por interinidade, ao então Major Hermenegildo de Albuquerque Pôrto Carrero, brilhante oficial, e que tinha como ajudante ao 1º Tenente Manoel Deodoro da Fonseca. O comando seguinte viria a ser do Major João Carlos de Vilagran Cabrita, o qual, anos mais tarde, e novamente no comando da mesma unidade, viria conduzi-la à glória e ao prestígio, adquirindo o direito de usar bandeira, muito embora pagasse com a sua preciosa vida o destaque conseguido pelas armas.

Deveria o Batalhão, de acordo com o decreto de sua criação, possuir quatro Companhias de Artífices, no entretanto sómente duas foram inicialmente organizadas. As demais o seriam por ocasião da guerra.

A primeira missão de campanha teve-a o Batalhão quando, quase a completar o seu decênio de existência, fez seguir para o Sul do país um contingente para tomar parte nas operações contra a invasão de

Estigarribia, em dezembro de 1864. Mas já no ano seguinte o Batalhão inteiro, sob o comando do Tenente-Coronel Francisco Gomes de Freitas, que levava como seu fiscal ao Major Vilagran Cabrita, havia se deslocado para a Mesopotâmia, a fim de tomar parte na guerra contra Lopez.

Uma pléiade de jovens oficiais compunha o seu quadro de subalternos e de capitães, muitos dos quais viriam a se tornar figuras destacadas, mercê dos feitos heróicos que praticaram naquelas plagas longínquas. Dentre esse bravos justo será destacar o Capitão Conrado Maria da Silva Bittencourt, que, assumindo o comando após a morte de Vilagran Cabrita (que substituiu ao Ten.-Cel. Freitas), conduziu os destinos da Unidade até à fase final da guerra, recebendo sucessivas promoções por atos de bravura.

Dizer-se o que foi a atuação do Batalhão de Engenheiros no duro conflito, não é tarefa simples, nem fácil. Por vezes completo, doutras representado por contingentes, ele esteve presente em todas as peripécias que encheram aquelas cinco longos anos de luta e sacrifício. Afirmou-se sempre como a Arma do Trabalho, fosse nos estacionamentos, nas marchas na preparação das operações, ou durante as refregas. E, quando foi chamado a intervir pelo fogo, soube honrar cabalmente a confiança depositada no valor nunca desmentido de seus homens.

Dentre os inumeros problemas de ordem técnica que lhe foram apresentados, dois avultaam: a travessia do Paraná e a construção da célebre estrada do Chaco, para atender à Marcha de Flanco. A primeira, verdadeira operação anfibia, contou, inclusive, com o apoio da esquadra; e a segunda, por muitos considerada irrealizável, uma tarefa gigantesca, digna de titãs, foi levada a cabo em apenas 23 dias pelos comandados de Conrado Bittencourt.

No tocante ao papel de combatente constituiu ponto culminante de sua atividade o episódio da ilha

da Redenção, ocupada para servir como ponto de apoio à travessia do Paraná, e que foi necessário defender tenazmente contra a forte tentativa de reconquista por parte do inimigo. Portou-se com tal brilhantismo o Batalhão, que isto lhe valeu o direito ao uso da bandeira, sendo a esta, desde logo, conferida a condecoração da Ordem Imperial do Cruzeiro. Preciosas vidas foram ceifadas e, para aumentar o pesado preço dessa vitória, perdeu o Batalhão o espírito realizador da mesma, na pessoa do seu comandante, o Tenente-Coronel Vilagran Cabrita, morto por certeiro tiro de canhão, disparado do forte de Itapiru, quando redigia a parte do combate. Diz a crônica que comandara o tiro mortal antigo aluno seu. Havia bem pouco tempo Vilagran servira como instrutor em comissão enviada ao Paraguai.

Morto Vilagran Cabrita, assume Conrado Bittencourt o comando. E com pulso firme conduz o Batalhão: Passo da Pátria, Estero Belaco, Tuiuti, Tuiú-cuê, Passo Pocú, Pare-cuê, Curupaiti, Humaitá, Chaco, Angustura, Piquiciri, Itororó, Avai, Lomas Valentinas, Sapucaí, Peribeubui. A atividade dos Engenheiros aparecia sempre: ora organizando terreno, ora preparando e executando transposição de cursos d'água, ora reconhecendo, ora demolindo ou abrindo brechas, ora combatendo, e até mesmo fazendo transportes ou recolhendo feridos. Nunca esteve em reserva.

Após à refrega voltou o Batalhão à sua sede, na capital, aquartelando na Praia Vermelha, e aí retomando suas atividades de paz.

Em 1888, sendo reorganizado, toma o n. 1, e passa a possuir duas Cias. de Sapadores, uma de Ponteiros e uma de Estrada de Ferro e Telégrafo. Esta última, já em dezembro do ano seguinte, perde parte da designação inicial passando a ser apenas de Telégrafo.

Em 1893, durante a Revolta da Armada, e já com o nome de 1º Batalhão de Engenharia, vai novamente se empregar pela força das armas, atacando e conquistando a ilha

do Mocanguê, e depois ocupando e mantendo tóda a região de Niterói, missão que lhe coube durante um espaço de tempo superior a um ano, e onde vem a realizar o alto conceito obtido na guerra da Tríplice Aliança.

Vem o ano de 1897 e ei-lo novamente em ação, embarcando um contingente para mais uma campanha: Canudos. Levam os bravos engenheiros dupla missão: a construção de linhas telegráficas e a organização do terreno. É uma nova experiência, a luta simultânea contra as asperezas da catinga e a tocaia dos jagunços!

1901. Nova missão! Desta vez é u'a missão pacífica, mas não pouco incada de dificuldades e sacrifícios: deve o Batalhão construir uma ligação ferroviária entre os Estados de Paraná e Mato Grosso. Assim embarca ele para aquele Estado, onde se desloca para a região de Guarapuava. Daí partem as suas turmas de reconhecimento, que foi levado até às margens do Ivinheima, em território matogrossense. Durante cerca de três anos as turmas referidas vararam o sertão paranaense, muitas vezes palmilhando terreno só antes pisando pelos bandeirantes, ou mesmo desbravando glebas ainda desconhecidas.

Embora o Batalhão atacasse seriamente os trabalhos preliminares, não foi levada a cabo a construção da ferrovia. E houve ordem de regresso ao Rio... devendo uma Cia. ficar à disposição do 5º Distrito, e outra em Santos para auxílio das obras de fortificação do porto.

Vem 1909 e uma nova e útil missão: todo o Batalhão passa à disposição da Direção de Engenharia a fim de, sob o controle de seus próprios oficiais, ser empregado na construção da Vila Militar. O quanto importante foi para o Exército essa magna tarefa, parece ser ocioso encarecer: até hoje a Vila constitui o maior e mais rico patrimônio imobiliário de nossas forças de terra. Dentre as construções que lhe coube realizar figurou o seu próprio quartel, que hoje não mais ocupa.

Outra benéfica tarefa contou com a mão-de-obra do antigo Batalhão

de Engenheiros; foi a "Água em 6 dias", em que tropas do Exército colaboraram com o seu trabalho para a gigantesca realização, feito supremo do notável engenheiro que foi Paulo de Frontin.

1915 trouxe u'a modificação estrutural ao Batalhão, que perde uma das Cias. de Sapadores, transformada em Cia. Aeronáutica, e que, por algum tempo permanece adida. A Cia. de Telégrafo, a partir de 1921, passaria a denominar-se de Transmissões, e a organização ternaria então resultante conservar-se-ia até fevereiro de 1935, quando, visando resultados homogêneos de instrução, e maiores facilidades administrativas em tempo de paz, foi tóda a Engenharia reorganizada na base de Unidades especializadas. Toca ao 1º Batalhão de Engenheiros ser transformado em 1º Batalhão de Transmissões.

Mantendo o acervo e a bagagem histórica da primitiva Unidade, conservando seus órgãos administrativos e a Cia. de Transmissões, recebe as subunidades congêneres dos 2º e 4º Batalhões de Engenharia. A sua Cia. de Pontoneiros vai se reunir à do 4º BE para, juntamente com outra a ser organizada, dar origem ao que foi o 1º Batalhão de Pontoneiros. Quanto à Cia. de Sapadores foi reorganizada com Unidade-Escola, dela se originando a Companhia-Escola de Engenharia, e portanto o atual Batalhão Visconde de Taunay.

Com a transformação não desapareceu o Batalhão de Engenheiros. Lá ficou o livro histórico, a reviver em suas páginas manuscritas o desfilar das figuras tutelares da Arma, a relembrar os feitos imorredouros daqueles soldados legendários, os triunfos radiosos e as amarguras dos fracassos. No saguão do quartel continuava a rebrilhar, dentro de antiga e singela moldura, tóda uma coleção de condecorações conquistadas pela bravura anônima duma praça humilde. E a ingenuidade supersticiosa dos recrutas continuou a fazer com que, altas horas da noite, os pátios ermos se povoassem de espetrais figuras, de calças brancas e dolmans azuis, com

bonés em forma de cópos invertidos... Não tardou que novo élo viesse ligar o presente ao passado : o Decreto-lei n. 2.553, de 4 de abril de 1938, mandava chamar Vilagran Cabrita à histórica Unidade, constando, entre outros consideranda... "que seu primeiro Comandante, Coronel Vilagran Cabrita, morreu valentemente...", afirmação que, embora falha quanto à cronologia do Batalhão, nem por isso prejudica o acerto da feliz homenagem àquele que, comandando a épica resistência da ilha da Redenção, abriria para a nascente 4^a Arma, para os seus comandados, para si próprio, uma rutilante página nos registros da pátria história.

Ao nome seguir-se novo galardão : era criado, no ano seguinte, um estandarte para o Batalhão. E ele o recebeu em sua data aniversária, das mãos do então Ministro da Guerra, sua Excia. Gen. Eurico Dutra. No painel azul-turqueza desse lábaro, em letras de ouro, ornados com lauréis, há quatro nomes que são como que um resumo dos feitos brilhantes realizados em terra longínqua : Redenção, Tuiuti, Humaitá, Chaco !

Novamente chegam tempos de guerra. O mundo se convulsa no medonho conflito entre duas concepções de vida. E embora o choque haja começado muito longe, o Brasil se sente ameaçado. Tropas são movimentadas, para guarnecerm zonas vitais. O Nordeste, uma das esquinas do mundo, tinha até então uma defesa quase simbólica. Tropas de todas as armas seguem para essa parte de nosso imenso território.

O Batalhão Vilagran Cabrita é a célula-mater donde se desprende a 4^a Cia. Independente de Transmissões, que segue para Recife em novembro de 1941. Como seara fecunda já no ano seguinte o Batalhão concorre para a formação de outra Cia., a 14^a, que vai aquarelar em Natal. Mas não foi só ! Por força do ataque traiçoeiro vê-se o Brasil envolvido diretamente no conflito. Organiza-se a Fórça Expedicionária Brasileira. E é das fileiras inesgotáveis do Vilagran Cabrita

que sai a 1^a Cia. de Transmissões para se cobrir de glórias nas plagas italianas.

Os dias de hoje vêm encontrar o Batalhão reconduzido à sua forma de Engenharia de Combate, organizado de acordo com os meios atuais desse tipo de Unidade. Já não ocupa o quartel que ele mesmo construiu, tendo a sua sede atual no Curato de Santa Cruz. Em Magalhães Bastos se encontra o Batalhão Visconde de Taunay que, conforme foi visto "é sangue do seu sangue". Esteja porém onde estiver, o Batalhão Vilagran Cabrita será sempre o mesmo e útil Batalhão de Engenheiros de idos tempos. Já neste ano de seu centenário ainda uma vez o reafirmou, prestando socorro a lavradores assolados por enchentes causadas, na Baixada, pelas chuvas de verão.

Com o transcurso do primeiro centenário do Batalhão Vilagran Cabrita estão de parabens a Arma de Engenharia que é sempre tão bem representou e o Exército a quem sempre significou. Está de parabens a Pátria, a quem sempre bem serviu. O dia 1 de abril de 1955 será de exaltação para todos os que passaram pelas fileiras do secular Batalhão de Engenheiros. A efeméride deve e merece ser comemorada com carinho e brilhantismo.

Que seja cultuada a memória dos que foram levados em sua órbita, sejam eles os grandes nomes, como Vilagran Cabrita, Conrado Bitencourt, Amarante, Deodoro, Floriano Peixoto, e tantos outros, sejam aquelas praças humildes e anônimas, que com seu sangue e seu suor, ajudaram a erguer o pedestal de honra que sustenta a glória da 4^a Arma.

Um pensamento, um anelo nos ocorre (e não sabemos se será muito desejar) - não seria honroso e belo, que no próximo dia 1 de abril, ao serem realizadas as festas comemorativas do centenário, tão caro aos engenheiros do Exército, ouvissemos todos a leitura de um decreto que incluisse na Ordem do Mérito Militar a bandeira explendorosa do Batalhão Vilagran Cabrita ? !

MARECHAL JOSÉ CAETANO DE FARIA

Cap. GUSTAVO LISBOA BRAGA

As comemorações do 1º centenário de nascimento do Marechal José Caetano de Faria, a 21 de março, possuem um cunho de excepcional teor cívico, porque visa mostrar de maneira indelevel ao povo brasileiro, a vida e a atividade benfeizade de tão ilustre cidadão.

Constitui motivo de justo orgulho para o Rio de Janeiro, possuir filho tão ilustre, verdadeiro exemplo de militar e jurista.

Como jurista, reponta sua figura na justiça militar, campo de atividade, no qual seu brilhante espírito teve ensejo de positivar outras virtudes e predicados.

Como militar, cumpre ressaltar que com apenas doze anos de idade, em 2 de janeiro de 1868, assentou praça voluntariamente, na Escola Militar. A 4 de dezembro de 1875 obteve sua promoção ao posto de Alferes. Teve as duas promoções seguintes por estudos e as demais por merecimento. Quando da guerra do Paraguai, toma parte na famosa Divisão Brasileira de Ocupação do Paraguai, de 1871 a 13 de novembro de 1874. Foi promovido a tenente em 7 de dezembro de 1878; a capitão em 26 de agosto de 1884 e neste posto é contemplado com o grau de "Cavaleiro da Ordem de Aviz" e assiste a implantação do regime republicano no país; é promovido a major em 27 de abril de 1891 e nesta fase presta assinalados serviços à Pátria, quando exerceu o cargo de Comandante do Corpo de Cavalaria da Brigada Policial do Distrito Federal, no período de 1892 a 1898, em uma das fases mais críticas da República, como foi a da rebelião da Armada em 1893.

A ação de sua tropa foi tão eficiente, que o Regimento foi louvado pelo Presidente da República — o Marechal Floriano Peixoto — e apontado como "uma das fortes colunas da República e do seu governo". Nesta ocasião é promovido a tenente-coronel — 23 de julho de 1894 — e a coronel em 24 de outubro de 1902; em 24 de julho de 1905 é promovido a general de brigada, em 14 de novembro de 1910 a general de divisão e finalmente a marechal, posto máximo da hierarquia militar brasileira, a 13 de dezembro de 1916. Sua brilhante fé de ofício relata os Comandos que lhe foram atribuídos, entre os quais se destacam o do 1º Regimento de Cavalaria (1898), o do 5º Distrito Militar (1903), e o da 9ª Região Militar (1909), atual 1ª Região Militar... De sua iniciativa, o projeto regulando o Serviço de Remonta mereceu, em 1909, do então Ministro Bernardino Bormann, justo e expressivo elogio. Finalmente, a 15 de janeiro de 1914, atinge o cume de sua carreira militar, quando é nomeado pelo Presidente Wenceslau Bráz, para as funções de Ministro e Secretário de Estado e Negócios da Guerra, o mais alto posto de direção e chefia do Exército, em cujo desempenho — numa fase difícil como aquela, que compreendeu a 1ª grande guerra mundial — deu mostras de ser um espírito vigoroso e uma figura exemplar de chefe e organizador. Além da criação do Serviço Geográfico Militar e da Aviação Militar, da instituição do corpo de oficiais da reserva de 1ª linha e do 1º distrito de artilharia de costa, são acontecimentos marcante da sua administração na Pasta da

Guerra : a remodelação de 1915 adaptando a organização militar nacional aos novos imperativos da guerra; a inauguração, em 1 de dezembro de 1916, do sistema de sorteio militar, instituído em 4 de janeiro de 1908 pelo Decreto número 1.860 e as medidas de defesa nacional resultantes do estado de guerra declarado em 26 de outubro de 1917. Recebendo sempre importantes encargos militares e políticos, teve ainda destacada e brilhante atuação como Ministro do Supremo Tribunal, para que foi nomeado em 28 de junho de 1919. afastou-se definitivamente do ser-

viço ativo do Exército em 7 de janeiro de 1920, depois de mais de 50 anos de serviços prestados de forma brilhante, construtiva e destacada.

É pois obra de serena justiça o culto da figura de tão ilustre militar, quando da comemoração de seu centenário de nascimento e é a título de colaboração com as homenagens programadas pelo Ministério da Justiça, que escrevemos estas modestas linhas, singela homenagem ao vulto desse brasileiro insigne — o Marechal José Caetano de Faria.

"Trabalhar para garantir aos brasileiros de hoje e à sua prole as bases pessoais e sociais, da segurança, do bem-estar e da prosperidade, para que perpetuem sua estirpe, é o nosso dever patriótico e o nosso dever humano.

A esta razão acresce outra, de ordem prática. É evidente que a nossa organização política e jurídica encobre a realidade de uma profunda desorganização social e econômica. Este Estado não é uma nacionalidade; este país não é uma sociedade; esta gente não é um povo. Nossos homens não são cidadãos, não são pessoas, não são valores. Tudo quanto por eles se faz, é dar-lhes má e insuficiente instrução. Ora, nós carecemos alcançar a linha da civilização contemporânea; e, para sustentar a posição de donos de nossa casa, suprir as lacunas do passado e preencher as condições do presente, ficar atentos às tendências e às surpresas do futuro. Este trabalho tem de ser feito hoje ou daqui a vinte anos, quando nos dispusermos a preparar uma nação; enquanto o não fizermos, estaremos sacrificando, com a geração contemporânea, a geração de vinte anos depois, porque a sorte desta depende do que houver feito a que a precedeu. Ora, em nosso tempo, vinte anos de desídia, na política de um país, decidem de sua sorte, podendo anulá-lo, ou pelo menos, submetê-lo definitivamente, senão ao domínio político estrangeiro, à posição subalterna de um simples logradouro comercial e industrial. A comparação da feição da nossa vida atual com a dos últimos anos do regime monárquico basta para dar idéia da celeridade da evolução que nos arrasta — cada vez mais intensa, à proporção que avançamos". (Págs. 197 a 199 de *A Organização Nacional*) — Alberto Torres.

Para as suas aves : R A Ç Õ E S P R E N S A D A S

A V E V I T A

Moinho Fluminense S. A.

Rio de Janeiro — Secção Rações Balanceadas — Avenida Presidente Vargas, 463-A
Caixa Postal, 1.350 — Tel. : 43-7398

São Paulo — Secção Moinho Central — Rua Boa Vista, 314-4º andar — Caixa
Postal, 260 — Tel. : 33-3184

O Centenário de Nascimento do Marechal Ilha Moreira, ocorrido a 29 de março do corrente ano

Associando-se às justas comemorações prestadas à memória do eminente brasileiro, "A Defesa Nacional" tem a honra de registrar esta efeméride, publicando em suas páginas a expressiva Ordem do Dia do Exmo. Sr. Ministro da Guerra, a respeito do ilustre Soldado:

"Falecido a 24 de agosto de 1946, aos 91 anos de idade, e ainda em pleno gozo de uma inteligência lúcida, sua existência como cidadão e soldado foi um modelo de excepcionais virtudes. Nasceu o Marechal Ilha Moreira em Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul, onde repousam os seus restos mortais. Em 3 de fevereiro de 1867 matriculou-se na Escola Militar do Brasil, sendo declarado "alferes-aluno" em 1874. Como Capitão "ajudante de pessoa" do insigne Marechal Deodoro da Fonseca, tomou parte na expedição a Mato Grosso, e depois acompanhou o eminente Marechal no ato histórico de sua patriótica proclamação à frente das forças que se concentravam no Campo de Santana, fundando a República.

Quando se deu o levante da Esquadra, sob o comando do Almirante Custódio José de Melo, o Tenente-Coronel Ilha Moreira, já neste posto por serviços relevantes, comandava o Forte da Lage, e pôs tenaz resistência aos revoltosos, no principal baluarte da defesa da barra do Rio de Janeiro, naquela época. Posteriormente, foi afastado do comando do Forte em consequência de atitude que pôs em maior realce o seu inconfundível caráter, uma vez que soube colocar acima das paixões políticas do momento os deveres de solidariedade humana,

não sacrificando refugiados brasileiros que fugiam desta capital dos rigores de uma luta fratricida a bordo de um navio nacional que, ao defrontar aquélle Forte e intimidado, ergueu o pavilhão brasileiro ladeado por uma bandeira branca, pedindo misericórdia.

O Marechal Ilha Moreira galgou todos os postos por merecimento. Como Coronel, comandou o 3º e o 6º R.A. e a Fortaleza de Santa Cruz. Também foi Diretor do Laboratório Pirotécnico Militar. Promovido a General de Brigada em 19-IV-911 e nomeado Comandante da 1ª R.M., sediada em Belém, foi posteriormente afastado do cargo e conviado para representar o Exército Brasileiro nas manobras do Exército Francês que se realizaram na primavera de 1912; declinou do convite e recolheu-se ao Rio. As manifestações espontâneas, que então recebeu naquela ocasião do povo paraense, constituiram verdadeira consagração à rigidez de suas atitudes e aos princípios de honra de que era um exemplo para os seus subordinados. Em seguida, exerceu as funções de inspetor da Arma de Artilharia e depois de comandante do Distrito de Artilharia de Costa, sendo o seu organizador. Como General de Divisão comandou a 3ª R.M. sediada em Pôrto Alegre e realizou, em 1919, as primeiras manobras de cavalaria em Saicá, passando neste posto para a reserva como Marechal do Exército.

O Marechal Ilha Moreira foi, pela sua perseverança, o principal idealizador e realizador do magnífico monumento, que hoje se ergue na Praça Paris ao Marechal

Deodoro da Fonseca, testemunho de gratidão ao principal fundador da República Brasileira. Durante mais de trinta anos esforçou-se juntamente com alguns companheiros, para que se perpetuasse no bronze a verdade histórica da Proclamação da República e se fizesse justiça à figura central que Deodoro representou nesse drama político do Brasil.

Escrivtor de mérito, deixou o Marechal Ilha Moreira valiosa contribuição para a história sobre a queda da monarquia e a fundação da República, fartamente distribuída

às bibliotecas e estabelecimentos de ensino pelo "Instituto do Livro".

O Exército não podia ficar indiferente na passagem do primeiro centenário do nascimento de tão eminente soldado.

Nestas condições, determino que se prestem homenagens especiais à memória do Marechal Ilha Moreira, particularmente nas unidades e guarnições que comandou, onde pôs em relevo sua capacidade de chefe ilibado e cidadão de escol, enriquecendo o patrimônio moral e histórico da nossa gloriosa instituição armada".

Centenário de nascimento do cientista Karl Von Steinen

A 7 de março de 1955 transcorreu o centenário de nascimento de Karl Von Steinen, psiquiatra alemão que foi um dos eméritos científicos que exploraram o território brasileiro.

Acompanhou Bastian — o Pai da Etnologia nas suas pesquisas no Havaí.

Tomou parte numa expedição ao Polo Sul.

Explorou o Brasil Central e o rio Xingu. Partiu a 25 de maio de 1884 de Cuiabá e desceu o Xingu alcançando o rio Amazonas a 24 de outubro.

Estudou várias tribos desconhecidas até então.

Volto ao Xingu 3 anos depois da primeira excursão.

Suas obras são: Entre os aborígenes do Brasil e Através do Brasil Central, já publicadas em português.

Foi acompanhado nas suas explorações pelo astrônomo Otto Claus e por um sobrinho, desenhista.

A "Defesa Nacional" rende suas homenagens a esse culto homem de ciência pelas manifestações de interesse e simpatia que revela em suas obras pelo nosso Brasil.

MODO ATUAL DE ENTENDER VELHAS AFIRMAÇÕES

II — Recreação e bibliotecas

Major F. CORREIA LIMA

As idéias aqui expressas são estritamente pessoais e o autor é o único responsável por elas.

1. *Guerra* — Um soldado está no exército para lutar, ou, no mínimo, para preparar a guerra. Não para ser divertido nem para instruir-se.

Se essa opinião, de alguns chefes, pode permanecer, louvando-se em tóda uma tradição e em todo um conhecimento da história, opiniões diversas opõem-se, no entanto, baseadas em justa interpretação das guerras da atualidade.

2. *Encargos* — Parece Verdade indiscutível a afirmação de que as guerras têm mudado, e os soldados também mudam. Alguns dos fatores que afetam o moral das tropas alteram-se. A vida militar a que se deve ajustar o civil incorporado ao exército tem, hoje, que ligar-se às profissões, aos passatempos e diversões dos homens, a fim de mantê-los ajustados aos pesados encargos que devem ser exatamente cumpridos.

3. *Bandeirante* — Aos demais objetivos do Exército Brasileiro, em tempos de paz, se sobreleva a missão pioneira de desbravador de setores educacionais, quer levando alfabetização, como ampliando culturas, e civilizando, e socializando.

4. *Esclarecimentos* — Os militares têm que produzir cada vez mais e melhor, dentro dos objetivos do exército. Por isso convém que sejam amplamente esclarecidos sobre as dificuldades de suas missões, e, totalmente motivados para vencê-las.

5. *Instruir* — Aos fins militares não basta, apenas, a instrução. Porque a instrução por si só não determina procedimento corretos. A instrução faz saber; e o que é necessário aos homens sim, é essencialmente o querer. Dessa sorte, torna-se a educação a tarefa principal a realizar.

6. *Educar* — Educar é criar hábitos, é despertar interesses, é incentivar aptidões, é abrir possibilidades, é sazonar impulsões, é treinar reflexos. A educação não se limita a horas de estudos nem a conhecimentos adquiridos, práticos ou teóricos. Ao soldado não é suficiente saber manejar a arma e conhecer a nomenclatura detalhada de suas peças, se na guerra, e na ocasião oportuna, ele não puder contar com nítida confiança em si, e com certeza inabalável de que são suas as razões por que luta. Tampouco é admissível crer que essas aquisições, confiança e certeza, cheguem à pluralidade dos homens através de aulas teóricas de Educação Moral, quando no dia a dia, a cada instante, os fatos sociais estiverem conduzindo ao descrédito, ao desânimo, à dúvida, ou mesmo à total reação, voltados contra as autoridades, a lei, a sociedade, as instituições, os princípios éticos e contra as normas morais.

7. *Valorização* — Todos têm, em mãos, meios de realizar o bem pela sociedade. Não há esperar, braços cruzados a renovação de valores

que a cada dia se impõe. É preciso, não tanto punir os responsáveis pelos delitos, mas evitar esses delitos. Não tanto pedir leis que coibam abusos, mas proceder de acordo com normas morais que os afastem. Os valores éticos estarão subvertidos, quando se louvar o espectralhão, premiar o falso, glorificar o ousado, exaltar o violento e enaltecer qualidades anti-sociais. É enganoso valorizar sociabilidade e ostentação, quando são os trabalhos sociais que se fazem necessários, e não, reuniões elegantes nem palestras ociosas.

8. Empréstimo — Mais que todos os órgãos nacionais, pela força centralizadora de que dispõe o exército, e pelo despreendimento idealista de que são dotados tantos de seus oficiais, ele mantém enorme capacidade, criadora e executora, no setor educacional. Em troca do planejamento e da efetiva aplicação dessa capacidade, e com altíssimos juros em favor da pátria, são necessários, e além disso imprescindíveis, uma coordenação de esforços isolados e uma concessão sábia de tempo disponível e de meios materiais adequados.

9. Tempos vagos — Se o modo como um soldado emprega seus tempos vagos influí inteiramente sobre sua disposição para o trabalho, e sobre sua atitude mental relativamente à unidade e ao serviço, cabe ao exército e fundamentalmente é tarefa sua, influir, de maneira decisiva nesse uso das horas de lazer.

10. Recreação — A desocupação, o enfado e o tédio conduzem à desmoralização. Ao passo que competições físicas, diversões e leituras interessantes atenuam preocupações sexuais, diminuem as insatisfações e incentivam a necessidade de produzir.

11. Vascos da Gama — A fácil maneira de adquirir conhecimentos pelo simples correr de olhos ao folhejar livros e revistas, surpreende no agrado e na praticabilidade. Os leitores principiantes, que forem conquistando as experiências alheias,

dentro de uma biblioteca, estarão proporcionado conquistas à inteligência pelo percurso através rotas novas, como se Vascos da Gama viessem a chegar às Indias dobrando Cabo das Tormentas.

12. Personalidade — As aptidões e os gostos desenvolvem-se e afirmam-se paulatinamente. Quando uma criança desde cedo ouve conversas sobre futebol, logo depois escuta os rádios transmitindo futebol, em partidas e crônicas ouvidas pelos mais velhos, pouco depois bate bola com amigos e integra equipes locais, cresce lendo futebol em jornais e revistas, e assiste futebol nos cinemas e na praia, e aprende a raciocinar à base de futebol, em passes, dribles e chutes, tem que titular-se homem culto em assuntos futebolísticos, e saber provar que um Zozó é melhor que um Pelé, e que, se o quadro de Tremango perdeu é porque a linha média não produziu para o ataque, no segundo tempo, como fizera na primeira etapa. De forma análoga, o costume de leituras surgirá da repetição, da prática e da insistência; não para suprimir o apreço aos esportes, nem para afastar qualquer atividade recreativa, mas para completar, substituir excessos, integrar personalidades complexas.

13. Utilidades — Livros e revistas ocupam posição importante no sistema de recreação e de diversão a ser organizado pelo comandante que queira dirigir e conduzir, com sucesso, a equipe eterogênea de almas, que lhe é confiada.

14. Importância — Livros e revistas oferecem amizade ao homem isolado, dão alento, combatem desânimos, afastam preocupações, alargam horizontes mentais, fortalecem o espírito e aprofundam as penetrações da compreensão. A importância desses documentos da cultura é assinalada, nestes termos, por observadores militares de poderosos exércitos da atualidade.

15. Imprensa — O vulto da imprensa assume perspectivas cada vez mais dominadoras na formação cultural dos povos. Divulga-se e

dissemina-se a idéia escrita, com tal força de persuasão e com tal naturalidade, que ela passa a imprimir feição ao espírito coletivo, a moldar concepções individuais, a plasmar consciências e a tornear os grandes pensamentos grupais.

16. *Bibliotecas* — As bibliotecas, que popularizam o livro e democratizam as culturas, oferecem e permitem conseguir fartos meios de leitura, documentação rápida e informações precisas sobre assuntos variados.

17. *Fácil acesso* — Bibliotecas de fácil acesso atraem visitantes, graças à disposição agradável das estantes, à adequada apresentação dos livros e à conveniente arrumação dos assuntos. Elas provocam interesses e polarizam atenções.

18. *Conclusão* — Pelo assinalado na breve exposição acima, parece justo apontar no serviço de bibliotecas meio atual, inteiramente realizável, de servir à coletividade nacional em tempo de paz, e processo indispensável ao preparo dessa mesma coletividade nas arduas missões da guerra. A biblioteca é indispensável ao soldado e, por isso, necessária ao exército; a

cultura é fundamental para o país. Biblioteca bem dirigida e organizada difunde recreação e cultura; assim, o exército que organiza eficiente serviço de bibliotecas, e fá-lo produzir dinamicamente, efetivamente, ele também estará produzindo, e de modo igualmente dinâmico e efetivo, o progresso da Pátria.

Índice remissivo :

- 1 — Guerra;
- 2 — Tradição;
- 3 — Encargos;
- 4 — Bandeirante;
- 5 — Esclarecimentos;
- 6 — Instruir;
- 7 — Educar;
- 8 — Valorização;
- 9 — Empréstimo;
- 10 — Tempos Vagos;
- 11 — Recreação;
- 12 — Vascos da Gama;
- 13 — Personalidade;
- 14 — Utilidades
- 15 — Importância;
- 16 — Imprensa;
- 17 — Bibliotecas;
- 18 — Fácil acesso;
- 19 — Conclusão.

COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL DO BRASIL

FÁBRICA BANGÚ

TECIDOS FINOS

EXIJAM SEMPRE A MARCA



QUE GARANTE:

CÓRES FIRMES, PERFEIÇÃO E DURABILIDADE

Relatório do Conselho de Administração da "Cooperativa Militar Edifóra e de Cultura Intelectual "A Defesa Nacional Ltda.", correspondente ao ano de 1954

Senhores Associados.

Em obediência às disposições estatutárias, o Conselho de Administração da C.M.E.C.I. "A Defesa Nacional" apresenta à deliberação da Assembléia Geral Ordinária de seus associados o Relatório e o Balanço Geral, referentes ao ano social de 1954, bem como o Parecer do Conselho Fiscal sobre as atividades administrativas da atual Diretoria, no referido ano.

Ao fazê-lo, a atual Diretoria despede-se de seus associados, pois o ano de 1954 foi o último de seu mandato.

No exercício de suas prerrogativas, terá, portanto, a Assembléia o encargo não só de apreciar aquêles documentos, como de eleger os membros da nova Diretoria que terá de reger os destinos da Sociedade no triênio de 1955-1957.

As atividades e a vida administrativa desta Cooperativa, no ano findo de 1954, acham-se registradas nos documentos que acompanham este Relatório: Balanço Geral, Demonstrativo da Caixa em 31 de dezembro de 1954, Demonstrativo da Conta de "Sobras e Perdas", Estatística do Movimento Financeiro, bem como outros documentos complementares que, com os Livros de Escrituração e Contabilidade, poderão fornecer aos Senhores Associados todas as informações que considerarem necessárias.

Continuou a exercer a Cooperativa, durante o ano de 1954, as mesmas atividades desenvolvidas em 1953: publicação, rigorosamente em dia, da Revista "A Defesa Nacional" e as operações de compra e venda de livros para os Senhores Associados.

A falta de subvenção oficial continua a repercutir na vida da Sociedade. Pode dizer-se que ela não pode viver sem subvenção.

Em 1954, não fôr o auxílio dado pelo Exmo. Sr. Ministro da Guerra, escriturado como renda eventual, no valor de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) o movimento financeiro da Cooperativa, no ano, ter-se-ia encerrado com um "deficit" de Cr\$ 53.798,10.

Essa situação se deve principalmente ao alto custo de impressão da Revista e ao papel para impressão.

Só êsses dois itens consumiram Cr\$ 167.615,00, sobre um total de despesa, no ano, de Cr\$ 474.049,30, ou seja 35%.

Outro item dispendioso é o correspondente às comissões pagas aos Agentes de Publicidade, que somou Cr\$ 120.648,00, ou seja 25% da despesa total.

Releva declarar que, para um total de Receita de Publicidade de Cr\$ 275.430,00, a Cooperativa pagou Cr\$ 120.648,00, de comissões aos Agentes de Publicidade, ou seja 43%, isto é, dentro dos limites estatu-

tários, principalmente levando-se em conta que são alguns dos próprios Agentes que fazem a cobrança, serviço que, normalmente, é retribuído com 5%.

Várias foram as providências tomadas pela Diretoria para enfrentar, durante o ano, a aflitiva situação financeira da Sociedade, cujo ápice foi atingido no mês de março, com uma receita de Cr\$ 38.906,30 e uma despesa de Cr\$ 60.511,70.

Mencionam-se, particularmente, as seguintes:

- suspensão, em caráter temporário, do pagamento dos honorários relativos à Diretoria;
- dispensa de dois auxiliares, com uma economia de Cr\$ 1.000,00, mensal;
- exposição, ao Exmo. Sr. Ministro, da situação da Cooperativa, solicitando-lhe a intercessão no sentido de se obter uma subvenção de Cr\$ 150.000,00, ou, no mínimo, um auxílio à discreção de sua Excelência;
- intensificação da campanha para angariar anúncios.

Graças a essas providências e recebido o auxílio do Exmo. Sr. Ministro, no valor de Cr\$ 100.000,00, dado para permitir as atividades da Sociedade até o final de 1954, pôde a mesma retomar os seus serviços, no ritmo normal e, chegar ao fim do exercício com um saldo de Cr\$ 53.798,10, os quais, adicionados ao saldo que passou do exercício de 1953, perfazem um saldo de fim de mandato de Cr\$ 121.154,90, que é quanto a atual Diretoria passa aos seus sucessores.

Tal resultado foi possível porque adotou a Diretoria medidas severas disciplinadoras da aplicação do auxílio de Cr\$ 100.000,00.

Assim, foi feito um orçamento mensal para a aplicação dessa importância e determinou-se que nenhuma despesa de vulto fosse feita sem prévia autorização da Diretoria. Ficou decidido ainda que nenhuma despesa para organização de estoque de material devesse exceder à duração do mandato da atual Diretoria, para que, ao fim dêle, a nova Diretoria pudesse dispor de um saldo apreciável, para enfrentar os encargos que lhe competirão. Essa promessa foi cumprida, como acabamos de demonstrar.

É necessário esclarecer que na despesa de março, a maior do ano, num total de Cr\$ 60.511,70, estão incluídos Cr\$ 10.200,00, pagos para estoque de cartolina, para capa da revista; Cr\$ 4.000,00, pagos por material de expediente, também estocados; Cr\$ 13.552,00, pagos de comissões, na maioria atrasados, aos Agentes de Publicidade; Cr\$ 7.288,00, pagos a autores de livros, de direitos de venda também atrasados e Cr\$ 5.450,00, de salários dos auxiliares da administração.

Foi um mês sobrecarregado de despesas anormais que vieram se acrescer à despesa propriamente de impressão da revista, que orgou apenas em Cr\$ 19.278,00.

Um fato lamentável, por todos os títulos, ocorreu em 1954. Foi a morte do nosso pranteado companheiro de Diretoria, o Exmo. Sr. General Antônio de Castro Nascimento, prematuramente roubado ao convívio de seus camaradas. A ele, rendemos aqui as nossas mais sinceras homenagens.

Foi substituído, interinamente e até a eleição, imediatamente convocada, do novo Diretor-Gerente, pelo Ten.-Cel. João Capistrano Martins Ribeiro, Tesoureiro da Sociedade.

Procedidas as eleições, foi o Ten.-Cel. João Capistrano Martins Ribeiro confirmado no cargo.

Ao encerrar as suas ativiaddes, a atual Diretoria leva à conta do seu ativo, entre outras providências de ordem administrativa, um perfeito serviço de controle do movimento de receita e despesa dos anúncios publicados nas páginas de nossa Revista.

Outro serviço foi o melhoramento da sede da Cooperativa, aproveitando o ensejo da reforma que se vem executando na ala Visconde da Gávea do Palácio da Guerra.

Foram obtidos Cr\$ 20.000,00, da DOFE, para êsses melhoramentos, ficando a sua aplicação a cargo da C.E.O. 7. Com essa importância foram feitas novas divisões das sessões desta Cooperativa, obedecendo a um novo plano de distribuição. Foram executados serviços, alguns ainda em curso, de pintura, reparos do piso, fôrro de tôdas as salas, nova instalação elétrica.

Durante todo o ano de 1954, continuou a Revista a ser impressa nas oficinas da Imprensa Militar, graças à autorização do Exmo. Sr. General Secretário Geral do Ministério da Guerra, a quem deixamos aqui consignados os nossos agradecimentos.

Agadecemos, aliás, aos Exmos. Srs. Generais Ministros da Guerra e Secretários Gerais do Ministério da Guerra que, nesses três anos, estiveram em contacto conosco, os favores e auxílios que nos prestaram.

Cabe-nos ainda consignar aqui os nossos melhores agradecimentos a todos quantos, nos trabalhos de redação ou administrativos, na publicidade, nas oficinas da Imprensa Militar e no Gabinete Fotocartográfico do Exército, vêm prestando seus serviços à esta Cooperativa e à nossa Revista, numa valiosa cooperação, leal e continua, em prol desta grande obra comum de difusão da cultura profissional e geral no Exército.

Um agradecimento especia deixamos aqui consignado ao Exmo. Senhor General Euclides Zenóblio da Costa, por ter, como Ministro da Guerra, auxiliado a Revista com a importância de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) numa elevada compreensão de suas finalidades e do seu papel no seio do Exército.

Ao despedir-nos, formulamos sinceros votos de felicidades à nova Diretoria.

Eis, Senhores Associados, o que de essencial nos pareceu necessário dizer-vos e submeter à vossa superior apreciação e esclarecida decisão, para os devidos efeitos.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1955 — General Juarez do Nascimento Fernandes Távora, Diretor-Presidente; Coronel Adalardo Fialho, Diretor-Secretário e Tenente-Coronel João Capistrano M. Ribeiro, Diretor-Gerente.

DEMONSTRATIVO DO "CAIXA" EM 31 DE DEZEMBRO DE 1954

	Cr\$	Cr\$
Saldo em 31-XII-953.....	67.457,20	
Receita do ano de 1954.....	<u>527.847,40</u>	595.304,60
Despesas do ano de 1954.....		474.049,30
Saldo que passa para o ano de 1955		<u>121.255,30</u>

DEMONSTRATIVO DA CONTA DE "SALDOS & PERDAS"

	Deve	Haver
	Cr\$	Cr\$
Renda eventual :		
Saldo desta conta		100.210,00
Publicidade :		
Saldo desta conta		154.782,00
Juros :		
Saldo desta conta		4.297,30
Percentagens :		
Saldo desta conta		4.409,20
A Revista "A Defesa Nacional" :		
C/Custeio :		
Deficit nesta conta		49.689,70
A colaboradores :		
Saldo desta conta		28.940,00
A honorários — Diretoria :		
Saldo desta conta		22.400,00
A ordenados :		
Saldo desta conta		65.400,00
A despesas gerais :		
Saldo desta conta		33.495,10
A Biblioteca — Venda de livros — Depreciação :		
No stock de livros		62.913,60
A associados c/juros :		
Juros s/Capital — 1954		860,10
Total		<u>263.698,50</u>
		<u>263.698,50</u>

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1954 — Arnaldo Gonçalves Pires,
Contador e Ten.-Cel. João Capistrano M. Ribeiro, Diretor-Gerente.

**BALANÇO GERAL DO ATIVO E PASSIVO DA C.M.E.C.I.
"A DEFESA NACIONAL LTDA." — ANO DE 1954**

ATIVO

Imobilizado :	Cr\$	Cr\$
Obrigações de Guerra.....	18.887,50	
Movéis e utensílios.....	<u>29.951,00</u>	48.838,50
 Disponível :		
Caixa — Saldo em moeda corrente.....	<u>121.254,90</u>	121.254,90
 Contas de regularização :		
Biblioteca — Venda de Livros.....	<u>127.304,20</u>	127.304,20
 Total		297.397,60

PASSIVO

Exigível :		
Associados c/juros.....	4.916,05	
Associados c/retorno.....	14.285,00	
Consignatários de livros, c/venda.....	<u>16.007,00</u>	35.208,05
 Inexigível :		
Fundo de Beneficência.....	9.854,20	
Fundo Desenvolvimento Social.....	17.794,00	
Fundo de Reserva.....	39.267,15	
Capital Integralizado.....	<u>27.970,00</u>	94.885,35
 Contas de regularização :		
Consignatários de Livros.....	123.646,00	
Revista "A Defesa Nacional" conta de Livros	<u>43.658,20</u>	167.304,20
 Total		297.397,90

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1954. (a) Arnaldo Gonçalves Pires, Contador e Ten.-Cel. João Capistrano M. Ribeiro, Diretor-Gerente.

CÓPIA

Ata da Sessão Ordinária do Conselho Fiscal da C.M.E.C.I. "A Defesa Nacional" Ltda., correspondente ao exame do Relatório do Conselho de Administração e do Balanço Geral relativos ao ano de 1954.

Aos quinze dias do mês de fevereiro de mil novecentos e cinqüenta e cinco, reuniu-se o Conselho Fiscal composto do Ten.-Cel. Ayrton Salgueiro de Freitas e Cap. Jonas de Moraes Corrêa Neto, suplentes convocados, servindo este de Secretário, para o exame do relatório do Conselho de Administração e do Balanço Geral do ano de mil novecentos e

cinquenta e quatro. Examinados os livros de escrituração, documentos diversos, Diário Caixa, Razão, registro de cópias de balancetes e o Relatório do Conselho de Administração, foi tudo achado em ordem. A Caixa acusa um saldo de cento e vinte e um mil duzentos e cinquenta e quatro cruzeiros e noventa centavos, em 31 de dezembro de 1954, que passa para o ano de mil novecentos e cinquenta e cinco. O Conselho Fiscal é de parecer que o Balanço Geral e o Relatório relativos ao ano próximo findo, devem ser aprovados. E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Sessão cuja ata é assinada pelos presentes citados (aa) Ayrton Salgueiro de Freitas, Ten.-Cel. e Jonas de Moraes Corrêa Neto, Cap.

Ata da Assembléia Geral Ordinária do dia 15 de fevereiro de 1955 na qual foi eleita a nova Diretoria

Aos quinze dias do mês de fevereiro de 1955, na sede da Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual "A Defesa Nacional" Ltda, localizada no 3º pavimento da ala "Visconde da Gávea" do Edifício do Ministério da Guerra, sob a presidência do Sr. Cel. Adalardo Fialho, Diretor-Secretário, na ausência eventual do Exmo. Sr. Gen. Juarez do Nascimento Fernandes Távora, Diretor-Presidente e servindo de secretário o Ten.-Cel. Floriano Möller, do Conselho de Administração e com a presença dos associados cujas assinaturas constam do livro de presença, reuniu-se, em terceira e última convocação, a Assembléia Geral Ordinária da Sociedade, convocada nos termos do Edital de 16 de janeiro de 1955 publicado no "Diário de Notícias" de 18 de janeiro de 1955, a fim de deliberarem sobre o Relatório do Conselho de Administração, prestação de Contas e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao ano de 1954 e bem assim, procederem à eleição dos membros do Conselho de Administração para o triênio de 1955 a 1957 e do Conselho Fiscal para o ano de 1955, de acordo com os arts. 26 e 27 dos Estatutos da Cooperativa. Tendo em vista o parágrafo segundo de art. 27 dos Estatutos, o Coronel Armando Baptista indicou ao plenário para presidir a Assembléia o nome do Cel. Adalardo Fialho, enquanto que o Exmo. Sr. Gen. Solon Lopes de Oliveira indicava o nome do Marechal Heitor Augusto Borges. Submetidas as propostas à decisão da Assembléia ficou deliberado que o Marechal Heitor Augusto Borges seria considerado Presidente de Honra, sendo designado Presidente efetivo o Sr. Cel. Adalardo Fialho por caber, nos termos do Estatuto, a um membro do Conselho de Administração, o que foi aprovado por unanimidade. Inicialmente o Sr. Coronel Adalardo Fialho agradeceu a investidura e convidou para secretariar os trabalhos o Ten.-Cel. Floriano Möller e solicitando que a Assembléia designasse, nos termos do § 13 do art. 27, uma comissão de associados para juntamente com os membros da mesa, assinar a ata dos trabalhos, sendo indicados os Srs. Cel. Armando Baptista Gonçalves, Cel. João Baptista de Mattos e Ten.-Cel. Gerardo Lemos do Amaral. A seguir o Sr. Presidente da Assembléia determinou que o Secretário ad-hoc Ten.-Cel. Floriano Möller fizesse a leitura do relatório e do Parecer do Conselho Fiscal. Isto feito, o Sr. Cel. Adalardo Fialho, nos termos do § 12 do art. 27, solicitou que a Assembléia indicasse outra mesa para presidir à Assembléia, pois ia se tratar de matéria que interessava particularmente aos componentes da Mesa. A seguir a Assembléia, por aclamação elegeu Presidente o Marechal Heitor Augusto Borges, o qual convidou para secretário o Cap. Gustavo Lisboa Braga. A seguir o Marechal Heitor Augusto Borges deu a palavra a quem dela quisesse fazer uso para discussão do assunto em pauta. Como ninguém a solicitasse, o Exmo. Sr. Marechal Heitor Augusto Borges, no exercício da Presidência, pôs em votação e aprovação do relatório da Diretoria, da prestação de contas e do parecer do Conselho Fiscal, o que foi aprovado por unanimidade. Pedindo a palavra o Sr. Cel. Armando

Baptista Gonçalves solicitou um minuto de silêncio em homenagem ao Gen. Antonio de Castro Nascimento, o inovável Diretor-Gerente que tão assinalados serviços prestou à Sociedade, o que foi feito de pé, por todos os presentes. A seguir o Sr. Cel. João Baptista de Mattos solicitou um voto de louvor à Diretoria que ora termina o seu mandato, pelo muito que fêz pela manutenção da Cooperativa da "A Defesa Nacional", no triénio findo e por ser de inteira justiça, o que foi aprovado por unanimidade. Reassumindo a presidência, o Sr. Cel. Adalardo Fialho, agradeceu em nome dos componentes da Diretoria o voto de louvor. A seguir o Sr. Cel. Armando Baptista Gonçalves deu conhecimento à Assembléia que o Exmo. Sr. General Danton Garrastazu Teixeira fazia público à Assembléia, por seu intermédio, que concordava em manter sua candidatura para Presidente nas eleições para 1955-57 e, solicitava o Sr. Cel. Armando Baptista Gonçalves que fosse designado um local onde fôssem colocadas as chapas das duas correntes para que os Senhores associados pudessem se munir da que fôsse de sua preferência. A Assembléia tomou conhecimento da comunicação do Excelentíssimo Sr. Gen. Danton Garrastazu Teixeira, ficando prejudicada a parte final da proposta por já ter sido feita pela mesa a colocação das cédulas das duas chapas em igualdade de condições. Novamente com a palavra, o Sr. Cel. Armando Baptista Gonçalves solicitou ao Sr. Presidente que submetesse à votação da Assembléia uma questão de ordem sobre o número de procurações permitidas, pois o art. 3º dos Estatutos não permite que cada associado possa representar mais de trinta e o parágrafo oitavo permite o máximo de vinte para cada procurador. Submetido à votação, ficou deliberado que deveria prevalecer o art. 3º dos Estatutos, ou seja, permitido um máximo de trinta procurações por associado. A seguir o Sr. Presidente solicitou que a Assembléia designasse três consócios para constituirem a comissão escrutinadora, sendo escolhidos os Coronel Alberto Ribeiro Pais, Ten.-Cel. Gerardo Lemos do Amaral e Capitão Gustavo Lisboa Braga. Feita a apresentação das procurações, chamada dos consócios presentes, colocação de cédulas na Urna, a Comissão Escrutinadora apurou o seguinte resultado :

Para Diretor-Presidente :

General Raphael Danton Garrastazú Teixeira.....	32 votos
General Benjamin Rodrigues Galhardo.....	27 votos

Para Diretor-Secretário :

Ten.-Cel. João Baptista Peixoto.....	34 votos
Cel. Adalardo Fialho.....	24 votos
Ten.-Cel. Floriano Möller.....	1 voto

Para Diretor-Gerente :

Ten.-Cel. João Capistrano Martins Ribeiro.....	58 votos
--	----------

Para o Conselho de Administração :

Gen. Benjamin Rodrigues Galhardo.....	32 votos
Gen. Djalma Dias Ribeiro.....	33 votos
Cel. Adaury Sampaio Pirassununga.....	25 votos
Cel. Pedro Eugênio Pies.....	1 voto
Ten.-Cel. Luiz Gonzaga de Mello.....	1 voto
Ten.-Cel. Gerardo Lemos do Amaral.....	1 voto

Para o Conselho Fiscal :

Cel. Aguinaldo José de Senna Campos.....	58 votos
Cel. Aurélio de Lyra Tavares.....	58 votos
Gen. Nizo de Viana Montezuma.....	33 votos
Cel. Antonio Carlos da Silva Muricy.....	33 votos
Cel. Augusto Fragoso.....	33 votos
Maj. Nilton Freixinho.....	33 votos
Cel. Paulo Enéas Ferreira da Silva.....	26 votos
Ten.-Cel. Gerardo Lemos do Amaral.....	26 votos
Ten.-Cel. Jair Jordão Ramos.....	26 votos
Maj. Jorge Enéas Machado Fortes.....	26 votos
Maj. Rui de Alencar Nogueira.....	1 voto

A seguir foram proclamados eleitos, pelo Sr. Presidente da Assembléia, os seguintes consócios que constituirão a Diretoria que dirigirá a Cooperativa da "A Defesa Nacional" no triénio 1955-57 :

Para Diretor-Presidente General Raphael Danton Garrastazú Teixeira ;

Para Diretor-Secretário Ten.-Cel. João Baptista Peixoto ;

Para Diretor-Gerente Ten.-Cel. João Capistrano Martins Ribeiro ;

Para o Conselho de Administração Gen. Djalma Dias Ribeiro e General Benjamin Rodrigues Galhardo ;

Para o Conselho Fiscal :

Gen. Nizo de Viana Montezuma ;

Cel. Aurélio de Lyra Tavares ;

Cel. Aguinaldo José de Senna Campos.

Suplentes :

Cel. Augusto Fragoso ;

Cel. Antonio Carlos da Silva Muricy ;

Maj. Nilton Freixinho.

A seguir foi empossada a nova Diretoria que regerá os seus destinos no triénio 1955-57. Finalmente o Sr. Presidente da Assembléia agradeceu a presença de todos e, como nada mais houvesse a tratar, deu por finda a sessão, e para constar foi lavrada a presente ata que vai assinada pelos membros da Mesa e pela Comissão de associados designada na forma do § 13 do art. 27 e demais associados presentes que o quiserem. (a) Coronel Adalardo Fialho, Presidente da Assembléia ; Cel. Armando Baptista Gonçalves, Cel. João Baptista de Mattos, Ten.-Cel. Gerardo Lemos do Amaral, Ten.-Cel. Floriano Möller, servindo de Secretário e Cap. Gustavo Lisboa Braga.

BRASILIANAS

• Número de veículos em circulação e consumo de combustível

A 31 de dezembro de 1953 existiam em circulação no Brasil 679.276 veículos a motor, assim distribuídos :

	1953	
Veículos	% do total	
Automóveis de passageiros.....	337.539	49,69
Caminhões	289.261	42,59
Ônibus	23.166	3,41
Motocicletas	29.310	4,31
Totais	679.276	100,00

Além desses veículos existiam em circulação mais 25.288 tratores e máquinas de terraplenagem.

A distribuição geográfica desses veículos era a seguinte :

	1953	
Veículos	% do total	
Norte	8.558	1,25
Nordeste	54.421	7,72
Leste	239.843	35,31
Sul	369.122	54,34
Centro-Oeste	9.332	1,38
Totais	679.276	100,00

Confrontando-se o número de veículos em circulação no Brasil na mesma data de 1952, verifica-se que houve os seguintes aumentos em 1953 :

	Veículos 1952	1953	Aumento % de 1953 aumento
Norte	8.106	8.558	452 5,57
Nordeste	48.896	52.421	3.525 7,20
Leste	214.110	239.843	25.733 12,01
Sul	311.461	369.122	57.661 18,51
Centro-Oeste	7.152	9.332	2.180 30,48
Brasil	589.725	679.276	89.551 15,18

Considerando-se apenas os totais de automóveis de passageiros e caminhões em 1952 e 1953, observa-se o seguinte :

	1952	%	1953	%
Automóveis	299.625	55,0	337.539	53,8
Caminhões	244.941	45,0	289.261	46,2
Totais	544.566	100,0	626.800	100,0

Consoante informação da Comissão Executiva de Defesa da Borracha, circularam em todo o Brasil, no ano findo de 1954, 742.442 veículos, assim discriminados :

353.076 automóveis — 306.393 caminhões — 24.950 ônibus — 31.026 tratores e 29.010 máquinas de terraplenagem.

Tudo indica que no corrente ano chegaremos a ter 750.000 veículos motorizados em circulação.

Por outro lado, eis aqui um quadro do consumo de petróleo no Brasil abrangendo o período de 1943 a 1952 :

ANOS	VOLUME (1.000 t)	VALOR (*)	
		Em Cr\$ 1.000	Em US\$ 1.000
1943.....	810	581.064	31.039
1944.....	783	515.497	27.537
1945.....	753	550.750	29.420
1946.....	1.649	828.320	44.428
1947.....	2.493	1.374.666	73.433
1948.....	3.165	2.158.396	115.298
1949.....	3.531	2.114.711	112.965
1950.....	4.297	2.566.227	137.085
1951.....	5.231	4.156.845	222.054
1952.....	6.117	4.507.248	240.772

No ano de 1952, gastamos só com a importação de combustíveis e lubrificantes, quase 30% daquilo que obtivemos em dólares com a venda do café e algumas outras mercadorias. Tomando por base êsses dados podemos fazer a seguinte estimativa quanto a relação entre o valor total de nossa exportação, o que gastaremos na aquisição de petróleo e derivados nos próximos anos :

	Produto exp. milhões US\$	Demandas petróleos milhões US\$
1952.....	870	255
1953.....	900	310
1954.....	940	370
1955.....	1.000	440
1956.....	1.100	530

Se não haver grandes modificações na situação atual, é quase certo portanto que no ano de 1956 as compras de derivados de petróleo terão atingido um valor equivalente a 50% dos dólares que obtivermos com a exportação de nossos produtos.

Unidades da Federação	Revestida	Pavimen-tada	Revestida	Pavimen-tada	Municipais	Total
Guaporé.....	185	—	—	61	—	(*) 246
Acre.....	61	—	—	44	—	(*) 105
Amazonas.....	11	4	—	83	—	50 148
Rio Branco.....	140	—	(*)	—	—	(*) 140
Pará.....	117	14	—	724	—	1402 2257
Amapá.....	317	—	—	—	—	66 383
Maranhão.....	349	—	(*)	—	—	—
Piauí.....	728	—	—	321	—	1978 2648
Ceará.....	1299	37	1368	16	6639	6663 7637
H. G. Norte.....	595	22	220	42	—	—
Paraíba.....	832	10	1132	18	6033	7168 6912
Pernambuco.....	1254	138	1252	21	10764	10764 9160
Alagoas.....	263	59	943	—	1000	1000 13429
F. Noronha.....	—	—	40	—	—	—
Sergipe.....	224	—	765	—	—	(*) 40
Bahia.....	2209	4	2092	13	1142	1142 2131
M. Gerais.....	1977	93	8178	49	16111	16111 20429
E. Santo.....	135	40	2605	10	30756	30756 41053
R. Janeiro.....	532	496	3093	112	7000	7000 9790
D. Federal.....	—	17	724	210	9500	9500 13733
S. Paulo.....	1401	550	5892	149	—	— 951
Paraná.....	872	39	3507	23	81180	81180 89172
S. Catarina.....	345	—	5002	—	24354	24354 28795
Rio G. Sul.....	854	180	5947	43	19940	19940 25287
M. Grosso.....	1068	—	346	—	26000	26000 33124
Goiás.....	186	—	2208	4	9715	9715 11129
	16054	1703	46793	710	277361	277361 342621

Observação: — Nos totais referentes as estradas Federais revestidas e pavimentadas, foram incluídas as estradas abaixo discriminadas:

1º — Estradas Federais sob conservação do DNER.

2º — Estradas Federais sob conservação dos Órgãos Rodo viários Estaduais do DNOCs e da DOF, consideradas de construção definitiva.

3º — Estradas Federais sob conservação dos Órgãos Rodoviários estaduais, consideradas de construção não definitiva.

8486 km

4113 km

5158 km

ORÇAMENTO DA UNIÃO (Em milhões de cruzetos)

OBJETOS	1946	1948	1950	1952	1953	1954	1955
Pessoal.....	5.318,2	5.605,8	8.250,6	9.862,0	12.397,9	13.707,4	14.540,9
Material.....	2.087,9	2.042,4	3.213,7	2.426,3	3.017,4	3.475,1	4.212,7
Serviços e Encargos.....	3.364,3	4.671,7	7.232,2	11.347,6	16.930,2	18.403,4	23.960,3
Oras e Equipamentos.....	1.120,7	2.104,7	3.477,2	3.299,7	5.954,7	8.271,3	7.660,6
Dívida Pública.....	1.421,9	1.234,3	1.209,2	1.188,5	1.324,0	1.194,7	1.197,9
Eventuais.....	2,2	1,7	—	—	—	—	—
Despesas S/Descrição.....	887,3	35,0	284,2	336,8	301,3	—	—
Total.....	14.202,5	15.695,6	23.669,9	28.460,7	39.925,6	45.051,9	51.572,9

Fontes : — 1946 a 1953 — Balanços da União, 1954 — Orçamento Geral da União, 1955 — Propostas Orçamentárias.

● Mais um milhão de toneladas de aço dentro de três anos

Plena utilização em 1951 da capacidade de produção das usinas nacionais

O ano de 1954 foi marcado pela plena utilização da capacidade de produção das usinas nacionais, em face de uma extraordinária demanda de produtos de aço. A produção de laminados, que se aproximou da casa de 1.000.000 toneladas, teve um incremento de 10% sobre 1953. Durante 1954 as empresas se esforçaram por atender aos programas de expansão anteriormente projetados, os quais, em parte, sofreram restrições no concernente à importação de equipamento, em virtude do alto custo da moeda estrangeira.

Segundo estimativas do consumo da Companhia Siderúrgica Nacional, seriam necessários em 1955 e 1956, respectivamente 1.715.495 e 1.931.237 toneladas de lingotes, isto é, praticamente o dobro da produção nacional no momento.

Para atender a parte desse consumo e de acordo com os programas de expansão das empresas, nos próximos três anos deverá verificar-se um incremento de produção de aço da ordem de 1.030.000 toneladas, segundo escreve "Conjuntura Econômica".

Entretanto, há uma tendência para a especialização das empresas privadas, e que tem gerado, nos últimos tempos, certa apreensão. Em alguns setores pelo temor de formação de monopólios e consequente estabelecimento de altos níveis de preços para os produtos de aço.

Fato notório e decorrente da especialização das empresas é a expansão que se processa na indústria de aços especiais. Coube aos investimentos privados notável contribuição nesse ramo, ressaltando o esforço de uma fábrica paulista, que em uma década aumentou a sua produção anual em dez vezes, atingindo em 1954 cerca de 10.000 toneladas de aços especiais. Esta mesma empresa, após a expansão, estará em condições de produzir perto de 23.000 toneladas de aços de especificações determinadas.

As dificuldades resultantes de compras no exterior de peças para autos ou máquinas, têm sido o principal responsável pela expansão do mercado de produtos de aços especiais. As necessidades do mercado consumidor para 1955 são estimadas em cerca de 80 mil toneladas, contribuindo a produção nacional com apenas 24.000 ou 30.000 toneladas anuais.

● A população do Brasil

A população brasileira, em 1 de julho de 1950, montava a 52.645.479 habitantes, segundo os resultados preliminares do VI Recenseamento Geral do país, recentemente divulgados pelo I.B.G.E., através da "Sinopse Preliminar do Censo Demográfico", editada em março último.

Com tal patrimônio humano, o Brasil é, hoje, a nação latina mais populosa. Apesar disso, a população brasileira está longe de corresponder às efetivas necessidades de povoamento do território nacional, que comporta população muitas vezes maior.

A escassez de povoamento como é notório, atinge os máximos nas vastas regiões do Norte e do Centro-Oeste, onde a relação de habitantes por quilômetro quadrado do território, segundo os dados da "Sinopse", alcança respectivamente, 0,53 e 0,94. No Sul, entretanto, a densidade demográfica já se nivela à de vários países europeus de remoto povoamento, elevando-se à média de 21,2 habitantes por quilômetro quadrado.

Foi, aliás, nessa região fisiográfica onde se verificou maior incremento absoluto de população, no decênio 1940-50. De fato, mostra-o a "Sinopse", o aumento decenal da população sul a atingiu 4.267.973 indivíduos, enquanto no Oeste montou a 3.536.792; no Noroeste, a 2.678.982; no Centro-Oeste, a 515.942; no Norte, a 409.475.

Quanto ao incremento relativo, por Unidade da Federação, coube ao Estado do Paraná a mais alta percentagem. Nos dez anos, sua população cresceu de 739%, passando de 1.236.276 para 2.149.599 habitantes. Goiás também se desenvolveu em ritmo extraordinário, aumentando no decênio em 49,4%. No grupo dos Estados mais populosos, figuram, São Paulo, com 28,7% de incremento decenal; Pernambuco, com 27,7%; Rio Grande do Sul, com 26,8%; Bahia, com 25,0%; e Minas Gerais, com apenas 16,4%. Como acentua a "Sinopse", tais confrontos, ao lado de outros possibilidades pelas tabelas divulgadas, confirmam o intensivo deslocamento interno da população do país, fenômeno já revelado pelo censo em 1940.

Os resultados do último recenseamento induzem a crer, outrossim, que esse deslocamento migratório interior tem convergido principalmente para os grandes centros metropolitanos, via de regra localizados no litoral. É oportuno lembrar, a respeito, e ainda utilizando as informações reunidas na publicação do IBGE, que as 10 mais populosas cidades brasileiras — Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Salvador, Pôrto Alegre, Belo Horizonte, Belém, Fortaleza, Santos e Niterói — possuíam, em setembro de 1940, 4.413.337 habitantes, enquanto em julho de 1950 contavam 6.844.336 moradores, o que corresponde a 10,7% e 13,0% da população do país, nas datas referidas.

Aliás, o crescimento das populações urbanas surgiu, de modo geral, bastante mais acentuado do que o da população total, e mais ainda em relação aos quadros demográficos rurais. O cômputo dos quantitativos populacionais de todas as localidades — cidades e vilas — com mais de 5.000 habitantes, as quais, em 1º de julho de 1950, somavam 488, montou a 14.267.686 habitantes. Ora, em 1940, as cidades e vilas com população superior àquele limite, somando 324, aglomeravam 8.849.202 habitantes. A quantidade de tais núcleos urbanos, subindo de 324 para 488, sofreu o acréscimo de 50,6%; enquanto o montante da população experimentou progressão da ordem de 61,2%. Essa disparidade constitui claro indicio da tendência para a concentração urbana que afeta a população brasileira, tendência essa peculiar à época contemporânea, e observada em quase todos os países civilizados do mundo.

● Comissão Mista Brasil-Estados Unidos

Quarenta e um projetos de fomento econômico para o nosso país — O relatório apresentado

Um relatório da Comissão Mista Brasileiro-nômico, em que se sugerem 41 projetos de fomento econômico para o Brasil, foi dado a conhecer pela Administração das Operações com o estrangeiro, dos E.U. em Dez de 54.

A Comissão trabalhou mais de 2 anos no Brasil, estudando os meios de melhorar a economia desse país. A representação brasileira foi presidida pelo Sr. Ary Frederico Torres e a norte-americana sucessivamente pelos Srs. Francis Adams Truslow, J. Burke Knapp e Merwm L. Bohn.

Os Srs. Torres e Bohn, nas cartas dirigidas aos presidentes das duas Nações, com data de 31 de dezembro de 1953, ao transmitir-lhes o rela-

tório, declararam o seguinte a respeito dos projetos propostos pela Comissão :

"A realização destes projetos, calculados na base dos preços brasileiros e estrangeiros prevalecentes durante o primeiro semestre de 1953, requererá uma inversão aproximadamente de 21 bilhões e 900 milhões de cruzeiros. Desses total, se necessitarão de 7 bilhões e 900 milhões de cruzeiros, equivalentes a 387.300.000 dólares, em divisas estrangeiras, e, deles, 47 por cento, ou seja, 181.200.000 dólares, já haviam sido obtidos a 31 de dezembro de 1953. As despesas em moeda brasileira serão cobertas pelos governos federal e estaduais brasileiros e pelo capital privado".

A versão inglesa dada a conhecer em Washington compreende mais de 300 páginas.

Os apêndices enchem um terço do volume total. Uma nota diz que a edição brasileira, publicada em português pelo Conselho Técnico Econômico e Financeiro do Ministério da Fazenda do Brasil, compreende 17 volumes, com detalhes completos dos 41 projetos preparados pela Comissão Mista.

A edição brasileira deve ser publicada no Rio de Janeiro simultaneamente com a edição inglesa em Washington.

Esta última contém somente uma exposição resumida, em 30 páginas, dos 41 projetos recomendados pela Comissão.

Os projetos são os seguintes :

- 1 — Rodovia Santos-Jundiaí ;
- 2 — Companhia Paulista de Estradas de Ferro ;
- 3 — Linhas de bitola larga da Central do Brasil ;
- 4 — Ferrovia Paraná-Santa Catarina ;
- 5 — Obras de Energia do Rio Grande do Sul ;
- 6 — Obra hidroelétrica de Santo Grande, São Paulo ;
- 7 — Cia. Nacional de Alcalis ;
- 8 — Cia. Nacional Metalúrgica Barbará ;
- 9 — Operações no Brasil da American and Foreign Power Co. ;
- 10 — Equipamento de estradas para o Estado do Rio de Janeiro ;
- 11 — Fábrica elétrica de Itutinga, Minas Gerais ;
- 12 — Sistema de energia de Paulo Afonso ;
- 13 — Equipamento agrícola para o Estado de Minas Gerais ;
- 14 — Usina elétrica de Avanhandava, São Paulo ;
- 15 — Equipamento agrícola para o Ministério da Agricultura ;
- 16 — Silos para o Estado do Rio Grande do Sul ;
- 17 — Aquisição de dragas ;
- 18 — Equipamento para o Pôrto de Santos ;
- 19 — Equipamento para o Pôrto do Rio de Janeiro ;
- 20 — Ferrovia Rêde Mineira de Viação ;
- 21 — Ferrovia Nordeste do Brasil ;
- 22 — Cia. de Energia de Mato Grosso ;
- 23 — Serviço suburbano da Central do Brasil ;
- 24 — Usinas de vapor de Piratininga, São Paulo ;
- 25 — Melhoramentos de 14 portos brasileiros (Manaus, Belém, Natal, Cabedelo, Recife, Maceió, Salvador, Angra dos Reis, Paranaguá, Itajaí, Laguna, Rio Grande, Pelotas e Pôrto Alegre) ;
- 26 — Reabilitação da frota governamental de cabotagem ;
- 27 — Equipamento de estradas para o Estado do Paraná ;
- 28 — Ferrovia Leopoldina ;
- 29 — Usina hidroelétrica de Santo Antônio, Minas Gerais ;
- 30 — Sistema ferroviário do nordeste ;
- 31 — Reequipamento de estaleiros ;
- 32 — Ferrovia de Golás ;
- 33 — Ferrovia do Rio Grande do Sul..

A CENTRAL DO BRASIL, DO SÉCULO PASSADO AOS DIAS ATUAIS

Conferência do Dr. Jair de Oliveira

Na conferência que proferiu, no auditório do Departamento de Estradas de Rodagem, o Engenheiro Jair de Oliveira, Diretor da Central do Brasil, disse, inicialmente, que aquela ferrovia, bem como a Leopoldina, foram inauguradas, nesta Capital, no terceiro quartel do século XIX.

O movimento anual de passageiros que, em 1904, era de aproximadamente 15 milhões, alcançou em 1917, a soma de 28 milhões, à medida que a cidade ia-se estendendo para os subúrbios. Quando o número de passageiros atingiu o total de 47 milhões no ano de 1922, vigorando ainda os preços de trinta anos atrás, a administração da estrada começou a sentir a deficiência do equipamento, agravada de outros fatores negativos.

ELETRIFICAÇÃO DOS SUBURBIOS

— "A revolução de trinta, — prosseguiu — surpreendeu o transporte de passageiros na casa dos 75 milhões anuais e foi o Ministro José Américo que, na pasta da Viação, determinou em 1931, providências decisivas sobre a eletrificação dos subúrbios do Rio". Fixados em 180 mil contos o preço das obras e instalações e do fornecimento do material do transporte, foram os trabalhos divididos em duas fases: a primeira, puramente suburbana, inauguraria os trens elétricos até Bangu e Nova Iguaçu, e a segunda, levaria os circuitos a Santa Cruz e Tairetá, galgando ainda a Serra do Mar, para atingir Barra do Piraí, tronco de bifurcação das linhas do interior para Minas e São Paulo. Viajavam, então, 80 milhões de pessoas em todos os ramais, inclusive Rio d'Ouro e Linha Auxiliar.

— "Nessa época, o Governo se sentia vivamente impressionado com o tráfego dos trens apinhados de gente que transbordava pelas plataformas, pelas coberturas dos carros, sobre os engates, nos 'tenders' das próprias locomotivas e até por fora dos veículos, com os pés sobre os truques e as mãos nas janelas".

— "Foi em face dessa crise tremenda que, infelizmente, não difere da atual, quanto aos riscos e desconforto, senão nas proporções dobradas do transporte e na intensidade brutal com que são disputados os lugares nos trens, foi argumentando com a calamidade da situação, que o General Mendonça Lima, obteve do Governo permissão para assinar, em março de 1933, o contrato com o 'Metropolitan Vickers Electrical Export', que permitiria inaugurar os trens elétricos até Madureira, em 10 de julho de 1937, e até Bangu e Nova Iguaçu, em 10 de fevereiro do ano seguinte, completando-se, portanto, em cinco anos escassos, um dos maiores melhoramentos que já obteve a nossa velha Estrada, em toda a sua existência" — acentuou o Sr. Jair de Oliveira.

— "Coube a firmas nacionais recentemente fundadas, — revelou a refera de levar a rede aérea até Japeri em 1943, a Campo Grande em 1944, a Santa Cruz em 1945 e, com alargamento de bitola, da Linha Auxiliar

até Honório Gurgel em 1947, trabalhos que chegaram a Pavuna em 1950, e a São Mateus em 1951".

Informou ainda o conferencista que o número de passageiros que trafegam, anualmente, por aquela ferrovia, passou de 85.677.723 em 1942 para 154.290.583 em 1954.

Em seguida focalizou o problema da divisão das classes e talvez mesmo a tarifa em duas seções, que merecem voltar à cogitação. Assim, existem percurso de 70 quilômetros — D. Pedro — Tairetá — e até 82 — Tairetá — Matadouro, que não devem ser equiparados aos urbanos.

Após uma série de considerações em torno das dificuldades por que passou a Estrada em várias fases da sua vida, continuou o Sr. Jair de Oliveira :

"Sómente em janeiro de 1954 foram afastados todos os óbices internos, mas restava aplinar as dúvidas que agora pairavam sobre o financiamento de 12 milhões e meio de dólares a ser concedido pelo Banco Internacional.

Todas as informações eram prestadas com as minúcias que nos eram exigidas, mas tinham que ser encaminhadas através do Banco do Desenvolvimento que, por sua vez, desejava penetrar o assunto antes de relata-lo. Novas delongas. Novas discussões, visitas e inspeções de delegações especiais do Banco que, afinal, convencidas de que a Central estava realmente no caminho certo da recuperação do material existente e disposta a não deixar perecer o que pretendia comprar, levaram a direção do estabelecimento internacional de crédito a assinar os compromissos de financiamento em março de 1954, embora por motivos estranhos ao próprio contrato, sómente em setembro último veio a realizar os primeiros pagamentos aos fabricantes que, dentro do contrato, estão obrigados a entregar as primeiras duas unidades, doze meses após." aduziu: "Temos, porém, promessa, ainda não confirmada, dos representantes da fábrica no Brasil, de que essa entrega se antecipará, facilitando, dessa forma, a solução segura que tanto almejamos, objeto de uma cruenta batalha que sómente em suas fases marcantes está sendo relatada nesta palestra".

MELHORAMENTOS DOS SERVIÇOS

Em outro trecho da sua conferência, declarou que as reclamações do público e da Imprensa em relação às dificuldades que resultam das mudanças de escala das composições têm fundamento, certamente, "mas infelizmente não conhecemos sistema capaz de impôr normalidade para os casos de desarranjos e avarias do equipamento ainda em precário estado pelos motivos que exaustivamente temos focalizado".

Admitiu que a aglomeração do povo nas plataformas é fruto das deficiências de serviço, cuja eliminação está programada e será alcançada com persistência e com o prestígio do Governo.

— "Quando oferecermos um serviço regular e mais farto — afirmou — o que felizmente não estará longe, teremos autoridade e facilidade para executar as medidas de ordem".

— "Neste momento — frisou — e durante pelo menos seis a oito meses mais próximos, não nos poderemos libertar dos freqüentes desarranjos ou avarias do equipamento, pois terão de trafegar muitas composições extremamente usadas, ainda antes das etapas de correção do sistema de alimentação e proteção dos circuitos, continuaremos, pois, debaixo de vigilância a sujeitar o material a uma sobrecarga para a qual não foi el-

construído, o que é tanto mais grave e delicados se atentarmos para o limite de usura a que condenou a falta de providências em época oportuna".

Disse também que "o material de transporte foi projetado para conduzir cerca de 80 passageiros sentados em cada carro, com outros tantos de pé, nas horas de maior movimento. No entanto, observam-se carros que conduzem 350 pessoas, ou mais, com 13 e 14 toneladas de excesso sobre as previsões".

— "Esta sobrecarga em peso — continuou — levou a Central a substituir os truques dos carros, por outros de aço fundido, transformação esta que quase concluída, pois tratamos de acelerá-la. Temos em vista, agora, a solução de um outro problema que se nos afigura essencial: o aumento de potência dos motores de tração. Até hoje êsses motores estão sujeitos a frequente queima das suas espiras. Contudo, têm sido recuperadas sem alteração no projeto original. Tudo está, entretanto, indicando que é possível aumentar o diâmetro do fio de cobre de enrolamento, explorando convenientemente a capacidade de isolamento de novos materiais e operando algumas adaptações".

NECESSIDADE DE RECURSOS E DIVISAS

Concluindo, salientou o engenheiro Jair de Oliveira:

"Para acreditar a ação do nosso governo e para bem servir o povo é que reclamamos tão freqüentemente recursos e divisas. Desejo ainda salientar a feliz iniciativa do Ministro da Viação que me permitiu esta oportunidade de divulgar o que se tem feito e o que se não tem podido fazer na Central, através de uma crítica sincera e sem rebuços, pois o respeito que vos devo não me permitiria embotá-la, nem mesmo levemente, pois a verdade não pode ser embotada — ao contrário do grande Eça de Queiroz — pelo veu da fantasia.

AS PALAVRAS DO MINISTRO DA VIAÇÃO

O Ministro da Viação, Cel. Rodrigo Otávio, falando, em seguida, qualificou de "magnífica contribuição" a conferência que acabava de ser proferida pelo Dr. Jair de Oliveira, louvando-lhe a proficiência demonstrada, e, referindo-se ao drama das divisas, esclareceu que o seu Ministério tem uma quota de 31 milhões de dólares para as importações ferroviárias, quando só pode dispensar de 4 milhões. Em seguida, em palavras candentes, lembrou quão grande será o Brasil de amanhã, com os seus 100 milhões de habitantes e os sacrifícios que todos devem fazer por esse Brasil grandioso, que se agradará na nova geração a advir,plainando-se-lhe, hoje, os caminhos a fim de que sejamos definitivamente uma grande potência e possamos ser úteis a nós mesmos e à humanidade. As palavras do Cel. Rodrigo Otávio foram coroadas por uma longa salva de palmas.

AS PESSOAS PRESENTES

Além dos engenheiros chefes de Serviço da Central, e das pessoas já citadas viam-se no vasto auditório a Sra. e Senhorita Jair de Oliveira, os Srs. Luiz Vieira, chefe de gabinete do Ministro; Cel. Luis Neves, sub-chefe; Senador Caiado de Castro; Deputado Benjamin Mourão; General Mendonça Lima; Almirante Dorval dos Reis; Dr. Elias de Almeida; João Barcelos; Prado Lopes; Roberto Meira; Professora Luiza Torrer e Dr. Edward Gepto.

A RESPONSABILIDADE DE NOSSA ELITE CULTURAL

Não é segredo para ninguém, e não há um só estudioso dos problemas nacionais que não afirme categóricamente que, ao lado dos fatores econômicos e financeiros, os educativos são de alta importância para a solução pelas quais, presentemente, o país atravessa.

Sem que o país venha atingir, culturalmente, um grau determinado, todo o esforço será inútil para retirá-lo do impasse em que se encontra.

Com o desenvolvimento da tecnologia moderna, numa fase de industrialização e incremento da agricultura, de conquista ativa do solo e do subsolo para o aproveitamento de suas riquezas, como se dispensar os conhecimentos mais atuais e os meios de adquiri-los e popularizá-los?

E educação, em seu mais amplo sentido, de alto a baixo, desde as primeiras letras até os cursos de especialização, impõe-se como um dos fatores auxiliares de maior importância para a recuperação material e intelectual do país.

A análise desapaixonada e honesta de nossa história político-social revela, sem dúvida, a cada passo, esforços sinceros para reorganização da vida do país. Em todos os ramos de atividade, múltiplas são as tentativas e concepções tendentes a melhorar as nossas condições de existência. Mas não se pode negar que tem sido pouco animador o resultado. A todo esforço seguem-se geralmente o malôgro e decepção. E sempre continuamos no mesmo ambiente de hesitações, experiências e desequilíbrios.

É evidente que esse estado de coisas, não obstante a ilusão de alguns sonhadores de panacéias, não deriva de um fator único, suscetível de exame e solução tranquilizadora. Vários e diferentes são os fatores, cada qual de maior ou menor efeito corrosivo. Dentre eles, entretanto, destaca-se naturalmente por seu caráter básico, a falta de uma elite numerosa e organizada, instruída sob métodos científicos, ao par das instituições e conquistas do mundo civilizado, capaz de compreender, antes de agir, o meio social em que vivemos.

PEDIDOS DE LIVROS

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — "A Defesa Nacional" adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro — das livrarias desta capital —

Noticiário de Interesse Militar

SUPREMACIA AMERICANA NO CAMPO DAS ARMAS NUCLEARES

Sir Winston Churchill afirma que os Estados Unidos são "Esmagadoramente superiores" à Rússia

NECESSITARA A URSS DE 3 A 4 ANOS PARA ALCANÇAR O MESMO NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO ATÔMICO AMERICANO

Sir Winston Churchill declarou, que os EE.UU. têm um "domínio tão esmagador" em armas nucleares, que a Rússia necessitará de 3 a 4 anos para alcançar o mesmo nível de desenvolvimento atômico e do hidrogênio.

"Podemos calcular, portanto — acrescentou em parte, ambas as potências estariam tão equilibradas em seu poderio, no espaço de três a quatro anos, que a situação ficaria estabilizada na paz."

"De acordo com a informação que pude obter — disse Churchill —, o único país que pode realizar um ataque em grande escala com bombas de hidrogênio são os EE.UU. A Rússia, dentro de três, quatro ou mais anos, poderia ter tais armas e a faculdade de lançá-las contra as populações norte-americanas."

O Primeiro Ministro também disse que a "ameaça de um ataque com bombas de hidrogênio contra esta ilha é coisa do futuro, e não existe por agora".

Churchill aduziu que chegou à conclusão de que a Rússia cometaria um grave erro se iniciasse uma agressão em grande escala dentro dos próximos três ou quatro anos.

"Devo fazer uma admissão — manifestou. Este argumento dissuasivo não é aplicável aos desequilibrados ou ditadores ao estilo de Hitler, quando ficou em seu último reduto."

Os russos provavelmente conhecem a política de preparação seguida pelo ocidente, continuou dizendo Churchill, e devem portanto "estar convencidos de que um ataque de surpresa não pode excluir a imediata ação de represália. Temos centenas de bases de ataque de todos os ângulos, e fizemos um estudo detalhado de todos os possíveis objetivos".

O mais moderno equipamento de radar em seu gênero entrou recentemente em funcionamento no Aeroporto de Zurich.

Projetado e construído na Grã-Bretanha, esse novo equipamento custou 153.000 libras. Proporciona um completo sistema de cobertura de longo e curto raio de ação na terra e no ar. Uma de suas particularidades mais importantes é um supressor permanente de eco.



A importância estratégica do Mediterrâneo e do Oriente Médio e os objetivos das nações ocidentais nessas áreas

Embora Zurich se encontre cercada de montanhas, a tela do radar não apresenta qualquer interferência ocasionada pelo eco das montanhas. Este pode ser eliminado por meio de um interruptor. Outro detalhe útil é um video-mapa, que aponta gráficamente os obstáculos à tripulação do avião que se aproxima para aterrissar.

CONVITE A ANIQUILAÇÃO GERAL

Tal é a corrida armamentista atômica entre a Rússia e os Estados Unidos, segundo a opinião de Einstein

SE TIVER ÉXITO, A BOMBA DE HIDROGÉNIO ENVENENARA PELA RADIACTIVIDADE A ATMOSFERA E NÃO PERMITIRÁ SÔBRE A TERRA QUALQUER FORMA DE VIDA

O Professor Alberto Einstein advertiu que a corrida armamentista "histérica" entre os Estados Unidos e a Rússia constitui um convite à aniquilação geral.

No programa radiofônico da Senhora Roosevelt, transmitido por televisão, Einstein declarou textualmente:

— "A corrida armamentista entre os Estados Unidos e a Rússia, que se supunha originalmente de natureza preventiva, assumiu um caráter de histeria por parte de ambos os lados. Por trás de muralhas de segredo,

apressa-se febrilmente o aperfeiçoamento de meios de destruição em massa. A bomba de hidrogênio aparece no horizonte como objetivo de provável obtenção. Seu desenvolvimento acelerado foi solememente proclamado pelo Presidente Truman. Se tiver êxito, o envenenamento pela radioatividade da atmosfera e isso o aniquilamento de toda a forma de vida sobre a terra estará dentro das possibilidades técnicas do homem. O caráter fantasma dessa tarefa pode decorrer de sua tendência aparentemente obrigatória. Cada passo parece ser a consequência inevitável do anterior. Afinal, é um convite à aniquilação geral".

Einstein disse que a segurança mediante o uso ou posse de armamentos é "uma ilusão desastrosa". Declarou que "o primeiro problema a enfrentar é o de eliminar o temor e a desconfiança. Em última análise, toda a espécie de cooperação pacífica entre os homens se baseia primordialmente sobre a confiança mútua, e em segundo lugar sobre os tribunais de justiça e os cárceres. Isso se aplica tanto às nações como aos indivíduos. É a base da confiança, é um "toma lá dá cá limpo e leal".

A bomba atômica não modificou muito os princípios básicos da guerra, nem dispensou a maioria das ações clássicas das forças militares.

Os ataques atômicos serão seguidos de invasões e contra-invasões — essa guerra será ortodoxa em princípio, porém não em pormenores. Todos os esforços das Forças Armadas terão por objeto quebrar a vontade de resistir do inimigo e levar as tropas terrestres ao solo do adversário.

As qualidades exigidas do chefe, tanto em combate como na retaguarda, serão muitíssimo maiores do que no passado (Maj.-Gen. Leslie R. Groves).

Pedidos de Livros

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — "A Defesa Nacional" adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro das livrarias desta Capital



COLABORAM NESTE NÚMERO:

Affonso de Taunay.
Oswaldo Orico.
Gen. Edmundo Macedo Soares.
Gen. Humberto Castello Branco.
Cap. de Mar e Guerra Octacilio Cunha.
Ten.-Cel. Donald Kellet.
Ten.-Cel. João B. Peixoto.
Ten.-Cel. A. Correia Lima.
Ten.-Cel. Zair de Figueiredo Lima.
Major F. Correia Lima.
Cap Gustavo Lisboa Braga.



EX-LIBRIS

■ permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte

Cr\$ 15,00

S. G. M. G.
IMPRENSA MILITAR
RIO DE JANEIRO — 1955